

MAGDA VILLANOVA NUNES

MEMÓRIA CIENTÍFICA:

**PATRIMÔNIO TECNOLÓGICO DA FACULDADE DE FARMÁCIA
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Estudos Interdisciplinares em Memória Social e Patrimônio Cultural.

Orientador: Prof.Dr^a. Maria Letícia Mazzucchi Ferreira

Pelotas, 2013

CIP – Catalogação na Publicação

Nunes, Magda Villanova.

Memória científica: patrimônio tecnológico /

Magda Villanova Nunes. – 2013.

120 f.

Orientadora: Maria Letícia Ferreira.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pelotas, Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Pelotas, BR-RS, 2013.

1. Patrimônio Tecnológico. 2. Memória Científica. 3. Faculdade de Farmácia da UFRGS. 4. UFRGS. I. Ferreira, Maria Letícia, orient.
II. Título

Banca examinadora:

Prof. Dr^a. Maria Leticia Mazzucchi Ferreira (UFPEL) – Orientador

Prof.Dr^a. Juliane Serres (UFPEL) - Examinador Interno

Prof.Dr. Pedro Ros Petrovick (UFRGS) – Examinador Externo

Para minha mãe.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas (PPGMP / UFPEL), pela oportunidade.

À minha orientadora, Maria Letícia Mazuchi Ferreira, por ter aceitado este projeto, pela autonomia intelectual e pelas sugestões.

Aos professores deste programa, Carla Gastaud, Francisca Ferreira Michelin e Lúcio Menezes Ferreira, pelas discussões em sala de aula e por apresentarem autores e conceitos que se tornaram valiosas ferramentas.

A José Angelo Zuanazzi, Ruy Beck, diretor e vice-diretor da Faculdade de Farmácia, pelo incentivo.

À Zuleica Moraes Bernardes por me apresentar à Faculdade de Farmácia, e a Julio Goulart pelas buscas dentro da Faculdade.

À Raiany Avlis, coordenadora do Museu de Farmácia de Ouro Preto pela disponibilidade durante a visita técnica realizada nesse local.

Aos arquitetos Davit Eskinazi e Rita de Figueiredo pela colaboração com conceitos arquitetônicos e temas relacionados ao prédio.

Às bibliotecárias, Margarida Ferreira e Claudia Leon, pela disponibilidade e indicação de documentação.

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação, em especial à Amanda Costa pela acolhida na sua casa, pela cozinha e o chá quente me esperando após duzentos e sessenta quilômetros percorridos entre Porto Alegre e Pelotas. Sem ela esse trabalho teria sido muito mais difícil.

Aos professores Ana Maria Bergold, Belkis Schmidt Sant'Ana, Célia Gervásio Chaves, Elfrides Eva Scherman Schapoval, Eloy Julius Garcia, Lovois Miguel, Pedro Ros Petrovick, e aos arquitetos Flávio Soares e Lincoln Ganzo de Castro, pelos materiais cedidos para esta pesquisa, pela disposição com

que me receberam em suas casas e gabinetes. A esses profissionais meu profundo agradecimento, eles foram as vozes dos objetos, prédios, elevadores, fotografias e documentos.

Ao Cláudio, à Stella e ao Leonardo por tudo.

Resumo

Essa pesquisa trata-se de um arrolamento do acervo da Faculdade de Farmácia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FACFAR), o que constitui o patrimônio científico e tecnológico dessa unidade. A FACFAR foi fundada em 1895 a partir da iniciativa de um grupo de farmacêuticos que se reuniu na “Sociedade União Farmacêutica de Porto Alegre”, especialmente para esse fim. A principal contribuição da elaboração desse instrumento de pesquisa encontra-se além do arrolamento em si, está na possibilidade de que sejam feitas algumas reflexões a partir da coleção de objetos científicos reunida pela FACFAR, tais como: o potencial documental que essa coleção oferece à História das Ciências; a política de patrimonialização da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; a situação do patrimônio científico e tecnológico brasileiro; o processo de consolidação da formação do profissional em ciência farmacêutica na cidade de Porto Alegre e a representação da memória desse grupo. (CANDAU, 2011). A formação desse patrimônio e o seu arrolamento são analisados a partir do discurso de desenvolvimento da C & T no Brasil, das noções de construção social do patrimônio (PRATS, 1998) e da história do patrimônio (POULOT, 2008). Outros procedimentos utilizados para essa elaboração foram referenciais básicos da Museologia e da História Oral. Por fim, o que esse estudo procura compreender através desse rol dos objetos, mais do que os próprios objetos, é a relação que um grupo pode estabelecer com eles.

Palavras-chave: Faculdade de Farmácia da UFRGS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Patrimônio Científico e Tecnológico. Memória Científica.

Abstract

This research is about the collection from the Faculdade de Farmácia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul / FACFAR, that contains the scientific and technological heritage of this unit. FACFAR was founded in 1895 from the initiative of a pharmacists group who met on the "Sociedade União Farmacêutica de Porto Alegre", especially for this purpose. The main contribution of the elaboration on this research instrument is beyond this detailed list, which allows some reflections about the scientific collection of objects gathered by FACFAR, such as: the potential as a document it offers to the History of Science; heritage policy of Universidade Federal do Rio Grande do Sul; the Brazilian scientific and technological situation; the consolidation of a formation process for the professional in pharmaceutical science in the city of Porto Alegre and their memory representation (CANDAUI, 2011). This heritage formation and its inventory are analyzed from the development discourse of science and technological in Brazil, from notions of social construction heritage (PRATS, 1998), and the Heritage History (POULOT, 2008). Other procedures used for this research were basic principles of Museology and Oral History. At long last, this study intends to understand within the objects inventory, more than the own objects, is the relationship that a group can establish with them.

Keywords: College of Pharmacy of UFRGS. UFRGS. Scientific and Technological Heritage. Memory Scientific.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Membros da União Farmacêutica em passeio, início do século XX. Autor não identificado	23
Figura 2	Prédio do Ateneu Rio-grandense.	24
Figura 3	Planta de A. A. Trebbi, reproduzida do Livro “Biografia De uma Cidade”.	25
Figura 4	Prédio na Rua 02 de Fevereiro, atual Salgado filho.	32
Figura 5	Prédio da Faculdade de Medicina situado Rua Sarmiento Leite, esquina Luiz Englert, década de 1950.	34
Figura 6	Perspectiva panorâmica da futura Cidade Universitária.	37
Figura 7	O Topázio, Jornal do Centro Acadêmico Cristiano Fischer / CACF.	39
Figura 8	Manifestação contra a criação de um curso Técnico de Farmacêutico, em 1954.	41
Figura 9	“Visita do Governador Walter Jobim às obras de desvio e canalização do Arroio Dilúvio, 1950”.	43
Figura 10	Matéria de capa do “O Topázio”.	45
Figura 11	Prédio da Faculdade de Farmácia, vista da Avenida Ipiranga na década de 1970.	46
Figura 12	Vista aérea do Campus Saúde, década de 70.	50
Figura 13	Laboratório de Homeopatia da FACFAR com mobiliário ainda original, antes da reforma em 2012.	51
Figura 14	Baile dos Bixos,	59
Figura 15	Passeata dos Bixos	59
Figura 16	Passeata dos Bixos.	59
Figura 17	Bixo recebendo o boné da Faculdade de Farmácia.	

		59
Figura 18	Passeata dos Bixos. Manifestação contra o Projeto de Lei do Deputado Nelson Omegna, 1954.	60
Figura 19	Reprodução da Capa do jornal “O Topázio”.	62
Figura 20	Reprodução da Capa do primeiro número da revista “A Ânfora”.	62
Figura 21	O “Paramécio”.	66
Figura 22	Professor Raul Di Primio entre seus alunos, durante a Campanha de Parasitologia. Reprodução feita a partir do Jornal “O Topázio”, em outubro de 1959.	69
Figura 23	Registro de catalogação, s/d.	84
Figura 24	Quadros de Formatura. Localização no 2º andar da FACFAR.	90
Figura 25	Armário no 5º andar da FACFAR.	90
Figura 26	Vista geral na Sala do Consunid.	91
Figura 27	Armário 1 na Sala do Consunid.	91
Figura 28	Armário 2 na Sala do Consunid.	91
Figura 29	Reprodução do livro “L’Officine ou repertoire general de Pharmacie Pratique”, de 1880.	94
Figura 30	Reprodução do livro “L’Officine ou repertoire general de Pharmacie Pratique”, de 1880.	94
Figura 31	Equipamento para obtenção de microfotografia da marca Carl Zeiss – Jena.	95
Figura 32	Reprodução do Livro de Registro de Créditos, 1953 – 1957.	95
Figura 33	Reprodução do detalhe do Livro de Registro de Créditos, 1953 – 1957.	95
Figura 34	Quadro de Formatura do ano de 1905, Atellier Callegari.	96
Figura 35	Retrato Carvalho de Freitas, técnica pintura à óleo, s/d.	96
Figura 36	Fitas magnéticas contendo registros de reuniões do Conselho da Unidade e Departamentos que ocorreram	

	entre 1968 e 1977.	98
Figura 37	Extrator.	99
Figura 38	Encapsulador para cápsulas amiláceas, da marca Limousin.	100
Figura 39	Balança analítica, da marca Record.	100
Figura 40	Importadora Black & Cia, Brasil.	100
Figura 41	Marca Coleman Instruments Corporation, EUA.	100
Figura 42	Marca Limousin, França.	100

SIGLAS E ABREVIATURAS

ABF – Associação Brasileira de Farmacêuticos

CAFC – Centro Acadêmico Cristiano Fischer

CDTF – Centro de Desenvolvimento de Tecnologia Farmacêutica

C & T – Ciência e Tecnologia

CONSUNID – Conselho da Unidade

CTTF – Centro de Treinamento de Tecnologia Farmacêutica

EPAHC – Equipe do Patrimônio Artístico Histórico e Cultural

FACFAR – Faculdade de Farmácia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

FEURGS – Federação dos Estudantes da Universidade do Rio Grande do Sul

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MAST – Museu de Astronomia e Ciências Afins

MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

PRR – Partido Republicano Rio-Grandense

REMAM – Rede de Museus e Acervos Museológicos

SPH – Secretaria do Patrimônio Histórico

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

Siglas e Nomenclaturas

Introdução

1 A FACULDADE DE FARMÁCIA E SEUS LUGARES

1.1 Nos tempos do Atheneu Riograndense: o surgimento do ensino superior em Porto Alegre

1.2 Nos porões da “Casa de Sarmento”: a Faculdade de Medicina

1.3 Avenida Ipiranga, 2752: um lugar de memórias

2 POR DENTRO DO FRASCO: cotidiano, movimentos estudantis e currículo.

2.1 “Bixo não anda de elevador!”

2.2O Topázio: a voz do Centro Acadêmico Cristiano Fischer

2.3 Farmacolandos, e agora?

3 O PATRIMÔNIO TECNOLÓGICO

3.1 Patrimônio Tecnológico no Brasil, algumas considerações

3.2 O que guardar e o que não guardar?

3.3 O Rol do Acervo da FACFAR

FONTES PESQUISADAS

LOCAIS DE PESQUISA

APÊNDICES

INTRODUÇÃO

A ideia de realizar este estudo surgiu num encontro, em 2008, com a direção da Faculdade de Farmácia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul quando então conheci o acervo dessa Instituição. A primeira ideia foi a de elaborar um rol. Quais documentos e objetos resistiram ao tempo? Quais memórias? E, quem sabe, fosse possível identificar registros da pesquisa e ensino da ciência farmacêutica, seu cotidiano, cientistas e sua consolidação na cidade de Porto Alegre.

Entretanto, o contato mais aprofundado com esse acervo possibilitou o seu desdobramento em novos questionamentos, tais como: qual a situação do patrimônio tecnológico no Brasil? Quais as particularidades desse tipo de acervo? O que é considerado patrimônio, quem determina e por quê? O acervo possibilita a descoberta de memórias diversas? Qual o interesse nos objetos remanescentes desse acervo?

A relevância do estudo sobre patrimônio, qualquer que seja, está na possibilidade de se pensar e refletir sobre os discursos e usos dessa categoria. Patrimônio é “bom para pensar”, à medida que o compreendemos de maneira circunstanciada e como construção social. (PRATS, 1998). O estudo sobre o desejo da patrimonialização é, sobretudo, um estudo sobre poder e legitimação de identidades. O patrimônio tecnológico da Faculdade de Farmácia / FACFAR, além dessas possibilidades de reflexão, é importante porque diz respeito à formação de um grupo de cientistas muito pouco explorado: os farmacêuticos em Porto Alegre.

A maioria dos estudos existentes sobre Farmácia refere-se ao aspecto do farmacêutico dispensador, ao comércio, à publicidade, às antigas boticas, à história da Farmácia no Brasil¹. No presente estudo pretende-se, através da proposta de um rol, compreender parte da trajetória da Faculdade de Farmácia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul / UFRGS, o primeiro curso de

¹ Pesquisa realizada no Banco de Teses e Dissertações da Capes e Acervos Bibliográficos da FIOCRUZ.

ensino superior de Porto Alegre. Para tanto, foram pesquisados documentos impressos, objetos científicos guardados no acervo dessa instituição, e realizadas entrevistas com aqueles que participaram da consolidação dessa instituição na década de 1950, decorrente da autonomia alcançada pela Lei nº 1021 de 28 de dezembro de 1949².

Inicialmente, é importante ressaltar a diferença que é feita entre “objetos científicos” e “instrumentos científicos”. Silvia Figueiroa durante a conferência de abertura do XXXI Simpósio Internacional de Instrumentos Científicos, intitulada “Uso e circulação dos instrumentos científicos e históricos”³, definiu os instrumentos científicos como “aparatos, máquinas que mantêm uma função de mediadores entre o mundo, a percepção e o conhecimento que possuímos sobre esse mundo”. Têm como característica adequar a percepção, criar condições artificiais, gerar ambientes e atuar como intermediários entre o fenômeno a ser estudado e o cientista, ajudando a superar importantes limitações humanas, seja criando condições artificiais para uma pesquisa, ou registrando o seu comportamento em diferentes situações. Para Marcus Granato, “instrumento científico” é um termo complexo e que só se aplica em período histórico determinado: século XIX e início do século XX. (GRANATO, 2009a). Portanto, de forma ampla, utiliza-se nesse trabalho o termo “objetos de ciência e tecnologia” para referir-se ao conjunto de objetos da coleção da Faculdade de Farmácia.

Tangenciando a discussão sobre patrimônio tecnológico está a questão da obsolescência que, contrapondo-se de forma direta ao “dever de memória”, permite que se discuta a respeito de outra categoria diretamente relacionada ao tema: o esquecimento. Para que uma memória se constitua é necessário que haja uma seleção entre o que lembrar e o que esquecer. A partir dessa negociação se dá a formação do acervo da Faculdade de Farmácia.

A história da Faculdade de Farmácia da UFRGS teve seu início em 1894 quando a sociedade criada por farmacêuticos de Porto Alegre, “Sociedade

² Em 1952, através do decreto nº 30.943 de 05 de junho, foi organizada como Unidade Técnico-Administrativa.

³ Geóloga pela Universidade de São Paulo (1981), mestre (1987) e doutora (1992) em História Social pela Universidade de São Paulo, ambos na área da História das Ciências. O simpósio ocorreu em outubro de 2012, na cidade do Rio de Janeiro.

União Farmacêutica”⁴, lançou-se no empreendimento de criação de um curso superior de Farmácia nessa cidade: a Escola de Farmácia. Ela funcionou de 1895 a 1898, e foi anexada à Faculdade de Medicina até 1949. O período entre 1949 a 1958 – ano da inauguração do seu prédio próprio — foi, para essa unidade da UFRGS, um período de consolidação de espaço e da profissão. Com a finalidade de organizar, este estudo foi desenvolvido em três capítulos: os prédios da FACFAR, o cotidiano acadêmico e o rol do acervo.

No primeiro capítulo pretende-se compreender o contexto histórico e relembrar os lugares anteriores ao prédio atual na Avenida Ipiranga, nos quais os primeiros farmacêuticos encontraram espaço para desenvolver o ensino de sua ciência. O início no prédio do Atheneu Rio-Grandense está relacionado com as atividades do grupo da União Farmacêutica, a origem do ensino superior na capital gaúcha e sua ligação com a doutrina Positivista. Em 1898, a Escola Livre de Farmácia uniu-se ao Curso de Partos originando a Faculdade de Medicina e Farmácia. A procura por instalações adequadas continuou: na Rua General Vitorino, com fundos para a Rua Salgado Filho, até a construção do prédio na Rua Sarmiento Leite, esquina com Rua Engenheiro Luís Englert. Nesse local a Escola de Farmácia, junto com a Odontologia, passou a funcionar no porão. A partir daí, a luta por um prédio próprio transformou-se na luta pela valorização do ensino da ciência farmacêutica e, conseqüentemente, da própria profissão. O prédio erguido na Avenida Ipiranga foi, assim, revestido de simbologias.

Ao pesquisar a trajetória da FACFAR por esses lugares e as conjunturas que criaram condições para o desenvolvimento da ciência farmacêutica em Porto Alegre, levou-se em consideração suas edificações como portadoras de sua história e memórias. (Apêndice A). Para a pesquisa foi extremamente útil compreender o desenvolvimentismo dos anos cinquenta no Brasil, da indústria brasileira, e o tipo de arquitetura representante desse momento: a Arquitetura Moderna. A construção do prédio da Faculdade de Farmácia permitiu acompanhar o crescimento da cidade vinculado às obras de canalização do “Riacho”, atual “Arroio Dilúvio”, na Avenida Ipiranga. As entrevistas com os

⁴ Nesse trabalho será adotada a grafia “União Farmacêutica”.

arquitetos responsáveis pelo projeto, Flávio Soares e Lincoln Ganzo de Castro, foram esclarecedoras sobre as condições de criação do projeto arquitetônico da Faculdade de Farmácia. Revelou-se um projeto ousado de dois jovens estudantes, considerados autodidatas seguindo orientações das publicações estrangeiras.

No segundo capítulo aborda-se as memórias relativas à autonomia do curso de Farmácia, a mudança dos porões da Faculdade e Medicina, na Rua Sarmiento Leite, para o prédio próprio na Avenida Ipiranga. Foram entrevistadas nove pessoas, ex-alunos e professores da Faculdade de Farmácia. Para tanto, foi utilizada a metodologia da história oral, que compreende a realização de entrevistas com pessoas procurando estudar a instituição sob a perspectiva dos depoimentos de quem participou ou testemunhou os acontecimentos. As entrevistas gravadas e transcritas adquirem a condição de documento. Nesse capítulo discorre-se sobre o cotidiano das aulas, das passeatas dos bixos e de protestos, da vida acadêmica, das formaturas e das festas. Para que alguns acontecimentos cotidianos pudessem ser revelados, além das entrevistas, consultou-se o jornal do Centro Acadêmico Cristiano Fischer “O Topázio” (1954 - 1966). Assim, foi possível cruzar os depoimentos com material bibliográfico e arquivístico. Nesse sentido, o arquivo da FACFAR forneceu um interessante material fotográfico, e documentação administrativa através de atas e históricos.

No terceiro capítulo, pretende-se entender a categoria do patrimônio científico e tecnológico, sua situação no Brasil, a maneira como ocorreu a sua formação no espaço da Faculdade de Farmácia da UFRGS. Buscou-se descrever esse patrimônio através de um rol, o que implicou compreender as práticas adotadas para a seleção e classificação, formas de aquisição e procedência. Foram analisadas as condições atuais desse acervo, resultado de decisões em relação aos documentos, que permitem conhecer parte de sua trajetória. O estudo do patrimônio científico e tecnológico da Faculdade de Farmácia ultrapassa a política de patrimonialização da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e reflete a própria situação desse tipo de coleção no país.

Para responder às questões de porque guardar objetos que não cumprem mais sua função original buscou-se o entendimento de que a coleção cumpre a função de representação de um passado e um modo de fazer com os quais o grupo estabelece uma relação através daqueles objetos. Portanto, a ressignificação dos objetos proposta por Krzysztof Pomian foi importante para entender a sua função como mediadores entre o espectador e o mundo “invisível” que eles representam. (POMIAN, 1984). Também as discussões acerca da patrimonialização propostas por Llorenç Prats e Dominique Poulot, referentes à construção dos discursos de construção do patrimônio, em geral sob a chancela de agentes do patrimônio, auxiliam nessa compreensão.

Os procedimentos técnicos utilizados para o desenvolvimento do rol foram identificação e registro dos objetos; classificação; pesquisa arquivística, bibliográfica e oral e, por fim, a reprodução fotográfica do acervo. Esses procedimentos básicos da Museologia foram utilizados para dar conta dessa coleção de objetos científicos, os quais foram reunidos de maneira fortuita, ou melhor, sem que fosse submetida a algum tipo de gestão e que, para fins desse estudo, foi dividida em cinco grupos de documentos: Bibliográfico, Arquivístico, Iconográfico, Audiovisual e Museológico.

Por fim, destaca-se a importância do acervo dessa instituição para pesquisa na área da História e Memória das Ciências no Brasil e as diversas possibilidades através das quais ele pode ser abordado: o patrimônio de ciência e tecnologia, a circulação de instrumentos científicos, desenvolvimento das ciências farmacêuticas, biografias e relações comerciais de objetos científicos são algumas dessas possibilidades.

1 A FACULDADE DE FARMÁCIA E SEUS LUGARES

“Não é interessante como esse castelo muda
tão logo a gente imagina que Hamlet viveu nele?”

(Niels Bohr)

Criada em 1895, a Escola de Farmácia foi anexada à Faculdade de Medicina em 1898, após fundir-se com o Curso de Partos da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Em 1949 recuperou sua autonomia, permanecendo vinculada à Faculdade de Medicina até 1952 quando foi, então, organizada como Unidade Técnico-Administrativa pelo Decreto nº 30.943 de 05 de junho de 1952.

Desde sua criação, a Faculdade de Farmácia funcionou em mais de um prédio: no Atheneu Rio-grandense; no prédio da Rua General Vitorino, fundos para Rua Salgado Filho; na Faculdade de Medicina, na Rua Sarmento Leite e, por fim, no prédio atual da Avenida Ipiranga. Este capítulo pretende mostrar a trajetória da Escola de Farmácia por estes lugares e as conjunturas que criaram condições para o desenvolvimento da ciência farmacêutica em Porto Alegre, considerando-se suas edificações como portadoras de sua história e memórias.

1.1 NOS TEMPOS DO ATHENEU RIO-GRANDENSE: os primeiros passos da Faculdade de Farmácia em Porto Alegre

No final do século XIX, o Brasil entrava no período republicano. O fim da mão-de-obra escrava, considerado um entrave ao desenvolvimento econômico, e sua substituição pelo trabalho do imigrante produziram mudanças na sociedade brasileira. Ao surgimento do trabalho assalariado e da indústria seguiram-se os investimentos na urbanização. As transformações decorrentes da implantação da indústria são tanto técnicas quanto sociais — apareceram

novos grupos: a “burguesia agrária cafeeira” e a “classe média” urbana, aspirantes à participação na vida política. (PESAVENTO, 1992).

Na década de 1890, no Rio Grande do Sul, de acordo com Sandra Pesavento, houve um “surto” na indústria rio-grandense:

[...] centralizado na produção de conservas, têxteis, banha, vinho, cerveja e calçados. Embora esta produção visasse, fundamentalmente, o abastecimento no mercado local, algumas empresas como Renner, Wallig e Berta, atingiram o mercado nacional, especializando-se em artigos de superior qualidade. (PESAVENTO, 1992, p. 76).

Esses grupos emergentes tinham sua representação na política institucional levada a termo pelo Partido Republicano Rio-grandense (PRR), criado em 1882, e que chegou ao poder no Rio Grande do Sul com a instauração da República em 1889. Também se apoiavam, sobretudo, nas ideias positivistas, de grande repercussão no Rio Grande do Sul, as quais preconizavam a separação entre o poder temporal e o espiritual. O Estado não deveria interferir no que dizia respeito às individualidades, porém, era sua a competência de promover a educação e o esclarecimento necessários para que os indivíduos aceitassem os preceitos positivos – “científicos” – atingindo, assim, a estruturação racional da sociedade⁵. As políticas de saúde consideravam essa premissa de “liberdade individual” ao formular suas diretrizes. Defendiam, também, a neutralidade do Estado em tudo o que dissesse respeito às crenças e às doutrinas, eliminando os privilégios da nobreza, da Igreja e da academia, propondo a “liberdade espiritual”. (WEBER, 1997, p. 47).

Julio de Castilhos tornou-se o Presidente do Estado, adotando a matriz positivista como norteadora do seu governo. Seu projeto, marcado pelo autoritarismo político e administrativo, ensejou a Constituição Estadual de 14 de julho de 1891⁶, nascida, portanto, sob o “Apostolado Positivista” e teve

⁵ Paulo Pezat, em artigo publicado na Revista Anos 90, intitulado “O Positivismo na abordagem da recente historiografia gaúcha”, faz uma análise sobre a historiografia positivista no RS. Traz algumas críticas e interpretações sobre a Doutrina de Auguste Comte de acordo com as demandas de cada época e os principais autores que trabalharam esse tema no RS.

⁶ Decretada e promulgada em nome “da Família, da Pátria e da Humanidade” essa constituição pode ser encontrada em publicação comemorativa no site da Assembleia Legislativa, no link a seguir: <http://www2.al.rs.gov.br/memorial/LinkClick.aspx?fileticket=frKwldvbn2g%3D&tabid=3456&language=pt-BR>

Castilhos como “praticamente o único autor”. (PESAVENTO, 1992). O estado do Rio Grande do Sul, de acordo com o primeiro artigo da sua Constituição, assegurava que o governo “*constitui-se sob o regime republicano, no livre exercício da sua autonomia, sem outras restrições além das que estão expressamente estatuídas na Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*”.

Essa Constituição mantinha o território já existente, seguindo “*a tradição histórica*”, e tinha o Presidente do Estado como “*supremo*” dirigente governamental e estabelecia que o ensino primário oferecido pelo Estado seria “leigo, livre e gratuito”. Em seu Título IV, que trata das “*Garantias Gerais de Ordem e Progresso no Estado*”, o artigo 71 estabelecia o incentivo à indústria e ao comércio e a liberdade de exercício profissional. No parágrafo 17 deste artigo lê-se: “*Nenhuma espécie de trabalho, indústria ou comércio poderá ser proibida pelas autoridades do Estado, não sendo permitido estabelecer leis que regulamentem qualquer profissão ou que obriguem a qualquer trabalho ou indústria*”.

A liberdade profissional promovida por essa Constituição encontra-se, mais detalhada, no parágrafo quinto do artigo 71 em que é afirmado: “*Não são admitidos também no serviço do Estado os privilégios de diplomas escolásticos ou acadêmicos, quaisquer que sejam, sendo livre no seu território o exercício de todas as profissões de ordem moral, intelectual e industrial*”. Corroborando a decisão constitucional, em junho de 1895 houve a publicação do edital do *Regulamento dos Serviços de Higiene do Rio Grande do Sul*⁷ no jornal “A Federação”, pelo qual ficava determinado que, para exercer “*a medicina e qualquer um de seus ramos, a farmácia, drogaria, obstetrícia e arte dentária*”, bastava inscrever-se no Serviço de Higiene e, após pagamento de taxa, obter a licença⁸. De acordo com Beatriz Weber, há uma unanimidade entre os autores que tratam dessa temática ao afirmar que no período que se sucedeu à Constituição e a esse regulamento cresceu o número de práticos no Estado.

⁷ Decreto nº 44 de 12 de abril de 1895.

⁸ Em “A Federação”, 13 de junho de 1895.

Enquanto no Rio Grande do Sul o Estado deveria zelar pela saúde sem interferir nas escolhas e crenças, sendo os profissionais da saúde regulados pela própria população “esclarecida” pela “ciência”⁹, nos outros estados brasileiros a perseguição aos que praticavam as “artes de cura” sem a devida formação era estabelecida por lei¹⁰.

A liberdade profissional atingiu médicos, odontólogos e farmacêuticos que se depararam dividindo espaço com curandeiros, boticários, práticos, benzedeiros, barbeiros, e tantos outros que oferecessem a cura. Descontentes, mobilizaram-se, criando diferentes associações. Para tanto, a classe farmacêutica havia fundado a “*União Farmacêutica*”, em setembro de 1894¹¹. Dentre alguns dos nomes que se destacam nesta sociedade estavam Alfredo Leal, Carvalho de Freitas, João Daudt Filho e Valença Appel¹².

De acordo com *Relatório da Congregação da Escola Livre de Farmácia de 1898*, nos estatutos da “*União Farmacêutica*”¹³ estava prevista a criação de um curso superior de Farmácia¹⁴. A sociedade recém-fundada publicou, no dia primeiro de setembro de 1894, no periódico “*A Federação*”, um convite para que farmacêuticos e proprietários de farmácias se reunissem na capital. O mês de setembro daquele ano foi agitado, e no dia dezesseis esses profissionais se instalavam no salão principal da Santa Casa de Misericórdia para mais uma reunião.

A reação da “*União Farmacêutica*”, contrariando a Constituição de 1891 no que dizia respeito à formação dos profissionais, poderia dar a

⁹ WEBER, 1997, p. 44.

¹⁰ O Decreto nº 438, de 1891, regulava a descentralização dos serviços sanitários para os estados, mantendo atribuição do Governo Federal somente os portos e as fronteiras. Foi essa legislação que permitiu ao RS diferenciar-se, no que diz respeito às normas sanitárias, do restante do país.

¹¹ A classe médica criara uma associação em 1892, liderada por Rodrigo de Azambuja Villanova. A data da fundação da “*União Farmacêutica*”, 02 de setembro de 1894, está no Relatório da Congregação de 25 de julho de 1898. Infelizmente não foi possível encontrar seus estatutos até a presente data.

¹² Os profissionais de farmácia estabelecidos na cidade de Porto Alegre, antes de 1895, adquiriam seus diplomas em cursos que funcionavam nas cidades de Salvador, Ouro Preto e Rio de Janeiro. Arlindo Caminha, Edmundo Landell de Moura e João Daudt Filho concluíram seu curso no Rio de Janeiro e Alfredo Leal e Francisco Carvalho de Freitas, na Bahia.

¹³ Até o presente momento não foi possível encontrar este Estatuto. As únicas referências encontradas sobre ele estão no relatório citado e no artigo de Sarmiento Leite, “Faculdade de Medicina: dados históricos” publicado na Revista dos Cursos nº 1, Porto Alegre, 1915.

¹⁴ SARMENTO LEITE Apud CORSO, 1990.

impressão de desalinho dessa classe com o governo do Estado. No entanto, desde o início essa sociedade recebeu apoio de Julio de Castilhos, através de investimento financeiro e do empréstimo do local para a instalação de um curso superior de Farmácia no sul do país. No contexto geral, o incentivo à criação pode ser explicado pela concepção do governo de que as instituições de cursos superiores seriam formadoras de uma elite política - com dirigentes egressos desses cursos, o poder seria qualificado -, transformando esses profissionais e o governo em fortes aliados.



Figura 1 – Membros da União Farmacêutica em passeio, início do século XX. Autor não identificado. Fonte: Acervo do Museu da UFRGS.

Isso é confirmado por Günther Weimer, e são vários os indícios sustentados por esse autor: a “insistência” por parte dos docentes de se declararem fiéis à doutrina de Comte; a estreita relação entre governo estadual e essas instituições de ensino, com a participação dos docentes na administração pública; os nomes de líderes positivistas que batizaram os institutos; a anuência da direção em cada matrícula dos estudantes. Segundo Weimer, “não bastava que o discente comprovasse sua aprovação em anos anteriores. Era necessário obter o beneplácito da direção que era irrecorrível e usada em sentido ideológico: os candidatos que se identificavam com a oposição, eram vetados”. (WEIMER, 1985, p. 19).

Sandra Pesavento também relaciona o apoio do governo estadual e a criação de cursos superiores com objetivo de criar uma elite política. Tratava-se, em última análise, de um projeto de qualificação das elites para preparar os dirigentes. Esse apoio era de natureza moral, não havia o compromisso oficial em oferecer subsídios. Porém, isso não era impedimento para que a “elite ilustrada”, ocupando cargos do governo, tomasse iniciativas para a criação dos cursos. (PESAVENTO, 2004, p. 21).

Ao ser fundada, em 29 de setembro de 1895, a Escola Livre de Farmácia passou a funcionar no prédio do *Atheneu Rio-grandense* – onde anteriormente havia sido o *Liceu Dom Afonso* e depois *Escola Normal* – em duas salas cedidas pelo governo, juntamente com os objetos dos laboratórios de Química e Física existentes no local e do material do curso de História Natural. Esse prédio estava localizado na esquina da Rua Duque de Caxias com a Rua Marechal Floriano, e, mais tarde, foi ocupado pelo Departamento de Polícia Civil da Secretaria do Interior e Justiça, quando foi destruído por um incêndio¹⁵.



Figura 2 - Prédio do Ateneu Rio-grandense.

Fonte: Acervo Museu Joaquim José Felizardo – Fototeca Sioma Breitman.

Criada a Escola, foram publicados anúncios para a inscrição no curso, durante o ano de 1896¹⁶, mas somente em fevereiro de 1897 iniciou a primeira

¹⁵ Hoje no mesmo local está situado o Colégio Sevigné.

¹⁶ Esta situação pode ser acompanhada no jornal “A Federação” e também na primeira Ata da Congregação da Escola Livre de Farmácia.

turma de futuros farmacêuticos. À época de sua fundação, o número de analfabetos no Rio Grande do Sul era bastante significativo – os dados apontam para 75% e 85% da população -, o ensino era para poucos e a dificuldade de encontrar interessados no curso decorria, portanto, desse quadro social. Para Günter Weimer, a criação desses cursos dentro do quadro de educação à época impressiona. (WEIMER, 1985, p. 18).

O município de Porto Alegre, entre os anos de 1897 e 1924, era governado pelo intendente José Montauray de Aguiar Leitão. Administrativamente, a cidade configurava-se em dois espaços bem caracterizados: o perímetro urbano - referente à península da cidade, atual Centro Histórico; e o rural - referente à periferia rural. De acordo com o relatório da Intendência desse período, a receita da cidade refletia essa divisão, uma parte era destinada aos limites urbanos e outra ao que estava fora desses limites. Ao todo, a população estava em torno de 80.000 habitantes e 10.000 prédios.¹⁷



Figura 3 - Planta de A. A. Trebbi, reproduzida do Livro “Biografia Duma Cidade”.
Fonte: Acervo Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.

Entre os principais prédios que se destacavam na cidade de Porto Alegre estava o prédio do *Atheneu Rio-grandense*. Na planta, datada de 1906,

¹⁷ Informações extraídas do “Relatório apresentado à Câmara de Vereadores – 1892 / 1926”, pelo intendente José Montauray. Apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente José Montauray de Aguiar Leitão – Sessão Extraordinária de 1897. AHPAMV.

desenhada por A. A. Trebbi, o prédio aparece como uma das principais edificações de Porto Alegre. Ele é o quarto prédio que aparece na base inferior da Figura 3, da esquerda para direita.

O *Liceu D. Afonso* foi criado em 1846 com o objetivo de suprir a necessidade de ensino secundário público, durante a administração de Luis Alves de Lima e Silva – Duque de Caxias - na Presidência da Província de São Pedro. Através da Lei nº52, de 23 de maio de 1846, foi materializada a proposta de Caxias, criando-se o Liceu na capital com o objetivo de reunir as aulas públicas do ensino secundário que era ministrado por professores particulares. Essa Lei determinava, ainda, a construção de um prédio na Rua da Igreja, no lugar onde D. Pedro II lançara a pedra fundamental. O projeto de construção do prédio foi elaborado pelo engenheiro Ferraz d’Elly”. (ARRIADA, p. 64, 2007).

Enquanto existiu, o *Liceu* funcionou em um prédio alugado na esquina da atual Rua Andrade Neves com a Rua General Câmara. A ideia de criar um prédio onde se centralizassem os diversos cursos espalhados na cidade era uma medida de economia e controle do ensino para a Província: “[...] com economia para o futuro, poupando-se os aluguéis das casas para essas aulas. Só por este modo se pode exercer uma boa inspeção sobre os professores e alunos, e despertar entre eles a emulação tão necessária e proveitosa”¹⁸. O *Liceu* teve como dificuldade a concorrência com os colégios que ofereciam o internato, pois isso atendia a demanda de alunos oriundos do interior do Estado. Quando ficou pronto o novo prédio, na Rua Duque de Caxias, esquina com a Rua Marechal Floriano, já era chamado *Atheneu Rio-grandense*.

Concluídas as obras, a demora de funcionamento de cursos no Atheneu foi alvo de críticas da população:

Quanto ao funcionamento do *Ateneu Rio-Grandense*, pelas páginas do Partenon Literário, Bittencourt (1874, p.265) deixou implicitamente manifestada a sua inconformidade com o péssimo aproveitamento desse estabelecimento. Temos um Ateneu: ‘isto é, um vistoso edifício, para cujas galas internas e externas tantos claros se abriram na renda da Província’. Porque não fazer que quanto antes comece ele a prestar-se ao mister para que foi levantado? (ARRIADA, p. 89, 2007).

¹⁸ Relatório do Presidente da Província, 1846, p. 12.

A degradação do Atheneu está registrada nas memórias de Alfredo Varela¹⁹, em visita realizada na década de trinta: “Vi, num doce abalo, o local, agora com um tão diverso emprego. Entrei onde me pareceram existir as salas de leitura, e daí não fui avante, na definitiva sede que deram a instituição hóspede outrora do Ateneu”. (VARELA Apud ARRIADA, 2007, p.90).

O baixo aproveitamento daquele espaço justifica que tenham sido doadas salas à nova campanha dos farmacêuticos. No período em que a Escola Livre de Farmácia funcionou nesse lugar, de 1895 a 1900, ela foi incentivada pelas ações da “*União Farmacêutica*”. Essa entidade buscava incentivos junto ao governo do Estado para compra de equipamentos, e contava com o deputado José Romaguera Corrêa²⁰ como aliado na Assembleia dos Representantes do Estado. Seu discurso demonstrava, em fins do século XIX, uma visão de autonomia científica e industrial, ao afirmar:

Note-se agora que nós contamos com uma flora abundantíssima, com uma fauna considerável, com riquezas no solo e subsolo, precisamos que o estrangeiro venha nos ensinar a aproveitar essas riquezas, que nós mesmos poderíamos preparar e exportar em outras condições?²¹

As dificuldades para a instalação do curso de Farmácia foram registradas no Relatório da Congregação da Escola Livre de Farmácia de 1898. Nele, Alfredo Leal assim descreve a situação:

Circulares pedindo auxílio foram dirigidas a todas as classes da sociedade Rio-grandense, e com pesar (sic) o digo, com resultados quase negativos. Só a classe *Pharmacêutica* da Capital atendeu a este apelo (sic) e concorreu, ella só, com quantia superior a cinco contos de réis. O mesmo não sucedeu com os poderes públicos. (RELATÓRIO DA CONGREGAÇÃO da Escola Livre de Farmácia, 25 de julho de 1898).

A quantia recebida do governo do Estado e do Município totalizava vinte e cinco contos de réis, quantia não muito significativa à época. Com poucos recursos financeiros, a “*União Farmacêutica*” procurava arrecadar recursos através de diferentes alternativas, entre as quais a realização de uma

¹⁹ Alfredo Augusto Varela (1864 – 1943), historiador, advogado, jornalista e diplomata. Nascido em Jaguarão / RS, formou-se em direito em 1889 no Rio de Janeiro, onde faleceu. Foi um dos fundadores do Instituto Histórico Geográfico do RS.

²⁰ Médico formado pela Faculdade de Medicina do RJ, natural de Santana do Livramento, RS.

²¹ Arquivo da Assembleia Legislativa, caixa 1800, Anais da Província 83, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 22 Apud CORSO, 1990.

quermesse, em dezembro de 1897, em prol da criação da biblioteca. Esse evento foi registrado na imprensa, e, de acordo com nota publicada no jornal “A Federação”, foram adquiridos cento e quarenta livros com a renda resultante do bazar²². Na mesma nota do jornal, consta a comissão organizadora do evento, constituída por Cristiano Fischer, Carvalho de Freitas, Alfredo Leal, Arlindo Caminha e Francisco Rocha. (Apêndice B). A nota informa, ainda, que as doações para a quermesse poderiam ser recebidas na secretaria do prédio do Atheneu Rio-grandense. De acordo com esse relato, foram organizadas sete tendas – da Imprensa, da República, do Exército e Armada, da Escola de Engenharia, Comércio e Indústria e da Escola de Farmácia -, cada uma tinha como sua representante uma jovem pertencente à sociedade local da época. Para equipar os laboratórios, a “*União Farmacêutica*” encomendou da Europa alguns instrumentos. Como se vê, as atividades dessa sociedade foram fundamentais não somente para a criação e a fundação da Escola, mas, também, para sua manutenção. Segundo Alfredo Leal, no já citado Relatório da Congregação da Escola Livre de Farmácia, era preciso reconhecer “*os serviços prestados à instrução e desenvolvimento intelectual do nosso meio*” praticados por essa sociedade.

As dificuldades encontradas e suas causas, segundo o Relatório da Congregação, são enumeradas por Alfredo Leal:

Para que possais avaliar quão grandes foram estas dificuldades, basta dizer-vos que durante todo o ano de 1896 a Escola não pode funcionar por falta de alunos. A falta de uma escola desta natureza em nosso Estado, a indiferença pública pela instrução superior e principalmente pela classe farmacêutica foram outros tantos obstáculos a vencer. (RELATÓRIO DA CONGREGAÇÃO da Escola Livre de Farmácia, 1898).

Na época da instalação desse curso, em Porto Alegre, final do século XIX e início do século XX, os laboratórios das farmácias funcionavam nos fundos do estabelecimento. A separação desses dois ambientes – de comércio e de laboratório – aconteceu somente após a consolidação da indústria farmacêutica na década de 1930. Também o espaço das boticas, à época, eram espaços de sociabilidade. Como local de encontros, há uma série de relatos sobre a farmácia em fins do século XIX e nas primeiras décadas do XX

²² Conforme anúncio publicado em “A Federação”, no dia 23 de outubro de 1892.

como se constata na narrativa, logo a seguir, de Érico Veríssimo e Carlos da Silva Araújo.

Na obra de Érico Veríssimo, “Solo de Clarineta”, na qual o autor escreve suas memórias, há um desses relatos. O pai de Érico, Sebastião Veríssimo, formado pela Escola Livre de Farmácia de Porto Alegre, em 1899, na primeira turma, tornara-se proprietário da Farmácia Brasileira em Cruz Alta, interior do Rio Grande do Sul. Numa das passagens do livro, Érico descreve o ambiente da propriedade de seu pai. Seu olhar e atenção se voltavam para os tipos que circulavam naquele espaço, para as conversas e discussões que ali aconteciam. Em um dos trechos conta:

A farmácia era o mais importante ponto de reunião dos vadios e dos aposentados da cidade. Havia as horas do chimarrão – dez da manhã e cinco da tarde – em que a cuia andava de mão em mão e a mesma bomba de prata de boca em boca. Nas casas de negócio em geral não se permitia que pessoas estranhas ao serviço transpusessem a muralha simbólica do balcão. Mas era justamente nas farmácias – onde o laboratório devia ser uma espécie de santuário – que essa regra não era seguida a rigor. (VERÍSSIMO, 1994, p. 39).

O autor admite, a seguir, que esse ambiente e as pessoas que por ele circulavam forneceriam precioso material para criação de algumas de suas personagens. Eram “gaúchos buenachos”, “contadores de causos”, “mentirosos patológicos” e “caixeiros viajantes”.

Esses espaços que desapareceram com a industrialização, durante a primeira metade do século XX, no entender de Carlos Araújo²³ transformava a antiga botica em “poética do passado”:

Os extensos capítulos dos tratados de Farmácia Galênica sobre pomadas, unguentos, emplastos e tantas outras formas abreviam-se, simplificam-se. As páginas sobre processos industriais substituem as que desaparecem. Ninguém mais pergunta a um farmacêutico se sabe muito bem fazer um emplastro de vigo, mas sim se é capaz de dragear umas pílulas, trabalhar com uma máquina de comprimido, esterilizar a frio ou no autoclave tais ampolas depois de haver determinado o seu PH. (ARAÚJO, 1949, p.19).

E arremata, dizendo:

Pobre botica em que se jogava gamão, ou em que se discutia política, em que se comentava a vida alheia ou se contavam anedotas, nem

²³ Carlos Benjamin da Silva Araújo (1894 – 1976), farmacêutico, sucedeu seu pai o boticário do Império no Rio de Janeiro, Eduardo da Silva Araújo (1850 – 1923), na direção do Laboratório Silva Araújo e da Farmácia Silva Araújo.

sempre em voz alta. Hoje todos têm pressa: o cliente, o médico, o farmacêutico mesmo, cujo tempo mal chega para confrontar tabela de preços e listas de especialidades. (ARAÚJO, 1949, p. 22).

Voltando-se à época em que foi criada a Escola Livre de Farmácia, no final do século XIX, Araújo (1949, p.18), se refere a esse século como o “da experimentação, da farmacodinâmica, da bacteriologia, da síntese química, da farmácia verdadeiramente científica”. As descobertas nas ciências do século XIX, os sinais das mudanças, as influências — não somente da química, mas, também, a biologia sobre esse grupo — são notadas já em 1898, quando a “União Farmacêutica” anunciou no jornal “A Federação” a afixação de retratos dos pesquisadores Pasteur, Berthelot e Lavoisier²⁴ nas paredes da Escola Livre de Farmácia²⁵. São modelos dos avanços científicos que ocorriam na Europa, em especial o modelo francês. No que se refere ao currículo, este demonstrava o conhecimento na área: Física, Química Mineral, Mineralogia, Química Orgânica, Botânica e Zoologia, Química Biológica e Microscopia, Matéria Médica e Terapêutica, Química Analítica e Toxicológica e Farmácia Teórica e Prática. Essas disciplinas eram ministradas durante os três anos de curso. Outro indicativo desse compasso com a cientificidade da época é a percepção da importância dada à experimentação, conforme se constata a seguir:

Nas cadeiras de Química Mineral, Orgânica e Biológica e Mineralogia, eu não recuo afirmar que o ensino é melhor ministrado do que nas Escolas da União, pois que é todo ele feito nos laboratórios, onde tem sido preparados uma infinidade de corpos minerais e orgânicos, assim como têm sido efetuado grande número de análises bioquímicas, exames microscópicos, indagações de bactérias patogênicas, estudos óticos de líquidos orgânicos, etc. (RELATÓRIO DA CONGREGAÇÃO da Escola Livre de Farmácia, 1898).

o relatório de Alfredo Leal, a Bacteriologia, ciência recém-surgida, era contemplada com um laboratório “[...] onde se ministrassem aos alunos, pelo menos, os rudimentos desta ciência nova que tem revolucionado todo o edifício da Medicina e da Farmácia”. Para tanto, fora comprado na Europa:

[...] um microscópio Zeiss, o modelo mais aperfeiçoado deste fabricante, um autoclave e uma estufa para incubações tendo, porém a infelicidade de perder-se estes dois últimos aparelhos no incêndio da Alfândega desta Capital. (RELATÓRIO DA CONGREGAÇÃO da Escola Livre de Farmácia, 1898).

²⁴ Louis Pasteur (1822 – 1895), bacteriólogo francês; Marcellin Berthelot (1827 – 1907), químico francês; Antoine Lavoisier (1743 -1794), químico francês.

²⁵ Nota divulgada em “A Federação”, dia 21 de março de 1898.

Segundo o relatório citado, a escola funcionava, então, com dez professores, denominados “*lentes*”: Christiano Fischer, Diogo Ferraz, Francisco Rocha, Silva Pereira, João Daudt Filho, Deoclécio Pereira, Alfredo Leal, Arlindo Caminha, Carvalho de Freitas e João Landell de Moura, e três ajudantes preparadores – de Química Mineral, Carlos Hardegger, de Física, Isidro Herédia e de Química Orgânica e Biológica, Moysés Alves de Menezes, e o porteiro – Marcos José Ricardo. De acordo com o Relatório da Congregação, somente o senhor Carlos Hardegger e o senhor Marcos José Ricardo recebiam salários.

No prédio do *Atheneu*, o Laboratório de Química da Escola Livre de Farmácia, mediante contrato com o Departamento de Higiene, realizava os exames clínicos para os moradores da cidade de Porto Alegre. O governo passou a sustentar que a criação de um laboratório público não era prioridade, pois esta necessidade era plenamente satisfeita pela Escola. No entanto, a contribuição financeira foi um impasse, e defendida pela direção da Escola:

Admitida, pois, a preliminar de que o nosso Laboratório de Chimica é o mesmo que o da Directoria de Hygiene, é lógico e razoável que parte das despesas com a sua manutenção seja custeada pelo Governo do Estado. É tão verdadeira esta conclusão que o Governo consignou em seu orçamento para o corrente exercício a verba de seis contos para o Laboratório de Chimica da Diretoria de Higiene, sabendo perfeitamente que semelhante Laboratório não existe. Cabe, pois, a nossa Directoria reclamar o recebimento deste dinheiro que, estou certo, lhe será entregue sem a menor relutância, por ser de inteira justiça semelhante reclamação. (RELATÓRIO DA CONGREGAÇÃO da Escola Livre de Farmácia, 1898).

Em 1898 iniciaram-se as tratativas para a criação de um curso de medicina a partir da união da Escola Livre de Farmácia, e o Curso de Partos que havia sido instalado na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. As condições para que essa união fosse implantada eram as seguintes: a exoneração da diretoria da Escola Livre de Farmácia e imediata eleição de nova diretoria; enquanto não instalada a Faculdade de Medicina e Farmácia, continuavam em vigência os respectivos estatutos; o currículo não seria mudado, salvo alguma inconveniência; o patrimônio da Escola de Farmácia voltaria para ela no caso de retomar a autonomia.

Em vinte e cinco de julho de 1898, o acordo entre a Escola Livre de Farmácia e o Curso de Partos da Santa Casa de Misericórdia deu origem à

Faculdade Livre de Medicina e Farmácia de Porto Alegre. Iniciava-se uma nova fase na história do ensino de Farmácia no Rio Grande do Sul, pois, após essa união, a Faculdade de Farmácia teve sua administração subordinada à Faculdade de Medicina até 1949, e durante os cinquenta e um anos transcorridos desde a fusão dos cursos seu patrimônio foi sendo incorporado pela Escola de Medicina.

1.2 NOS PORÕES DA “CASA DE SARMENTO”: a Faculdade de Medicina

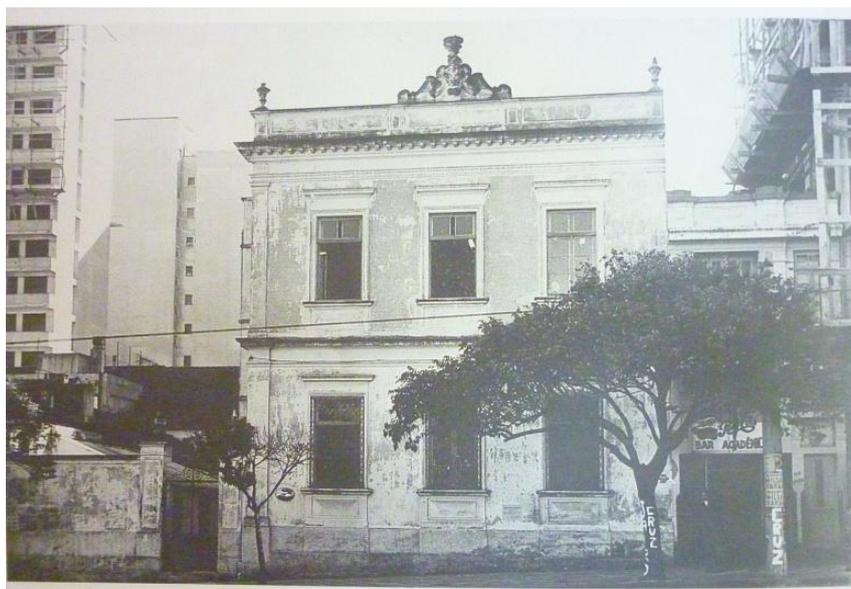


Figura 4 – Prédio na Rua 02 de Fevereiro, atual Salgado filho.
Fonte: Reprodução do Livro Fogos de Bengala nos céus de Porto Alegre.

A Faculdade de Medicina e Farmácia continuou funcionando no Atheneu Rio-grandense até 1900 quando foi comprado um prédio na Rua General Vitorino – antiga Rua da Alegria, nº 55 - onde hoje funciona o Departamento de Artes Dramáticas, DAD. Foi construída nos seus fundos - na Rua Salgado Filho, antiga Rua 02 de Fevereiro – outra edificação onde funcionaria, mais tarde, o Instituto Pasteur. Conforme o periódico da Faculdade de Medicina, “Notas e Informações”²⁶. No prédio situado aos fundos funcionava a administração, salão nobre, sala dos alunos, biblioteca, museu, arquivo, gabinetes de física, química, medicina legal e higiene, farmácia, história natural, histologia e odontologia. Em 1924 transferiu-se para o prédio do atual

²⁶ FACMED, Notas e Informações, Ano VIII, nº 8 1923, Livraria do Comércio.

Instituto de Ciências Biológicas da UFRGS - ICBS. Neste último, o curso de Farmácia ocupava duas salas no porão²⁷. (PESAVENTO, 2004, p.35).

Nas primeiras décadas do século XX, o ensino superior em Porto Alegre se expandiu, ganhando várias edificações: o Liceu de Artes e Ofícios, o Instituto Parobé, 1906; a Escola de Engenharia; o Instituto Eletrotécnico, 1908; o Instituto Astronômico e Meteorológico, 1906; o Instituto de Agronomia, 1910; o Instituto de Química, 1924; o Direito, 1907²⁸.

O prédio da Faculdade de Medicina e Farmácia, projetado em estilo eclético, começou a ser construído em 1913, onde estava localizado “*O Circo das Touradas*” na cidade de Porto Alegre. Foi projetado por Theodor Wiederpanh e teve sua construção interrompida com a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914). As obras foram retomadas em 1919 e concluídas em 1924, com alterações no projeto original, e executadas pelo engenheiro Pedro Paulo Scheunemann.

²⁷ A Farmácia nos porões da Medicina pode ser vista como uma metáfora do *modelo médico hegemônico* no campo dos profissionais da saúde. Esse domínio da medicina, explicada por Michel Foucault, foi engendrado juntamente com a introdução da disciplina nos hospitais no século XVIII, e nas transformações do saber médico nesta época - ampliação da sua atuação para além dos momentos de crises, mas sendo levada a atuar também no ambiente: ar, temperatura, alimentação. Porém, “é sua função higienista, mais que seus prestígios de terapeuta” que garante aos médicos os privilégios que passa adquirir. (FOUCAULT, 1979, p. 203).

²⁸ De acordo com a Secretaria do Patrimônio Histórico esses prédios constituem o conjunto chamado de Primeira Geração: “No período compreendido entre os anos 1898 e 1928 foram construídas 12 edificações, que surgiram para abrigar os primeiros cursos de ensino superior no Estado. Este conjunto é representativo dos estilos Eclético e Art Nouveau, constituindo parte do que se nominam Prédios Históricos. Estas edificações estão situadas nas áreas que contemporaneamente têm sido identificadas como Campus Centro e Campus do Vale”. Já a **Segunda Geração trata-se** do grupo de prédios que “faz parte do período modernista, construídos entre 1951 a 1964. Esta fase construtiva representa a Segunda Geração de Prédios Históricos e nela destacam-se como exemplos o prédio da Reitoria, do Salão de Atos, das Faculdades de Arquitetura, Odontologia, Farmácia e Educação, entre outros. Os Prédios da Faculdade de Direito e o Observatório Astronômico são tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, inscritos sob nº 1.438-T-98. Além disso, o Campus Centro e o Prédio da Agronomia fazem parte do Patrimônio Cultural do Estado do Rio Grande do Sul, por meio da Lei 11.525, de 15 de setembro de 2000. A maioria dos prédios faz parte do INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL - BENS IMÓVEIS, realizado pela Equipe do Patrimônio Cultural da Coordenação de Memória da Secretaria de Cultura da Prefeitura Municipal de Porto Alegre”. Ver Anexos 1 e 2.



Figura 5 - Prédio da Faculdade de Medicina situado Rua Sarmiento Leite, esquina Luiz Englert, década de 1950.
Fonte: Museu da UFRGS.

O nome “Casa de Sarmiento”, pelo qual ficou conhecido esse prédio, era uma referência ao catedrático Eduardo Sarmiento Leite, um dos fundadores da Faculdade de Medicina.

Dissociar a iniciante Faculdade de Medicina de sua pessoa é tarefa inconcebível, tanto que a faculdade, por muito tempo após a sua morte, era conhecida como *A Casa de Sarmiento*, ‘Até a corda do relógio era ele quem dava’. O poema satírico publicado pela Editora Globo, que retratava a vida na Faculdade adaptando os fatos descritos à linguagem guasca, chama-se “A Estância de D. Sarmiento”. (HANSENN, 1998, p. 28).

A ideia de controle e ordenação que o ato de “dar a corda no relógio” e a comparação ao estancieiro trazem à discussão uma das características da vida em academia à época: o catedrático. Figura emblemática, o catedrático controlava não somente o tempo, ele decidia sobre o teor das aulas, o currículo e a vida acadêmica de seus alunos. Buscando-se no dicionário a definição de cátedra encontra-se a sua origem na palavra do latim “cathedra”, que significa cadeira, trono. Os dois acontecimentos que se relata a seguir, ocorridos nos primeiros anos do século XX, devem ser examinados sob a perspectiva do comportamento desses catedráticos.

O jornal *Correio do Povo*, em 15 de setembro de 1900, publicou a notícia “*Triste ocorrência: Tiros e Morte*” sobre a morte do jovem formado no curso de

Farmácia e estudante de medicina, Antônio Cunha Correa de Mello, assassinado pelo farmacêutico Alfredo Leal, um dos instituidores da Sociedade União Farmacêutica, primeiro diretor da Escola Livre de Farmácia e, após a criação do curso de medicina, vice-diretor dessa faculdade. A proibição da entrada do estudante no prédio da Faculdade, por motivos não esclarecidos, levou ao incidente na Rua da Praia. O jovem esbofeteou o professor em plena Rua dos Andradas. Alfredo Leal reagiu com três tiros de revólver. O desfecho desse episódio, com a impunidade de Alfredo Leal, demonstra o quanto esses catedráticos estavam amparados pelo poder político e econômico local. Segundo a matéria, o Capitão Louzada, Subintendente do 1º Distrito, que caminhava com Alfredo Leal, é quem prossegue com ele para a Chefatura de Polícia, enquanto o estudante agonizante é carregado para a *Farmácia Pasquier & Fischer*. Naquele local, antes de morrer, segundo a matéria, o estudante proferiu as seguintes palavras: “*Fui assassinado, e a autoria deste crime cabê-lo (sic) a todos os membros da Congregação!*”

O segundo episódio ocorreu em 1906, em decorrência da tese defendida pelo doutorando da Faculdade de Medicina, Eduardo Soares Barcelos, intitulada “*Contribuição ao estudo dos tumores congênitos do crânio*”. A tese foi rejeitada pela banca, e no recurso feito pelo aluno constava que o problema fora as críticas que fizera a alguns procedimentos adotados por professores catedráticos.

O doutorando criticou os procedimentos adotados pelos médicos citados com relação à ferida que não foi suturada e a uma cirurgia que não foi realizada, nos termos apresentados. Considerava uma injustiça a sua reprovação porque não caberia à faculdade censurar as opiniões exaradas pelos candidatos, mas apenas avaliar sua pertinência científica. Acrescentou ainda ao seu dossiê cartas de diversos professores da faculdade (Sarmiento Leite, Moisés Menezes, Álvaro Furtado e Mário Totta) que afirmavam que a tese estava adequada. No entanto, uma carta do delegado fiscal dizia que tudo havia transcorrido dentro das normas do Código dos Institutos Oficiais de Ensino, que a tese e os conhecimentos revelados durante a arguição não eram impecáveis e, portanto, não cabia recurso ao doutorando. (WEBER, 1998).

Os estudantes reagiram a essa atitude e realizaram passeatas na cidade. Em retaliação, os professores suspenderam cento e um estudantes pelo período de um ano – suspensão votada na reunião da Congregação da Faculdade de Medicina e Farmácia, com apenas um voto contra: o de

Sarmiento Leite. Desse episódio, Sarmiento Leite saiu com forte apoio dos estudantes, o que foi mantido durante muito tempo²⁹.

Alguns catedráticos agiam em consonância com os poderes locais, protegiam-se e definiam as regras da vida – ou da morte – acadêmica. Episódios como esses são casos extremos, mas permitem esclarecer um pouco mais sobre algumas circunstâncias que envolviam a prática de ensino à época.

Coincide com os tempos em que a farmácia viveu nos porões da Faculdade de Medicina, e em meio ao processo de industrialização iniciado no Brasil, a necessidade de reorganizar o campo da ciência farmacêutica. Uma das medidas para a organização dessa área foi a normatização do exercício da atividade farmacêutica pelos Decretos nº 20.377 e nº 19.606, de 1931, estabelecendo os campos privativos do farmacêutico e os compartilhados por outros profissionais – médicos, químicos e engenheiros químicos. Esses instrumentos regularam a indústria e o comércio de drogas e medicamentos³⁰; a instalação e o funcionamento de farmácias, drogeries, ervanarias; o aviamento de receitas, rótulos e embalagens de produtos farmacêuticos e as normas para propaganda. (COSTA, p. 140, 2004).

Em dezembro de 1949, os cursos de Farmácia e Odontologia da Universidade de Porto Alegre tornaram-se autônomos pela Lei nº 1020, de 28 dezembro de 1949. No entanto, o artigo terceiro estabelecia que “enquanto não forem baixados os atos complementares para execução desta Lei, as Escolas de Odontologia e Farmácia, mencionadas no artigo 1º, continuarão sob o regime de dependência atualmente em vigor”. Assim, somente em junho de

²⁹ Tal foi o carisma desse professor entre os estudantes, que acontece a visita ao seu túmulo, anualmente, no dia 24 de abril, organizada por alunos e professores da Medicina, conforme artigo publicado, “Eterno entrelaçamento”, na seção “Opinião”, do Jornal do Comércio, em: 28/04/2010. <http://jornaldocomercio.provisorio.ws/site/noticia.php?codn=26606>

³⁰ Segundo a terminologia farmacêutica, remédio, droga, fármaco e medicamento não são sinônimos. **Remédio** – todo e qualquer procedimento que promova a saúde com uso ou não de substâncias químicas; **Medicamento** – É um produto farmacêutico tecnicamente obtido ou elaborado com finalidade profilática (preventiva), curativa, paliativa, ou para fins de diagnóstico; **Fármaco** – do grego *phármakon*, que tanto designa medicamento como veneno, ou seja, qualquer substância capaz de atuar no organismo, seja em sentido benéfico ou maléfico; **Droga** – A OMS (Organização Mundial de Saúde, 1966) definiu como qualquer substância ou produto utilizado com a intenção de ser usado para modificar ou explorar sistemas fisiológicos ou estados patológicos visando benefício do receptor. <http://biomedicinaemacao-unip.blogspot.com.br/2012/02/voce-sabe-diferenca-entre-remedio.html>

1952 a Faculdade de Farmácia foi organizada como Unidade Técnico-Administrativa³¹, adquirindo sua autonomia, porém, a conquista do espaço físico ainda levariam seis anos.

A Universidade de Porto Alegre, criada em 1934³², durante a gestão do Reitor Ary de Abreu Lima (1939-1941) demonstrava a necessidade de expansão física e de reunir a Universidade em um único contexto espacial. Para a execução do projeto de expansão, o Reitor Lima convidou o arquiteto Arnaldo Gladosch e outros engenheiros a serviço da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Em conjunto, seriam definidos a Localização de um Campus Universitário e o Plano Diretor que nortearia os rumos do desenvolvimento urbano. (ESPÍNDOLA, 1979, p. 31).

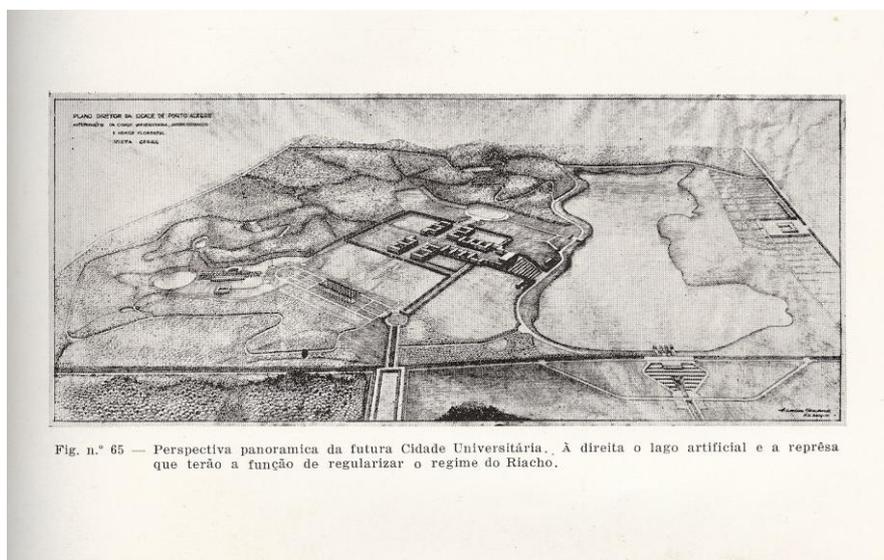


Figura 6 – Perspectiva panorâmica da futura Cidade Universitária. Fonte: Imagem reproduzida do Relatório da Provedoria Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre.

Com o objetivo de ampliar os espaços, na década de 1940, foram definidos os terrenos onde seriam, posteriormente, construídos o Campus da Saúde – nele foram construídos, durante a gestão de Eliseu Paglioli (1952-1964), os prédios dos Cursos de Farmácia, Psicologia, Odontologia, Enfermagem, Medicina e o Hospital de Clínicas - e o atual Campus do Vale, inicialmente chamado Cidade Universitária e localizado no bairro Agronomia.

³¹ Pelo Decreto nº 30943, de 5 de junho de 1952.

³² Através do Decreto-Lei nº 5758, de 28 de novembro de 1934.

A Escola de Farmácia, tornada autônoma na década de 1950, permaneceu funcionando nos porões do prédio da Faculdade de Medicina enquanto a obra do imóvel destinado ao Campus Saúde não era concluída. Essa disposição física causava descontentamento entre os alunos. O trecho a seguir, extraído do jornal dos estudantes de farmácia, “O Topázio”, mostra os sentimentos de frustração e, ao mesmo tempo, a expectativa em relação ao prédio novo:

[...] veio uma desilusão mais profunda, talvez por ser mais palpável. Onde estava nossa Faculdade? Falando a verdade, sem enfeites, nem rodeios, a resposta é uma: nos porões da Faculdade de Medicina - e metade de um porão note-se bem.

Hoje essa desilusão começa a esmorecer, à medida que se erguem as paredes da nossa faculdade. Mas a construção caminha lentamente e até que se complete, a Faculdade de Farmácia funcionará no seu velho e acanhado porão, amigo de tantos anos.

É com alegria que confessamos: uma das desilusões que ao ingressar na faculdade se transformou em radiosa esperança. Naquele tempo, a Faculdade de Farmácia, mãe e pioneira de outras faculdades, estava reduzida a um curso subordinado à Medicina. Hoje, porém, é autônoma e caminha a passos enormes, visto a pouca idade que tem como entidade independente. (O TOPÁZIO, outubro de 1954, p. 08).

O orgulho de estarem na Faculdade e de se identificarem como “farmacolandos” estão presentes na mesma narrativa:

Apesar de tudo, a nossa Faculdade faz parte da nossa vida, está integrada na nossa alma, vive no nosso coração. Não é possível deixar de amá-la e talvez seja por suas grandes deficiências que a amamos tanto. É pequena, mas é acolhedora; é deficiente, mas nos quer bem; é humilde, mas é nossa! (O TOPÁZIO, outubro de 1954, p.08).

As demonstrações de descontentamento aconteciam de diversas maneiras, inclusive em forma de pequenas “sabotagens” como a relatada por Eloy Julius Garcia, que era estudante do curso de Farmácia quando esta funcionava no porão:

O professor de Química Analítica nos dias que havia grandes reuniões da Faculdade de Medicina, ou congressos, etc, colocava um aparelho de *kipp*³³ para funcionar, que produzia gases sulfídricos que invadiam todas as dependências. Aí todo mundo se dava conta que existia uma Faculdade de Farmácia que precisava se mudar de uma vez (Eloy Julius Garcia, entrevista, 17/11/2011).

³³ Nota: Aparelho de Kipp é um aparelho desenvolvido para produção de pequenos volumes de gases, inventado por Petrus Jacobus Kipp.

A reivindicação de um prédio novo, diretamente ligada à valorização da ciência farmacêutica, avançou nos anos 1950. Nesse período houve grande movimentação por parte da classe estudantil, conforme o editorial do mesmo exemplar do Jornal O Topázio acima mencionado: “*Se ontem nos chamavam de impulsivos, hoje que nos chamem do que quiserem, mas, os ideais são os mesmos*”.

Os ideais aos quais se refere o jornal estão, sobretudo, ligados à necessidade da construção de um novo prédio. A geração de farmacêuticos que se forma nas salas de aulas localizadas no porão do prédio da Faculdade de Medicina cobra decisões dos dirigentes da universidade, e mesmo com a obra iniciada os problemas permanecem por causa da demora na construção.

Assuntos que estão se tornando tradições em nossa Faculdade e em diversas outras, na URGs. E não será demais repeti-los, porquanto estão a desejar soluções rápidas, sem os tradicionais ‘rodeios’ de excusas burocráticas, que a ninguém convencem. Da nossa luta aí está o prédio novo sofrendo as consequências de ser vizinho do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina e como tal destinado a ser mais uma obra de ‘Santa Engrácia’³⁴, se não batalharmos nossos ideais. (O TOPÁZIO, p. 03, 17 de maio de 1955).



Figura 7 - O Topázio, Jornal do Centro Acadêmico Cristiano Fischer / CACF.

Fonte: Acervo Biblioteca da FACFAR.

Em 1954 foi publicada uma enquete feita a quatro “*farmacolandos*”³⁵: Sérgio Lamb, Paulo Degrazia, Cândida Pio da Silva e Lovois Miguel³⁶, na qual

³⁴ Localizada na província de Santa Clara, em Portugal, a Igreja de Santa Engrácia levou cerca de quatrocentos anos para ser construída, isso deu origem ao ditado “obras de Santa Engrácia” referindo-se àquelas obras demoradas. Hoje, a Igreja de Santa Engrácia, representante do barroco português, é patrimônio cultural daquele país.

³⁵ Maneira como se autodenominavam os formandos de farmácia.

³⁶ O TOPÁZIO, outubro de 1954, p. 09.

perguntava sobre o curso, disciplinas, docentes, preparação para a vida profissional e sobre as condições do espaço físico.

A respeito do curso, convergiam as opiniões de que havia limites e possibilidades no currículo, como em qualquer outro curso. Em geral, acreditavam que estariam preparados para o mercado profissional. As opiniões tornavam-se mais críticas e divididas no que dizia respeito ao corpo docente e ao espaço físico. Ao primeiro as críticas eram: *“pouca atenção para o horário particular dos alunos”*; *“que ele não está acompanhando o ritmo vertiginoso da farmácia”*; *“certos professores deveriam interessar-se em modernizar suas cadeiras, procurando assim, acompanhar o progresso farmacêutico”*. Apenas a “farmacolanda” Cândida Pio da Silva respondeu: *“a importância e o valor de um professor depende do interesse do aluno. O professor constrói a base e o aluno edifica”*. Sobre o espaço físico, havia unanimidade expressa nas seguintes opiniões registradas no periódico:

Preclaríssimas e nada condizentes com o fato de ser a nossa Faculdade o primeiro estabelecimento superior do R. G. do Sul. Entretanto, o novo prédio, dizem, breve será uma realidade. Esperamos. (Lovois Miguel, O TOPÁZIO, outubro de 1954, p. 09).

As mais deficientes, onde falta quase tudo, inclusive espaço para os próprios alunos. Só mesmo a boa vontade e o desejo de aprender faz com que aquelas “salinhas” sejam chamadas de laboratórios. (Paulo Degrazia, O TOPÁZIO, outubro de 1954, p. 09).

É triste a realidade, mas a verdade deve ser dita – são péssimas – porque, além de serem antiquadas, são poucas. Esperemos a nova Faculdade. (Cândida Pio da Silva, O TOPÁZIO, outubro de 1954, p. 09).

Instalações não é bem o termo, para o que existem em nossas salas de aula, entretanto, parece-nos que o futuro nos reserva alegrias imensas com a construção do novo prédio de nossa Faculdade. (Sérgio Lamb, O TOPÁZIO, outubro de 1954, p. 09).

A angústia era grande, notícias de corte de verbas para a construção já em andamento eram divulgadas como um *“golpe”*³⁷, os sentimentos acentuados eram expressos pelos estudantes:

A Farmácia não foi a única a ser atingida, pois diversas outras faculdades que também estão construindo seus prédios tiveram cortes nas respectivas verbas.

³⁷ “RUDE GOLPE NAS OBRAS DO NOVO PRÉDIO – corte de Cr\$ 150.000,00”, título da matéria na contracapa de o “O Topázio” de 09 de outubro de 1954.

Entretanto, a Farmácia foi uma das mais atingidas, pois, enquanto outras foram golpeadas em Cr\$ 50.000,00, a nossa escola teve um corte de três vezes mais.

Mais uma vez a Farmácia é a primeira a receber golpes e a última quando se trata de receber benefícios.

Registramos o fato com os nossos protestos e esperamos que nos venha a única justificativa, como seja, a de que as obras do novo prédio continuam e continuarão sempre e que esse dinheiro será devolvido imediatamente. (O TOPÁZIO, outubro de 1954, p. 09).

A demora das obras não era o único motivo de preocupações para a classe farmacêutica, tanto os estudantes quanto os profissionais farmacêuticos também enfrentavam problema relacionados ao exercício profissional: o Projeto de Lei nº 4259/1954³⁸ apresentado ao Congresso Nacional pelo Deputado Federal Nelson Omega, em que ficaria instituído o curso Técnico de Farmácia do nível médio, entre outros cursos previstos pela Lei Orgânica do Ensino Industrial.

O curso técnico, de acordo com o projeto, tinha o objetivo de elevar o nível profissional dos auxiliares de manipulação nos estabelecimentos farmacêuticos. No entanto, a dispensa de diplomação para práticos que se habilitassem como técnicos e comprovassem experiência de cinco anos de atividade efetiva em estabelecimento farmacêutico permitia-lhes assumirem a direção da farmácia, vedando os exercícios das atividades privativas do farmacêutico diplomado. O curso não foi aprovado pela Câmara dos Deputados, mas ficaram alguns registros da mobilização, por exemplo, o da Figura 8, a seguir:



Figura 8 – Manifestação contra a criação de um curso Técnico de Farmacêutico, em 1954.
Fonte: Acervo da FACFAR.

³⁸ A íntegra do Projeto está disponível no seguinte link, acessado dia 1º de maio de 2012, <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD10ABR1954.pdf#page=20>

1.3 AVENIDA IPIRANGA, 2752: um lugar de memórias

Em 1952, a Faculdade de Farmácia alcançou a sua autonomia e o período de subordinação administrativa à Faculdade de Medicina chegou ao fim. Nesse mesmo ano foi eleito Henrique de Oliveira como Diretor e lançada a pedra fundamental do novo prédio da Faculdade de Farmácia. Apenas, em 1958, no entanto, as obras foram concluídas e a FACFAR passou a funcionar em local próprio e exclusivo. Fora destinado um terreno na Avenida Ipiranga esquina com a Rua São Manoel próximo ao Riacho, ou Arroio Dilúvio. Esse terreno foi cedido pelo Município à União, porém foi necessário que fossem feitas algumas desapropriações, pois já haviam sido construídas algumas moradias nele. (SILVA, 1992, p.82).

Em Porto Alegre, o Riacho, mais tarde denominado Ipiranga, corta a cidade no sentido leste a oeste. Descendo desde a cidade de Viamão, onde está localizado o Parque Saint-Hillaire, até o Lago Guaíba, esse percurso d'água — um total de 20 quilômetros, com mais de 12 canalizados — criou um traçado natural do qual se originou, após décadas de obras, a atual Avenida Ipiranga. Com a obra de canalização do riacho as autoridades municipais pretendiam resolver os graves problemas de inundações em períodos de chuva intensa causadas pelo transbordamento do riacho que se interligava aos Arroios Cascata e Azenha. As várias enchentes valeram-lhe o nome de Arroio Dilúvio.

O trecho do riacho da foz até as imediações da Rua Santana, próximo à Faculdade de Farmácia, era sinuoso, o que tornava esta área bastante alagadiça (BURIN, 2008). As primeiras medidas para contenção das águas durante as enchentes foram tomadas ainda durante a gestão de José Montaury (1897-192). No entanto, foi na gestão de Loureiro da Silva (1939-1943) que a implantação do primeiro trecho foi concluída: da foz até a Avenida João Pessoa. Após a renúncia de Loureiro da Silva a obra arrastou-se por trinta e sete anos até que fosse finalmente concluído o último trecho. (BURIN, 2008, p. 14).

Portanto, na década de 1950, época da construção do novo prédio da Faculdade de Farmácia, essas obras ainda não haviam sido concluídas. Alguns relatos prestam conta desse período - do início da implantação dessa importante avenida e da fase anterior a ela -, e as referências às precárias condições de acesso ao prédio são várias.



Figura 9 – Visita do Governador Walter Jobim às obras de desvio de canalização do Arroio Dilúvio, 1950.

Fonte: Fototeca do Museu de Comunicação Hipólito José da Costa.

A fotografia (Figura 9) feita durante a gestão do governador do Rio Grande do Sul, Walter Jobim (1947-1951) mostra as condições na qual se encontrava o entorno do Riacho: uma grande área de banhado cortando a cidade ao meio. Essa área era limitada, ao norte, pelo Caminho do Meio – atual Avenida Protásio Alves – e ao sul, pela Estrada do Mato Grosso – Avenida Bento Gonçalves. Local de difícil acesso e com algumas habitações rudimentares, teve a sua inclusão – através das obras de canalização - e sua exclusão – decorrente das enchentes - no limite urbano de Porto Alegre, determinadas pela presença do Riacho.

O que torna essa fotografia especial é a raridade de imagens do Riacho na área mais afastada da foz, sendo quase inexistentes os registros. No início

do século XX, o fotógrafo Lunara³⁹ registrara cenas do cotidiano do Riacho no centro urbano: Rua da Margem, atual João Alfredo, no bairro Cidade Baixa. À época, fotógrafos e estúdios, entre os quais Lunara, Virgílio Callegari, Irmãos Ferrari estavam voltados para a documentação da cidade idílica, seus costumes e cotidiano. A fotografia da obra de Canalização do Riacho se inseria na modernização da cidade da década de cinquenta e tinha como característica o registro técnico do processo de urbanização. Foram os interesses de um grupo de políticos e dirigentes da cidade que deram visibilidade a esta parte da cidade. No entanto, é possível imaginar o que não está visível na figura: o oposto à ideia de modernização, aspectos rurais, ausência de luz, saneamento precário na Porto Alegre dos anos cinquenta⁴⁰. Essas eram as condições do local que fora destinado ao Campus Saúde da universidade. (Anexo 3).

Decorridos 25 anos sem que fossem feitas quaisquer obras na universidade, foi na gestão do Reitor Eliseu Paglioli (1952-1964) que a expansão física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul atingiu o seu ápice. O então reitor concedeu uma entrevista ao jornal “O Topázio” relatando a implantação do seu plano de obras. A situação das unidades era precária, sem locais adequados para a pesquisa, sem centros acadêmicos, e na entrevista o reitor afirmava que a *“Reitoria da URGs tem se preocupado muito com o amparo material e moral aos universitários atuais sem deixar, entretanto de prever auxílios para a posteridade”*⁴¹.

Mais tarde, o próprio Eliseu Paglioli descrevia a situação em que se encontrava a Escola de Farmácia antes de instalar-se no prédio novo:

Instalada em precárias condições no porão da Faculdade de Medicina, no ano de 1952 apenas possuía duas pequenas salas de laboratórios, sem outras dependências indispensáveis às finalidades de uma Faculdade. Os estudantes, não contando com sede, nem

³⁹ Lunara era o pseudônimo utilizado pelo fotógrafo Luiz Nascimento Ramos (1864 – 1937). Lunara apreciava o trabalho fora do ateliê fotográfico, seguindo o método dos impressionistas na busca da luz.

⁴⁰ Para Roger Chartier, o mundo é construído pelas suas representações sociais que são determinadas por interesses de grupos. A fotografia é um recorte da realidade, o que é “dado a ver”. O que está ausente é o que envolve este recorte. Em CHARTIER, Roger. História cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

⁴¹ “O TOPÁZIO”, contracapa, dia 17 de maio de 1955, matéria intitulada: “Prof. Dr. Eliseu Paglioli, um reitor que constrói”.

mesmo um modesto local onde pudessem desfrutar de um relativo conforto no intervalo das aulas vagueavam esparsos pelos corredores. (PAGLIOLI, 1964, p.134).

No início da gestão de Paglioli, o Campus Saúde foi tomando forma. Entre os prédios construídos estão o Hospital de Clínicas e a Faculdade de Farmácia. Segundo justificativa dada no relatório do reitor,

a fim de evitar possíveis inconvenientes futuros, destinou-se à construção do seu prédio a parte sul, próxima à Avenida Ipiranga. O local era de difícil acesso, havendo de um lado o antigo Riacho e de outro um banhado quase intransponível. A Rua São Manoel ficava interrompida antes do mencionado banhado, mas era o acesso mais fácil para o local reservado à construção. (PAGLIOLI, 1964, p.134).



Figura 10 – Matéria de capa do “O Topázio”. Reprodução
Fonte: Acervo da Biblioteca da FACFAR

A arquitetura desenvolvida após a Segunda Guerra Mundial foi marca da modernidade, conforme afirma Günter Weimer:

Nessa época o governo federal estava usando a arquitetura moderna como bandeira de seu projeto modernizador e encarregou vários arquitetos cariocas de realizarem projetos para entidades governamentais, a serem construídos em Porto Alegre. (...) Isso, a rigor, só aconteceu no extremo sul, depois que Juscelino Kubitschek praticamente impôs o modernismo como a arquitetura oficial do país, com a exploração ideológica em torno de Brasília. (WEIMER, 1992, p. 116).

O autor afirma, ainda, que nos anos cinquenta o Rio Grande do Sul era resistente a esse tipo de arquitetura:

Em inícios dos anos 50 ainda eram raras as realizações em arquitetura moderna e, não fora o comportamento de subserviência

das administrações estaduais, que caracterizam os governos desde Getúlio Vargas, dificilmente teriam sido realizados alguns poucos concursos públicos como os do Palácio da Justiça (arquiteto Luiz F. Corona & colaboradores), Colégio estadual Júlio de Castilhos (arquiteto Demétrio Ribeiro & colaboradores) e a encomenda de alguns projetos como o Grupo Escolar Venezuela, o Instituto de Pesquisas Biológicas (ambos do arquiteto Demétrio Ribeiro) e o aeroporto Salgado Filho (arquiteto Nelson Souza). (WEIMER, 1992, p. 116).

A concorrência de arquitetos locais com outros de fora era grande, como o demonstra Weimer ao constatar a entrega de projetos mais importantes para arquitetos de Montevideo – Román Fresnedo Siri, as Tribunas Sociais do Hipódromo do Cristal e Edifício Esplanada –, do Rio de Janeiro, São Paulo – Ícaro de Castro Mello, o Ginásio de Esportes do Grêmio Náutico União, Casa Dico e Hotel Umbu.

Uma das estratégias para fazer frente à concorrência foi a criação de sociedades de profissionais que trabalhassem em colaboração com a finalidade de diminuir despesas. Algumas dessas associações foram: a de Emil Bered, Roberto Felix Veronese e Salomão Kruchin; a de Luiz Fernando Corona com Carlos Maximiliano Fayet; de Moacyr Moojen Marques, João José Valandro e Léo Ferreira da Silva; a de Demétrio e Enilda Ribeiro; Nelson Souza e Vera F. de Carvalho; Flávio Figueira Soares e Lincoln Ganzo de Castro. (WEIMER, 1992, p. 118).



Figura 11 – Prédio da Faculdade de Farmácia, vista da Avenida Ipiranga na década de 1970.
Fonte: Acervo da FACFAR.

O prédio da Faculdade de Farmácia teve seu projeto criado por Flávio Soares e Lincoln Ganzo de Castro, através do escritório do então professor da

Faculdade de Arquitetura da UFRGS Julio Ribeiro de Castilhos⁴², seguindo os preceitos do modernismo. As obras foram iniciadas em 1954 e concluídas em 1958, e seu custo total foi de 28 milhões de cruzeiros. Um dos primeiros problemas da obra foram as condições do terreno:

No decorrer da construção, várias circunstâncias dificultavam a obra, e, dentre elas, as condições do terreno que, por ser baixo e alagadiço, teve de ser adaptado e convenientemente preparado. Em frente ao atual prédio havia um extenso e profundo charco. Para torná-lo transponível foi necessário levantar o solo em mais de cinco metros acima de seu nível normal. Mesmo assim, mais tarde, um novo acréscimo de terra foi necessário para o nivelamento relativo do terreno. (PAGLIOLI, 1964, p. 135).

Os benefícios que viriam com o novo prédio foram descritos por Eliseu Paglioli no mesmo relatório:

As várias cátedras tiveram suas instalações completas e modernizadas. Instalaram-se as salas da Diretoria, da Secretaria e da Congregação. Os laboratórios e salas de aulas passaram a ser utilizados em sua plenitude. Inaugurou-se uma excelente biblioteca. Mas a entidade que mais se beneficiou com o novo prédio foi, certamente, o Centro Acadêmico, que passou a ter várias e confortáveis dependências, como a sala social no entre solo, a sala da diretoria e o hall, junto a um eficiente restaurante, realidade esta que vem ao encontro de um dos objetivos a que nos propusemos desde o dia em que assumimos a Reitoria, ou seja, a de fixar o estudante a sua escola, propiciando-lhe o máximo possível de conforto e conveniente assistência. (PAGLIOLI, 1964, p. 136).

O conforto previsto no projeto arquitetônico e oferecido ao estudante de farmácia era, de acordo com o reitor, por causa do afastamento e do “isolacionismo” a que se submetia o estudante de farmácia ao ser transferido para aquele local. Foi o primeiro prédio a ser construído no Campus Saúde, não havendo outra edificação no entorno:

Em virtude de ter sido a Faculdade de Farmácia a primeira escola a ser transferida para aquela imensa área até então desabitada e distanciada das demais unidades, e, para evitar os inconvenientes do isolacionismo que daí adviria, tivemos a constante preocupação de criar condições favoráveis e adequadas ao estudante de farmácia, de forma a atraí-lo ao seu meio ambiente, proporcionando-lhe, dentro do possível, uma vivência compatível com a sua vocação. (PAGLIOLI, 1964, p. 136).

Em um cenário político e econômico do desenvolvimentismo, o crescimento industrial e o avanço científico e tecnológico acompanharam o

⁴² Sociedade de Projetos e Obras LTDA era o nome do escritório do Professor Julio Ribeiro de Castilhos, da Faculdade de Arquitetura, que foi também Diretor de Obras da UFRGS.

crescimento. A Farmácia não ficou imune a esses acontecimentos, sendo necessária a sua aproximação com o ramo industrial. Essa preocupação pode ser observada nesse mesmo relatório:

Novas iniciativas estão sendo tomadas pelo atual Diretor, o Professor Rubem Green Ribeiro Dantas e seus ilustres companheiros de Congregação, principalmente no que se refere ao ensino e à pesquisa sobre industrialização farmacêutica. Cogita-se agora de aproveitar o prédio, outrora destinado à Clínica Tisiológica para nele instalar convenientemente esse importante setor de ensino da farmácia. (PAGLIOLI, 1964, p. 136).

A espera pelo novo prédio, o que ele representava, é descrita pelo estudante de farmácia, Piga Neto, ao apresentar a revista da Faculdade “A Ânfora” do ano de 1956:

Traduz tangível materialização de prisco anseio e a consolidação de incontido ideal dos professores e estudantes de FARMÁCIA – qual seja: situarem-se condignamente no mundo científico-cultural. (PIGA NETO, 1956, A ÂNFORA).

O prédio teve o lançamento da pedra fundamental em 1952. Edificado na Avenida Ipiranga, esquina com a Rua São Manoel, esta última era o principal acesso nos primeiros anos em função das condições precárias do calçamento e da pavimentação na Avenida Ipiranga, mencionadas anteriormente. Seu projeto simbolizava a importante conquista da classe farmacêutica: a autonomia. No entanto, não foi por acaso que isto ocorrera no momento em que o pensamento desenvolvimentista dominava o cenário nacional, tendo como liderança a figura de Juscelino Kubitschek.

Inaugurado em janeiro de 1958, contou com as presenças do Presidente da República Juscelino Kubitschek - amigo próximo do reitor Eliseu Paglioli - o vice-presidente João Goulart, o Ministro da Educação Clóvis Salgado, Ministro da Agricultura Mario Meneghetti, Ministro do Trabalho da Indústria e Comércio Parsifal Barroso, Governador Ildo Meneghetti, Prefeito Leonel Brizola e Comandante do III Exército General Arthur da Costa e Silva. Além das autoridades, estiveram presentes, também, a comunidade da UFRGS:

Do aeroporto, a comitiva presidencial e demais autoridades dirigiram-se diretamente para a Escola de Farmácia, onde a placa alusiva ao acontecimento foi colocada. Em breve discurso, Juscelino Kubitschek elogiou o trabalho desenvolvido pelos Professores Elyseu Paglioli e Henrique de Oliveira, respectivamente Reitor e Diretor, em prol da

Universidade, e do cumprimento do Programa do Governo Federal relativo ao ensino. (CORSO, p. 92, 1990).

Flávio Soares e Lincoln Ganzo de Castro eram dois jovens estudantes do último ano do curso de Arquitetura da UFRGS⁴³. Lincoln conta como chegaram ao projeto da Faculdade de Farmácia:

Nós fomos alunos do professor Júlio Ribeiro de Castilhos, estimado professor, que foi diretor da Faculdade da Arquitetura também, alguns anos mais tarde. Naquele tempo, ele era o diretor da Divisão de Obras, quando nós fomos alunos dele no segundo ano. E gostamos tanto! Aquela disciplina dele, que por incrível que pareça, era Desenho Arquitetônico, um termo muito leve, digamos assim, Desenho Arquitetônico. Mas, devido ao enfoque aquilo foi quase um curso de edificação, porque começou por desenhos de fundações, de alicerces, de estrutura, de piso, de entrepiso. Nós terminamos aquele segundo ano com uma visão já do que era um processo de criação de um prédio. (Lincoln Ganzo de Castro, entrevista em 13 de junho de 2012).

Os dois estudantes passaram a trabalhar no escritório do professor Julio Ribeiro de Castilhos, *Sociedade de Projetos e Obras Ltda.*, quando, em 1953, o professor convidou-os para fazer o projeto da Faculdade de Farmácia. Narram o início da elaboração do projeto durante o verão de 1953, no balneário de Santa Terezinha, no Rio Grande do Sul, num chalé de um parente de Flávio Soares:

Em questão de uma semana, me lembro muito bem, foi uma semana, nós lançamos o partido geral. Partido esse que se manteve, até o projeto final. O partido geral era composto de três volumes: um volume térreo destinado à vida universitária. Destacado desse volume térreo vinha um bloco vertical, que tinha o primeiro andar administração e três andares de aulas. Uma torre de circulação posicionada de modo que de um lado da torre, ficavam as aulas teóricas e os laboratórios do outro lado. A mudança que houve é que nos foi solicitado um projeto que contemplasse três anos de curso. A proporção nos agradou muitíssimo. Ficou uma proporção mais, digamos assim, estética aos nossos olhos na época. Então com surpresa na obra, durante a obra é que foram acrescentados mais dois andares lá. (Lincoln Ganzo de Castro, entrevista em 13 de junho de 2012).

Os quatro pavimentos originais correspondiam a três anos do currículo, e um primeiro pavimento destinado à administração. A modificação do projeto, adicionando mais dois andares no início da obra, decorreu do aumento de dois anos no currículo. No prédio de sete andares o volume dos elevadores dividia

⁴³ O projeto recebeu Menção Honrosa no I Salão Pan-Americano de Arte, realizado em Porto Alegre, em 1958. Há relatos de estrangeiros que se impressionam, ainda hoje, com a sua arquitetura.

os laboratórios de um lado e as salas de aula teórica do outro. O térreo e o primeiro andar destinados ao Centro Acadêmico e o segundo andar à administração, secretaria, direção e biblioteca.



Figura 12 – Vista aérea do Campus Saúde, década de 70.
Fonte: Reprodução do Livro Fogos de Bengala nos céus de Porto Alegre.

Ergueu-se um prédio caracterizado como modernista, de linhas suaves e funcionais:

[...] o edifício compreende dois volumes horizontais, superpostos, desvinculados através de terraço-jardim e um terceiro, vertical, constituído pela torre de circulação, onde também se localizam os sanitários, dispostos em patamares alternados. O bloco horizontal sobrelevado tem a face oeste protegida por brises verticais móveis, servindo o prolongamento externo das lajes de entre piso como elemento de proteção às outras fachadas. (XAVIER; MIZOGUCHI, 1987, p. 107).

O acréscimo de outros dois pavimentos fez com que o prédio perdesse a predominância horizontal. Com o tempo, a expansão da FAFAR levou à ocupação dos espaços livres que existiam no térreo e no terraço. Os laboratórios foram todos reformados, e no início de 2012 o Laboratório de Homeopatia foi o último a passar por modificações.



Figura 13 - Laboratório de Homeopatia da FACFAR com mobiliário ainda original, antes da reforma em 2012.
.Foto: Cláudio Fachel.

O prédio teve o reconhecimento de sua importância como representante da arquitetura moderna em Porto Alegre ao ser registrado no “Inventário da Arquitetura Moderna em Porto Alegre – 1945 / 1965”, sob o número 27, entre um total de 34 prédios, conforme informação da Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural do município de Porto Alegre. Esse inventário está dentro do “Projeto de inventário do Patrimônio Cultural dos Bens Imóveis de Porto Alegre”. (EPAHC / SMCPOA). Também é reconhecido, no presente trabalho, como parte integrante do rol do patrimônio tecnológico da FACFAR, pois se trata de uma edificação construída com a função de atender o processo científico das atividades de pesquisa e formação farmacêutica.

As mudanças sociais, econômicas e culturais nessas mais de cinco décadas de existência da FACFAR - o crescimento do número alunos em decorrência de maior acesso ao ensino superior; maior vigilância em relação à segurança do trabalho -, consequência de movimentos e legislações recentes que impactaram e, atualmente, podem ser percebidas na estrutura física do prédio. As reformas e as adaptações do espaço são visíveis. Surgem divisórias, banheiros são transformados em laboratórios, problemas de acessibilidade, de fontes de energia demandadas pela tecnologia da informação e segurança. O prédio que outrora simbolizava a valorização da profissão e ensino farmacêutico hoje sofre com as contingências do tempo e as mudanças sociais.

2 POR DENTRO DO FRASCO: COTIDIANO, PROFESSORES E CURRÍCULO

“A entrevista não é um ato de extrair informações,
e sim o abrir-se de um espaço de narração,
um espaço compartilhado de narração.”

(Alessandro Portelli)

As entrevistas para esta pesquisa foram iniciadas em 2011, ao se realizar os primeiros contatos e indicações de nomes para prováveis fontes que pudessem falar sobre o período, a autonomia e os aspectos do patrimônio tecnológico da Faculdade de Farmácia.

O trabalho com as fontes orais exige um roteiro geral,⁴⁴ estruturado em tópicos, previamente estabelecido, porém flexível. No roteiro desta pesquisa os tópicos priorizados foram a autonomia, a construção e relevância do prédio da Faculdade de Farmácia e demais objetos científicos⁴⁵ e o cotidiano da instituição revelado pelas memórias. A unidade dada por esse roteiro inicial permitiu comparar e verificar as concordâncias e as discrepâncias entre os relatos. Ele funcionou como um guia, mesmo que nem todos os entrevistados tivessem testemunhado a época da construção do prédio ou o período em que a Faculdade de Farmácia adquiriu autonomia, por exemplo. Após, foi possível cruzar as informações desse roteiro com a experiência pessoal do entrevistado dando origem a um roteiro individual, flexível e sem uma ordem a ser seguida (ALBERTI, 2005 p.94).

⁴⁴ “Verena Alberti em seu livro “Manual de História Oral” define o roteiro geral como instrumento que” promove a síntese das questões levantadas durante a pesquisa em fontes primárias e secundárias e constitui instrumento fundamental para orientar as atividades subsequentes, especialmente a elaboração de roteiros individuais”.

⁴⁵ Encontra-se no “Projeto de Valorização do Patrimônio C & T do Brasil” desenvolvido pelo Museu de Astronomia no Rio de Janeiro, o termo “objeto científico”. Eles abrangem documentos em diferentes suportes inclusive textuais, iconográfico, arquitetônico e áudio.

Recuou-se aos primeiros anos do funcionamento do curso de Farmácia, após a sua autonomia, para entender o contexto inicial da formação do patrimônio tecnológico dessa Faculdade. Neste capítulo discorre-se sobre as memórias relacionadas ao cotidiano e aos fatos rememorados pelos entrevistados, lembranças que envolvem suas experiências na qualidade de calouros, suas expectativas, relacionamento com os professores, decisões e caminhos que tomaram no campo profissional.

Sobre a memória, Joël Candau afirma que ela é *“acima de tudo, uma reconstrução continuamente atualizada do passado, mais do que uma reconstituição fiel do mesmo”* (CANDAU, 2011). Portanto, a memória coletiva só é possível ocorrer enquanto metáfora, pois não sendo possível compartilhar lembranças — por serem individuais — passa-se a acreditar no compartilhamento delas, as quais, então, passam a existir. Importante destacar que esse compartilhamento existe não como imposição, mas resulta de uma negociação entre diferentes memórias individuais, reforçada por um sentimento de “pertencimento afetivo”. Mesmo que o indivíduo se relacione fisicamente, é o afetivo que indica o pertencimento. Além disso, é necessário que haja estabilidade na convivência; as rupturas e a efemeridade não estabelecem um passado conjunto e nem memória. (D’ALÉSSIO, 1992/1993, p. 99).

O entendimento da memória coletiva como metáfora — ou *“metamemória”* — permite compreender a heterogeneidade das narrativas a respeito dos primeiros anos da Faculdade de Farmácia. Durante os primeiros contatos para a realização das entrevistas não raras foram as vezes que as conversas iniciaram da seguinte maneira: “não sei se poderei ajudar”, “era assim que eu via” e “eu era um observador”, expressões que demonstram a visão dominante de que história só é possível se subtraída da subjetividade, seguindo a lógica linear da história tradicional. A pesquisa com fontes orais fundamenta-se nos pontos de vista individuais, contidos nas entrevistas que são legitimadas como fontes, por seu valor informativo ou simbólico. Esse tipo de pesquisa apropria-se de elementos e perspectivas em geral ausentes na prática tradicional de História, relacionados apenas a indivíduos: subjetividade, emoções ou o cotidiano. (AMADO & MORAES, p. xiv, 2006).

Outro aspecto importante a ressaltar é a complexidade das relações sociais e a singularidade enfrentada pela História Oral que, ao se deparar com representações pelas quais os grupos sociais reconstróem suas experiências a partir de sua concepção de mundo, lança mão do método qualitativo com abordagem interpretativa. A abrangência adequada dos acontecimentos sociais exige muitos métodos e dados – um pluralismo metodológico se origina como uma necessidade metodológica. (BAUER & GASKELL, 2008, p. 18).

Foram entrevistadas nove pessoas entre os meses de outubro de 2011 e agosto de 2012, que resultou em torno de vinte horas de gravações. Desse grupo, sete participantes estão ligados diretamente à Faculdade de Farmácia - são ex-alunos e/ou professores e três professores ainda atuantes. Os outros dois entrevistados foram os arquitetos que realizaram o projeto da FACFAR. Uma entrevistada, professora Elfrides Eva Scherman Schapoval, preferiu não ser gravada, porém contribuiu com indicações de nomes e contatos de possíveis entrevistados e de livros. Já, a professora Célia Chaves contribuiu com conteúdos de Deontologia aplicada ao campo da Farmácia.

2.1 “BIXO NÃO ANDA DE ELEVADOR!”

As lembranças, ou representações dos primeiros anos de funcionamento da Faculdade de Farmácia, no prédio da Avenida Ipiranga, estão, em sua maioria, relacionadas às conquistas da autonomia e do prédio novo. No entanto, como já se mencionou, na prática não é possível que várias pessoas tenham as mesmas lembranças, pois “um fato nunca é totalmente público”. É preciso investigar a realidade desse compartilhamento. No entender de Candau trata-se de questionar “o grau de pertinência” do que chama “retóricas holistas” As “retóricas holistas” são meios de convencimento utilizados com o objetivo de dar conta de uma realidade e eleger o homogêneo; funcionam como elemento agregador das memórias. (CANDAU, 2011, p. 27).

As narrativas sobre esses primeiros tempos de autonomia estruturam-se em torno das aulas no porão da Faculdade de Medicina, na Rua Sarmiento Leite, e a construção do prédio novo na Ipiranga. Uma segunda estrutura narrativa adotada pelos entrevistados foi a própria organização curricular. Em

relação ao período após a inauguração do prédio, pode-se dizer que as narrativas têm como eixo a emergência da pesquisa e a implantação do programa de pós-graduação em Ciência Farmacêuticas.

Como já foi descrito no capítulo anterior, quando se abordou a construção do prédio, o terreno destinado à construção do prédio localizava-se em um banhado que permanecera assim, mesmo durante o crescimento do seu entorno, até a década de cinquenta. Pode-se dizer que era preciso “domesticar” o local⁴⁶ para implementar as conquistas pretendidas pela Faculdade de Farmácia. As primeiras visitas da comissão encarregada de acompanhar as obras foi descrita da seguinte maneira por Lovois Miguel que, à época das obras, era presidente do Centro Acadêmico Cristiano Fischer e colaborador do jornal “O Topázio”:

A Avenida Ipiranga, era praticamente intransitável ainda. Ela não tinha sido urbanizada. Então era cercado e era um potreiro, tinha lá uns criadores de cavalo, sei lá...

Inclusive a primeira vez que eu fui, eu me lembro que nós tivemos que levantar os arames farpados pra deixar a turma passar, isso foi por segurança da construtora, que já estava lá dentro. Então era um descampado. (Lovois Miguel, entrevista concedida em 12/06/12).

Ou ainda, como relatou Belkis Schmidt Sant’Ana, catedrática da Faculdade de Farmácia:

Já havia aquele movimento de mudança do prédio que estava sendo construído. E em 1958 nós fizemos a mudança. Só tinha um acesso que era pela São Manoel e o acesso não era calçado, tinha que se escolher o sapato apropriado. Até foi uma das coisas que me forçou a pegar a direção do carro, porque eu não tinha como andar por aquela São Manoel - que hoje a gente anda com bastante facilidade - naquele barral, naquela coisa, era muito desagradável. A Ipiranga ficou pronta bem depois. (Belkis Schmidt Sant’Ana, entrevista concedida em 17.11.11).

A construção do prédio novo e a mudança de local envolveram grande parte da comunidade da Faculdade de Farmácia. Durante a realização do projeto realizaram-se inúmeras discussões entre os arquitetos responsáveis e o diretor, à época, Henrique de Oliveira, o Centro Acadêmico Cristiano Fischer e os docentes, com o objetivo de atender às demandas do currículo, à

⁴⁶ A ocorrência de termos como “valão”, “lamaçal” e “descampado” durante a entrevista evidencia a necessidade de preparar o terreno para implantação da FACFAR naquele local e reforça a sensação durante as entrevistas de que aquela conquista era feita com a coragem e a intrepidez de “desbravadores”.

destinação dos espaços de laboratório, área de convivência, administração e o mobiliário dos laboratórios.

No final do transcurso de seis anos entre a elaboração do projeto arquitetônico do prédio, o lançamento da pedra fundamental e sua construção, houve a festa da inauguração, em 1958:

Foi uma festa muito bonita por sinal, a inauguração. Ali que se teve a consciência da plena autonomia da Farmácia, né? Inclusive se começou a atuar muito, porque apareciam a Medicina, a Engenharia e o Direito. Eram os três que mandavam na política universitária. (...) Mas nós sempre tínhamos em mente: olha, vamos mostrar a Farmácia! Porque o pessoal tinha aquela mentalidade, que ser farmacêutico é entrar no balcão e vender pasta de dentes e caixas de aspirina. Era isso, um balconista! Nós temos que mostrar esse lado, da Toxicologia, da Bromatologia, das Análises Clínicas” (Lovois Miguel, entrevista em 12/06/12).

O trecho acima permite observar o quanto a inauguração do prédio novo, em algumas narrativas, estava ligada à concretização da autonomia do estudante de Farmácia da época. A primeira gestão do Centro Acadêmico Cristiano Fischer⁴⁷ passou a incentivar a participação dos estudantes do curso nas mais diferentes atividades acadêmicas – encontros científicos, esportivos e sociais. Isso serviria como estratégia para consolidar o espaço da Faculdade de Farmácia não somente dentro da Universidade, mas propiciar à sociedade a visibilidade do estudante de Farmácia e da própria Faculdade, conforme comenta Lovois Miguel:

[...] Então a gente começou a se dispersar. Essa política de fazer mostrar o estudante de farmácia (...). E nós continuamos com essa política de aparência. Temos que aparecer! Eu digo, não é possível eles pensarem que nos só vivemos atrás de um balcão de farmácia! Outro detalhe também, que é importante: nos esportes da Faculdade, por exemplo. Aí então nos participávamos de tudo. Tinha arco e flecha? Então vamos lá. Mas ninguém atira arco e flecha (risos)! Tinha as camisetas, o fardamento, vai. Vamos pro arco e flecha! Porque vai ter natação, vamos nadar! Quem é que sabe nadar? Importante era participar, né? E projetar o nome da Faculdade de Farmácia. E a gente conseguiu. (Lovois Miguel, entrevista concedida em 12/06/2012).

Como foi possível perceber no capítulo relacionado aos tempos de funcionamento da Faculdade de Farmácia na “Casa de Sarmiento”, de maneira

⁴⁷ A primeira gestão do Centro Acadêmico Cristiano Fischer teve como presidente Lovois Miguel e ocorreu entre 1952 e 1954.

geral, a evocação de quem estudou nos porões da Faculdade de Medicina tem na construção do prédio da Farmácia um marco de reforço da identidade e solução dos problemas relacionados à infraestrutura. Em outras palavras, o porão é uma lembrança na maioria das vezes relacionada a tempos difíceis. No entanto, ao se perguntar sobre como era estudar no porão da Faculdade de Medicina, uma das entrevistadas respondeu: *“Agradabilíssimo!”*. Porque, a despeito das condições precárias do espaço físico, o evocado naquela lembrança individual foi a sua época de estudante: *“pois não tem época melhor na vida do que a vida de estudante, não é mesmo?”*. (Belkis Schmidt Sant’Ana, entrevista concedida em 15/12/11).

As gerações posteriores, que já conheceram o curso dentro do atual prédio, estabelecem críticas em relação à sua funcionalidade devido à expansão da pesquisa e de noções de segurança e acessibilidade. Conforme narra a professora Ana Maria Bergold, que ingressou como aluna da Faculdade de Farmácia em 1963, portanto, já no novo prédio:

É na realidade o prédio... eu sei que era uma coisa: Ah! O prédio é novo!.Mas até que ponto a gente avaliava isso como aluno? O que isso aí significava, o que que era? Eu até avalei, mas principalmente quando disseram: pois é esse aqui foi um prédio premiado, ele recebeu um prêmio!⁴⁸ A concepção arquitetônica! Tudo bem, a concepção arquitetônica foi maravilhosa, talvez, mas não funcional pra aquilo que ele é: Farmácia. Quero dizer, colocar essas janelinhas que abrem assim desse jeito ali dentro dos laboratórios, com coisas que precisavam ser muito mais arejados. Outra coisa: por que teve que ser feito um prédio vertical? Quando tinha todo o terreno, quando tinha tudo aqui pela frente que seria muito mais prático dentro de um lugar, onde a gente talvez tivesse que escapar rapidamente, seria muito melhor ele ser muito mais horizontal do que vertical (Ana Maria Bergold, entrevista concedida em 02.05.12).

Em relação ao ingresso no curso de Farmácia, a seleção era feita através de provas escritas e orais no início de cada ano, as disciplinas avaliadas eram Física, Química, História Natural e Português. Alguns relatos convergem para o fato de que nem sempre o curso de Farmácia foi a primeira opção. Para dois dos entrevistados o curso de Farmácia era a segunda opção:

⁴⁸ A referência a este prêmio é recorrente, sem que, no entanto, se tenha conhecimento exato de qual seja ele. Segundo os arquitetos Flavio Soares e Lincoln, teria sido um prêmio recebido do IABRS – Instituto dos Arquitetos do Brasil no Rio Grande do Sul - e a documentação teria sido extraviada durante algumas mudanças de escritório. Pesquisando-se nos arquivos deste instituto não foi localizada documentação referente, não sendo possível obter maiores detalhes.

Lovois Miguel e Eloy Julius Garcia, estudantes da Faculdade de Farmácia entre os anos de 1949 e 1953.

Ocorre que eu cheguei à época do vestibular e não tinha nada definido. Na época não tinha me definido se ia pra Medicina. E eu fiz vestibular em Odontologia, não atendi o conselho dele, e não passei. Aí, houve uma segunda chamada da Farmácia pra completar as vagas, eu fiz vestibular e passei. Isso foi em março de 52. Então eu vou ver, eu vou cursar, seja lá o que Deus quiser né? (Lovois Miguel, entrevista concedida em 12/06/12).

Na ocasião eu ganhei a aprovação, mas não classificação entre os 60 primeiros colocados para poder entrar no curso de Medicina. E para não perder tempo, como havia na Faculdade de Medicina o curso de Farmácia e o curso de Odontologia eles ofereciam a possibilidade da gente migrar. Então eu pedi a inscrição na Farmácia, e comecei ali o curso de Farmácia em 1949. (Eloy Julius Garcia, entrevista concedida em).

Ao ingressar na Faculdade de Farmácia seguia-se uma espécie de *ritual de passagem* que podia ser anunciada sob a forma de um cartaz com a inscrição: “Bixo não anda de elevador!”, como relatou a professora Ana Maria Bergold, referindo-se à sua época de “bixo”. Na maioria dos cursos da UFRGS, com a finalidade de serem identificados imediatamente, os “bixos” eram obrigados a usar chapéus, gorros ou bonés. No caso da Faculdade de Farmácia eram bonés nas cores preta e amarela que deveriam ser usados até a ocasião do baile que ocorria no mês de abril, logo após a “Passeata dos Calouros” (Figuras 5 e 9).

As “Passeatas dos Calouros”, ou as “Passeatas dos Bixos”, foram bastante conhecidas na cidade de Porto Alegre pela alegria e irreverência de seus participantes, e o acontecimento tomava o centro da cidade, fechava o comércio, e não se tratava apenas da celebração de vitória dos calouros, era também momento de fazer reivindicações e protestos (Figuras 17 e 18). Manifestavam-se, por exemplo, sobre acontecimentos da política nacional e de regulamentações referentes à profissão:

A gente geralmente saía ali do campo do centro, da Medicina. Saía dali e seguia pra Salgado Filho, depois pegava a Borges de Medeiros e a Rua da Praia. Então, muita crítica política a gente fazia e aos costumes. No dia da passeata dos bixos o comércio fechava, era feriado praticamente, as ruas ficavam assim. Todos os cursos [da UFRGS] que faziam. Era passeata da UFRGS, por que a PUCRS estava começando. Era dia de protesto! Protestava-se com lemas do Petróleo, ‘O petróleo é nosso!’, porque não sei o que, aquela coisa toda, ‘Abaixo os Americanos’, ‘Fora os Yankees, e comunistas’. (Lovois Miguel, entrevista concedida em 12/06/12).



Figura 14 - Baile dos Bixos, Acervo da FACFAR.



Figura - 15 Passeata dos Bixos, Acervo da FACFAR.



Figura 16 - Passeata dos Bixos, Acervo da FACFAR



Figura 17 - Bixo recebendo o boné, Acervo da FACFAR.

Fonte: Acervo da FACFAR

Nessa época, tanto os estudantes quanto os profissionais farmacêuticos enfrentavam um problema relacionado ao exercício profissional: pessoa que atuava em farmácia (na função de farmacêutico), sem diploma, denominada “prático”⁴⁹. Com objetivo de solucionar os problemas das farmácias que tinham os práticos como seus responsáveis, o Deputado Federal Nelson Omega apresentou o Projeto de Lei nº 4259/1954⁵⁰ ao Congresso Nacional, no qual instituiu o curso Técnico de Farmácia, em nível médio, entre outros cursos previstos pela Lei Orgânica do Ensino Industrial. A reação dos profissionais farmacêuticos foi imediata, principalmente no que dizia respeito à equiparação dos práticos aos farmacêuticos que era proposta no Artigo 8º do referido Projeto de Lei.

Um incidente ajudou a exaltar os ânimos: convidado para ser paraninfo dos formandos do curso de Farmácia de Porto Alegre, turma de 1954, o

⁴⁹ O prático trabalhava na direção das farmácias sem a devida diplomação, muitas vezes era o proprietário.

⁵⁰ A íntegra do Projeto pode ser acessada no seguinte link, acessado dia 1º de maio de 2012, <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD10ABR1954.pdf#page=20>

farmacêutico Cândido Fontoura⁵¹ escreveu um discurso defendendo a criação do curso técnico. O discurso foi impresso e distribuído como se houvesse sido proferido, o que na realidade não ocorrera. O farmacêutico, então, fez um esclarecimento público afirmando que defendia, sim, a criação do curso técnico por julgar necessária a qualificação do prático, mas não concordava com a equiparação desses profissionais aos farmacêuticos, e, por conseguinte, a dispensa da diplomação dos práticos que se habilitassem como técnico e comprovassem experiência de cinco anos de atividade efetiva em estabelecimento farmacêutico. O senhor Cândido Fontoura sustentava que seu apoio ocorria por entender que se tratava de uma “medida de emergência”.

Em 1954, na passeata dos bixos houve manifestações contrárias ao projeto do deputado Omegna, o qual não foi aprovado pela Câmara dos Deputados:



Figura 18 - Passeata dos Bixos. Manifestação contra o Projeto de Lei do Deputado Nelson Omegna, 1954.

Fonte: Acervo da FACFAR

Lovois Miguel lembra da passeata de 1954, em oposição ao projeto de lei e que foi denominada “campanha dos práticos”:

Aquela campanha dos práticos, meu Deus! Aquela campanha dos práticos licenciados foi violenta, porque eles tinham um núcleo muito forte em Porto Alegre. E nós combatemos frente a frente, com eles. Mas acabaram. (...)

Não chegou a virar lei. Eles levaram uma *ressaviada* que acabou, sabe? Acabou. Teve práticos aqui em Porto Alegre que inclusive, de tão chateados, contrataram farmacêuticos, quer dizer deixaram de ser os responsáveis por farmácia e contrataram farmacêuticos. Se

⁵¹ Cândido Fontoura (1885 – 1974) foi farmacêutico e proprietário do “instituto Medicamenta Fontoura” em São Paulo.

levantou todo o País, todas as Faculdades se levantaram contra isso. (Lovois Miguel, entrevista concedida em 12/06/12).

E arremata, dizendo:

Então a passeata dos bixos era um acontecimento fantástico, porque se criticava tudo! Tudo se criticava, era política, eram os costumes, criticava o reitor, não escapava ninguém! (Lovois Miguel, entrevista concedida em 12/06/12).

Mas nem tudo era política. Além desses tipos de manifestações, as “Passeatas dos Calouros” exibiam figurações e fantasias relativas ao ambiente da época: “Cantinflas”, “Marylin” e “Dom Quixote”, e havia a irreverência relacionada ao conteúdo das disciplinas, por exemplo, a “Miss Caroteno”.

Para as melhores apresentações de carros, fantasias e piadas havia premiação dentro da Universidade. Conforme está registrado na matéria de “O Topázio” de agosto de 1954, intitulada “A Faculdade de Farmácia projetou-se na passeata dos bichos”; foi matéria de capa no exemplar de setembro de 1958 e, ainda, no “Relatório do Executivo do Centro Acadêmico Cristiano Fischer”, de 1959, publicado no mesmo jornal, quando a Faculdade de Farmácia obteve o segundo lugar. Obter estas classificações fazia parte da estratégia de visibilidade do curso e, portanto, eram festejadas pela comunidade acadêmica da Faculdade de Farmácia.

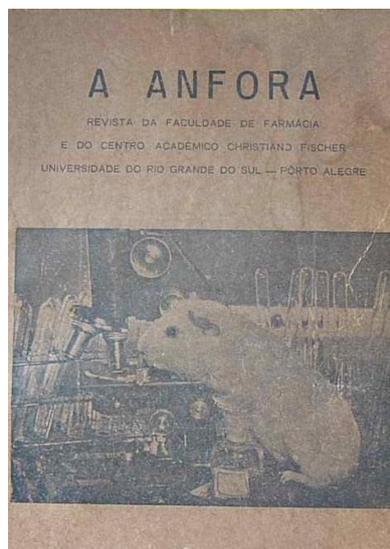
Nesse mesmo relatório estão listadas as atividades socioculturais referentes ao ano de 1959, no qual se pode ter uma ideia do que era constituída a vida social da comunidade da FACFAR no final dos anos cinquenta: “Passeata dos Calouros”, “Baile dos Calouros”, “Baile do Topázio” em comemoração da fundação, “Coctail em Homenagem aos Formandos”, “Churrasco dos Calouros” e “Reuniões Dançantes”, “Conferências Científicas”, “Cursos”, “Campanha para devolução dos livros à Biblioteca”.

2.2 O TOPÁZIO: a voz do Centro Acadêmico Cristiano Fischer

O jornal “O Topázio” foi o primeiro depois da autonomia da FACFAR⁵², fundado por Alfeu Alves de Oliveira, Paulo Degrazia, Geraldo Mainardi e Lovois Miguel, veiculou de 1954 a 1971, com algumas lacunas nos anos de 1963 e 1964. Houve outras publicações do Centro Acadêmico Cristiano Fischer: “O

⁵² CORSO, p. 119, 1990.

Microquímico” (1963-1971); *“A Pedrada”* (1969-1970); *“A Droga”* (1971); *“Droga Power”* (1972); *“Tufa”* (1972); *“O Papo”* (1975-1980); *“Tubo de Ensaio”* (1980-1982) e o *“Princípio Ativo”* (1982-1990). Restaram poucos exemplares na Biblioteca da Faculdade de Farmácia, porém constitui-se uma fonte importante para a memória desta unidade.



Figuras 19 e 20 À esquerda capa do jornal “O Topázio” e à direita capa do primeiro nº da revista “A Ânfora”.

Fonte: Acervo da FACFAR.

“O Topázio” era um jornal em formato tablóide considerado moderno para a época, em cores, fotografias e impresso na gráfica Sete de Setembro. Lovois Miguel, um dos fundadores do jornal, convidou um amigo de infância, Sérgio, que havia trabalhado no jornal Última Hora para diagramar o jornal⁵³ e depois fora para a revista Manchete.⁵⁴

Com relação ao Topázio, os primeiros exemplares foram mimeografados, me parece Depois eu me meti, tinha um colega, meu amigo de infância lá de Bento Gonçalves, Sergio que trabalhava na Manchete. Ele começou no jornal “Última Hora” que tinha em Porto

⁵³ O periódico *Última Hora Riograndense*, de propriedade do jornalista Samuel Weimer, existiu de 15/02/1960 a 5/04/1964, trazia inovações técnicas de diagramação, valorização das fotografias e cor. Antonio Hohfeldt afirma que apesar de sua curta existência, a sua influência é inquestionável. De acordo com este autor é possível dividir a história do jornalismo contemporâneo no RS em antes e depois da *Última Hora*. (Hohfeldt e Backup, 2002). Última Hora: populismo nacionalista nas páginas de um jornal. Porto Alegre: Sulina, 2002.

⁵⁴ “A Hora” era um jornal standard que veiculou entre 30/11/1954 e 15/03/1962 de propriedade de Aníbal Di Primio Beck. Tinha aspectos modernos que antecederam o Última Hora Riograndense. A impressão era feita na Empresa Gráfica Moderna Ltda., “especializada em jornais e revistas” como dizia o anúncio colocado no jornal. Localizava-se na Rua Sete de Setembro, 549, em Porto Alegre.

Alegre, mas depois foi contratado pela Manchete e ele era o paginador. Não sei se tu chegaste a manusear. Imagina era um jornal de sessenta anos atrás, tu pegas ele hoje e ele é um jornal moderno, com manchetes e etc. E assim foi com o Topázio. (Lovois Miguel, entrevista concedida em 12/06/2012).

O Topázio era feito, nessa versão moderna, numa tipografia ali na Sete de Setembro, com Sergio Ros andávamos `à noite, íamos de tarde pra lá e ficávamos até de manhã cedo, saíamos com o jornal pronto. Foi considerado na época como o melhor jornal universitário, porque nos abordávamos de tudo. Fora a apresentação dele que era muito boa. No meio acadêmico, no meio universitário era uma das poucas Faculdades e Diretório Acadêmico que mantinham um jornal acadêmico com a categoria dele: impresso azul, verde, amarelo e tal, chamando, colocando manchetes. Olha, foi uma epopeia, sabe? Mas valeu a pena, sabe? Valeu a pena. (Lovois Miguel, entrevista concedida em 12/06/2012.).

Na edição comemorativa ao oitavo ano foi realizada uma retrospectiva da criação desse periódico e a manchete de primeira capa era “O Topázio através dos tempos”. Considerado o “porta-voz oficial dos acadêmicos de Farmácia”, a matéria do jornal resumia a justificativa da sua criação da seguinte forma: “propagar novas ideias, obter um prédio mais condizente e um ensino mais eficiente”, e um breve levantamento das condições que haviam sido alteradas desde a criação do O Topázio era feito:

Temos, atualmente, esta bela e relativamente bem aparelhada escola, um orgulho digno de seus alunos, professores e ex-alunos. Já todos reconhecem melhores condições de ensino e aprendizagem agora do que naquelas épocas. Uma Farmácia que, se ainda não atingiu o ideal, pelo menos tem lutado afanosamente na tentativa de encontrar a perfeição. O curso era de somente três anos, eivado de deficiências naturais que acarretam as instalações precárias, como as do ‘velho porão da Medicina’ que ninguém quase desconhece. Não mais é assim. (O Topázio, Ano VIII, Setembro de 1961, nº 15).

Em 1971, após um período sem publicação, a configuração de O Topázio foi modificada, assumindo as características de caderno, impressão sem cor e datilografado.

Outra publicação da Faculdade de Farmácia, porém de caráter científico, foi a revista *Ânfora* (1955-1956). Na apresentação do seu primeiro número⁵⁵ a revista publicou um texto do professor Ruben Green Dantas, com o objetivo e o resumo das diretrizes dessa publicação: “[...] para que o aluno da Faculdade de

⁵⁵ A *Ânfora*, Ano I, nº 1, outubro de 1955.

Farmácia encontre o veículo para suas aspirações e tendências científicas e culturais”.

Segundo os relatos, as aulas dadas pelos catedráticos eram expositivas, não havia trabalhos práticos, e sim uma demonstração feita pelo auxiliar do catedrático para a disciplina. O formato de aulas, predominantemente teóricas, foi amplamente registrado nas narrativas dos entrevistados:

Mas as aulas, claro que no princípio se contava com poucos recursos tecnológicos e então era laboratório, quadro negro e saliva. (Belkis Schmidt Sant’Ana. Entrevista concedida em 15/12/12).

Eram teóricas e a gente tinha um pouco de trabalho prático muito mais demonstração do que participação do aluno, o assistente do professor catedrático fazia demonstração de como funcionava algum aparelho, no caso da física por exemplo. No caso da Química Orgânica e Biológica eles faziam demonstração das reações, de caracterização de proteínas, e assim por diante, de lipídeos, ou seja lá o que for. Mas o aluno não botava a mão na massa. (Eloy Julius Garcia, entrevista concedida em 17/11/11).

Quanto à hierarquia e costumes impostos pela academia em relação aos catedráticos e método de aula as narrativas são consonantes:

Eram figuras intocáveis. Era intocável o catedrático! Nós entrávamos, sentávamos, daqui a pouco ele chegava, dava um bom dia e a gente respondia com um bom dia, e pronto e seguia a aula. Engraçado que eu peguei o tempo que nós, os alunos, andávamos de terno e gravata. (LOVOIS Miguel, entrevista concedida em 12/06/12).

O catedrático tinha coisas desse estilo assim: quando ele ia dar a sua aula - e isso o diferenciava - praticamente era só o catedrático que dava aula teórica, os outros professores faziam a parte de laboratório, a parte de preparação e tal, Em geral o pessoal, os assistentes precisavam assistir aquela aula, estar ali juntos. O catedrático entrava, os assistentes e os alunos levantavam, e aí depois é que, ‘pronto, sentem-se, por favor’, então era o tipo de coisa diferenciada era certa honraria ele ser aquilo, era uma deferência especial que era prestada naquela ocasião. (Ana Bergold).

O magistério não era a principal fonte de renda desses catedráticos como foi relatado nas entrevistas:

Geralmente ele dava lá uma aula teórica de cada vez porque iam atender o negócio dele. Se fosse médico, ia atender o consultório na Galeria Chaves, que era o foco dos médicos de Porto Alegre. Ou então, o laboratório industrial o GEYER. O assistente é quem dava aula lá, ou então eles às vezes não iam. (Lovois Miguel, entrevista concedida em 12/06/12).

Em sua reflexão, o professor Eloy Julius Garcia atribui a esses fatos uma das dificuldades de desenvolver pesquisa, pois, segundo ele, era menos um problema tecnológico do que de mentalidade:

[...] os regimes de trabalho na época eram inexistentes, o professor era contratado para ser professor da faculdade, do que fosse lá, Medicina ou Farmácia, ele dava a sua aula e até logo. Tinha lá seu gabinete à disposição, mas ele dava a aula e ia embora. Ninguém ficava trabalhando na faculdade, só o professor Di Primio, ou alguns outros de outras disciplinas é que ficavam trabalhando.

Então, não havia mentalidade da dedicação à universidade. A universidade um ganho extra que o professor dava e alguns deles foram muito competentes, davam sua aula brilhante, etc, mas não se dedicavam à universidade como o principal emprego. Essa mentalidade começou a mudar apenas com a criação do Conselho Nacional de Pesquisas em 1955, acho que foi. Que começaram a estimular através de bolsas o desenvolvimento da pesquisa dentro da universidade. (Eloy Julius Garcia, entrevista concedida em 17/11/11)

Mas as aulas, claro que no princípio se contava com poucos recursos tecnológicos e então era laboratório, quadro negro e saliva. (Belkis Schmidt Sant'Ana)

Eram teóricas e a gente tinha um pouco de trabalho prático muito mais demonstração do que participação do aluno, o assistente do professor catedrático fazia demonstração de como funcionava algum aparelho, no caso da física por exemplo. No caso da Química Orgânica e Biológica eles faziam demonstração das reações, de caracterização de proteínas, e assim por diante, de lipídeos, ou seja lá o que for. Mas o aluno não botava a mão na massa. (Eloy Julius Garcia)

A implantação do Laboratório Industrial na Faculdade de Farmácia ocupou um dos espaços de lazer e convivência destinados aos alunos. Tratava-se de um espelho d'água integrante do projeto de ajardinamento do prédio, localizado sob a área de pilotis. De caráter lúdico e ornamental e forma irregular ameboide, recorrentes nas manifestações paisagísticas da arquitetura do movimento moderno, representação da liberdade formal assumida como uma de suas características marcante. Essa estrutura tinha o formato de um protozoário do qual originou o nome: "Paramécio". Esse local serviu de ponto de reunião dos estudantes até o fechamento do espaço em 1974 quando foi implantado o Laboratório Industrial.



Figura 21 - O “Paramécio”
Fonte: Acervo da FACFAR

As atividades de investigação científica também puderam se expandir por conta do espaço físico dentro da FACFAR – em 1970, ampliação consolidada pela instalação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas que ocupou todo o primeiro andar, anteriormente destinado ao Diretório Acadêmico.

2.3 FARMACOLANDOS, e agora?

A autonomia da Faculdade de Farmácia, adquirida na década de 1940, conforme já se mencionou, deve ser analisada em um contexto mais amplo do que o espaço da Universidade para que possa ser melhor compreendida. Entender o contexto da ciência farmacêutica nesse período significa visualizar o campo de atuação que surgia para o profissional de farmácia.

No Brasil, a primeira fase da indústria farmacêutica ocorreu entre o final do século XIX — quando surgiram os primeiros laboratórios farmacêuticos — e o início da Primeira Guerra Mundial. Essa fase é caracterizada por pequenos e médios laboratórios, em sua maioria nacionais, e alguns estrangeiros. Durante o conflito da Primeira Guerra Mundial houve dificuldade de importação de medicamentos e insumos o que estimulou, ainda mais, o surgimento de laboratórios nacionais. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística – IBGE, o Recenseamento Geral da República constatou que: em 1907 havia 60 laboratórios nacionais, e, em 1920, já eram 186. A década de 1930, no período entre guerras, é considerada o auge da indústria dos medicamentos biológicos e fitoterápicos, ou seja, aqueles baseados na matéria-prima animal e vegetal. De acordo com pesquisa realizada nos registros de contrato social junto ao Departamento Nacional de Indústria e Comércio, 45% dos estabelecimentos criados até a década de 1990 foram criados durante os anos 1930. Mesmo com esse crescimento é importante ressaltar que ele ocorreu sem autonomia na produção e sem que houvesse investimento na indústria química. (PEREIRA & MAYORGA & PETROVICK, 2002 p. 33).

Esse cenário mudou após a Segunda Guerra Mundial. A produção de antibióticos e medicamentos a partir de síntese química alavancou a indústria farmacêutica nos EUA e na Europa, enquanto a indústria nacional passou a ocupar um lugar secundário na “era dos antibióticos” (EDLER, 2006, p. 107). Na década de 1950 os laboratórios nacionais, sem qualquer possibilidade de concorrência com os avanços tecnológicos surgidos no pós-guerra, foram absorvidos pelos grandes laboratórios internacionais de medicamentos, começaram a entrar em crise e muitos foram comprados pelas empresas estrangeiras. O processo de desnacionalização da indústria farmacêutica nacional e de dependência na produção dos insumos foram conduzidos pela política econômica que oferecia taxas de câmbio mais baixas para importação de insumos farmacêuticos e equipamentos pelas empresas internacionais.⁵⁶

O crescimento industrial impactou e procurou definir o currículo do ensino da ciência farmacêutica a partir da década de 1960 quando foi instituído pelo Conselho Nacional de Educação o currículo mínimo, com a formação de Farmacêutico-Bioquímico. O XV Congresso Brasileiro de Higiene, ocorrido no ano de 1926, em Sergipe, organizado pela Sociedade Brasileira de Higiene, aprovou um anteprojeto que estabelecia o monopólio da União de matéria-prima químico-farmacêutica e a reforma do ensino farmacêutico. Em Porto

⁵⁶ Duas regulamentações à época contribuíram decisivamente para este quadro de desnacionalização da indústria farmacêutica no Brasil oferecendo facilidades para o capital estrangeiro: Instrução 70/1953 e Instrução 113/1955.

Alegre, no mesmo ano ocorria o I Encontro Universitário para Reforma do ensino, que será abordado mais adiante.

De um modelo, portanto, onde o farmacêutico detinha o processo de produção, manipulação, comercialização e orientação do uso do medicamento, passa-se para um processo de parcelamento de suas atividades, a serem realizadas em estabelecimentos diferenciados. O farmacêutico começa a perder o domínio global sobre seu objeto de trabalho e as farmácias passam a ser mistas, oferecendo produtos industrializados ou manipulados. (SANTOS, p. 71, 1999).

Houve então, na década de 1950, o desenvolvimento das práticas farmacêuticas nos Laboratórios Industriais, nas Análises Clínicas e na área de Alimentos. Também nas instituições acadêmicas ampliou-se o campo de atuação do farmacêutico com os avanços das pesquisas, conforme demonstra o estudo publicado pelos pesquisadores da FACFAR — Amélia Teresinha Henriques e Valquíria Linck Bassani — intitulado “A produção científica da Faculdade de Farmácia / UFRGS”. De acordo com esse estudo, na década de 1950 foram publicadas 13 teses contra quatro das cinco décadas anteriores. (HENRIQUES & BASSANI, 1995).

Na área da pesquisa, o professor Eloy Julius Garcia destaca o professor de Parasitologia, Raul di Primio⁵⁷, como um grande incentivador da pesquisa e um dos poucos que se dedicavam com exclusividade à pesquisa e ao ensino. As aulas desse professor também foram ressaltadas chamando a atenção para o cuidado ao preparar suas aulas exclusivas para o ensino no curso de Farmácia

O professor de Parasitologia, o professor Raul Di Primio, dava aula apenas para os alunos da Farmácia separados. Ele fazia questão disso, era muito sério o Di Primio. Ele fazia questão de preparar os alunos da Farmácia para atividade laboratorial na Parasitologia, o diagnóstico laboratorial. Ao passo que para Medicina ele dava muito mais os aspectos clínicos da parasitologia, entende? Então nós saíamos - isso dava muito gosto pra gente - com uma preparação muito boa nessa área laboratorial de Parasitologia. (Eloy Julius Garcia, entrevista concedida em 17.11.11).

⁵⁷ O professor Raul di Primio estudou Microbiologia no Instituto Oswaldo Cruz em Manguinhos, principal centro de pesquisa no início do século XX.



Figura 22 - Professor Raul Di Primio entre seus alunos, durante a Campanha de Parasitologia. Reprodução feita a partir do Jornal “O Topázio”, em outubro de 1959. Fonte: Acervo da FACFAR.

O professor Di Primio, apresentado pela publicação do “O Topázio” de outubro de 1959, como um dos maiores parasitólogos da América do Sul. Um dos projetos coordenados por ele, de iniciativa do Centro Acadêmico Cristiano Fischer, foi o da “Campanha das Parasitoses”, iniciado em 1959, e o trabalho desenvolvido pelos alunos da FACFAR consistia em um levantamento sobre a incidência de verminoses nas crianças em idade escolar, das escolas públicas de Porto Alegre. Durante três anos foram feitos quatro mil exames laboratoriais e após o mapeamento foi constatado que a maior incidência de verminoses era na zona periférica da cidade e em bairros com condições precárias de saneamento. Na mesma publicação de “O Topázio”, os alunos agradeciam a dedicação e o estímulo à pesquisa do professor Di Primio e repetiam as palavras que, segundo eles, o professor sempre dizia: “Foi um prazer ensiná-los”.

Outro pesquisador lembrado pela sua dedicação à pesquisa, também na década de 1950, foi o professor Germano Roman Ros:

Existem descobertas que passam despercebidas. Por exemplo, o professor Germano Roman Ros trabalhou com a erva-mate na década de 1940 / 1950, e constatou - eu tenho o original - que uma substância que todo mundo chamava de *mateína* contida na erva-mate era *cafeína*. (Pedro Ros Petrovick, entrevista concedida em 10/01/12).

Este trabalho foi uma referência, pois ele mostrou que o que pessoal chamava - porque na época era modelo - se eu extraísse alguma coisa da mesa, ia se chamar mesaina, se era da caneta, canetiina. Porque isolavam as substâncias e não comparavam com nada, a troca de conhecimento era muito ruim. Então ai ele começou a estudar, cristalizou a substância e disse: Olha, ela é muito parecida da quem tem no café e daí fez uma análise comparativa e disse que na erva-mate, a substância que se chama mateína, era cafeína. O que era verdade. (Pedro Ros Petrovick, entrevista concedida em 10.01.12).

A criação do Conselho Nacional de Pesquisas – CNPq - em 1951 passou a estimular ainda mais as pesquisas, através de concessão de bolsas à comunidade acadêmica. Nesse sentido, a docência deixou de ser uma atividade extra – como relata o professor Eloy Julius Garcia – e passou a haver maior dedicação ao ensino e à pesquisa e mudanças na “mentalidade” do meio acadêmico.

Eu falei do Tuiskon Dick⁵⁸ que começou a fazer pesquisa dentro da cátedra e obrigava os alunos a fazer trabalho prático, obrigava os assistentes a darem o expediente dentro da cadeira. Não era só chegar dar sua aulinha e cair fora. Então isto começou a mudar. Aí veio o estímulo também para isto. Com a reforma da universidade criaram-se os regimes de trabalho: 20h, 40h e tempo integral, dedicação exclusiva, com remuneração atraente. Então o professor já podia se dedicar à universidade sem ter que procurar outros ganhos lá fora. O que não queria nada com as coisas ficava só no regime de 20 horas, dava sua aulinha e caía fora. Os outros, 40 horas já tinham compromisso de estar pelo menos 4 ou 5 dias na semana lá durante 8 horas para cumprir essas 40h. Tempo integral ou dedicação exclusiva não podia ter outra atividade. (Eloy Julius Garcia, entrevista concedida em 17.11.11).

A necessidade da criação de um órgão como o CNPq tornou-se uma preocupação dos governos a partir da Segunda Guerra Mundial, quando “os avanços da tecnologia bélica, aérea, farmacêutica e principalmente a energia nuclear, despertaram os países para a importância da pesquisa científica”. Após Hiroshima e Nagasaki ficou evidente o poder que a ciência poderia atribuir ao homem. Os países começaram, então, a acelerar suas pesquisas e/ou montar estruturas de fomento à pesquisa. O Brasil, mesmo com seus recursos naturais e humanos estratégicos, o país não tinha a tecnologia necessária para seu aproveitamento⁵⁹.

⁵⁸Tuiskon Dick (1927 – 2008) atuou na área de Ciências Biológicas e da Bioquímica. Assumiu a reitoria da UFRGS entre (1990 e 1992).

⁵⁹ Informações na pagina do site CNPq.

O laboratório industrial na Faculdade de Farmácia, ou o Centro de Treinamento de Tecnologia Farmacêutica/CTTF⁶⁰, foi criado em 1974, pois na década de 1970 o estágio passou a ser obrigatório pela Reforma Universitária. Antes dessa regulamentação o aluno que desejasse adquirir prática na área pela qual se interessasse, buscava-a nos laboratórios particulares dos próprios professores. Ao descrever sua experiência, Lovois Miguel permite que se vislumbre o panorama desse campo de atuação e como acontecia a prática na Indústria:

Quando estudante ainda, eu trabalhei num laboratório industrial que não existe mais, de produtos populares, o Laboratório INKAS. A partir daí eu fui pra indústria farmacêutica que se tornou o meu grande amor. Eu trabalhei em vários laboratórios e dando aula também. Depois, pra aumentar o salário um pouco, nas folgas eu trabalhei na drogaria PANITZ - em Porto Alegre tinha a PANITZ e a VELGOS, dessa fusão criou-se a PANVEL. Trabalhei com eles por 30 anos, nas folgas. Quando voltei da França, onde estagiei um ano em Paris, criei um laboratório central que hoje é o LIFAR⁶¹. (Lovois Miguel, entrevista concedida em 12/06/12).

O testemunho de Lovois Miguel, embora centrado em sua história pessoal, é de grande relevância ao conhecimento sobre a história da farmácia industrial no Rio Grande do Sul. Sua narrativa apresenta alguns laboratórios do segmento da indústria farmacêutica e farmácias que desapareceram, como a Panitz e a Velgos. Seu testemunho é documento do desenvolvimento inicial relacionado à área de Cosmetologia no Brasil:

Nossos alunos foram trabalhar em São Paulo, com a experiência daqui, muitos na indústria farmacêutica e a cosmética também. Nós temos uma colega no Rio de Janeiro, a Elaine Brenner cursou Cosmética comigo, e ela começou aqui em Porto Alegre. Hoje, ela possui cinco Farmácias no Rio de Janeiro, cinco! É uma grande empresária⁶². (Lovois Miguel, entrevista concedida em 12 de junho de 2012).

Outro exemplo de empreendimentos na área de cosmetologia que teve seu início ligado à FACFAR é “O Boticário”:

O fundador e dono do Boticário, que também veio aqui, assistir um curso de curta duração que eu dei, de uma semana, voltou pra

⁶⁰ Atualmente chama-se Centro de Desenvolvimento de Tecnologia Farmacêutica, CDTF.

⁶¹ Laboratórios Industrial Farmacêutico/LIFAR, pertencente à PANVEL.

⁶² A rede de Farmácias a qual Lovois se refere chama-se “Dermatus Cosmética Médica”, fundada em 1978 no RJ e desde 1990 voltada para a indústria de dermocosméticos e pesquisa.

Curitiba e voltou pra sua farmácia, Boticário, agora é “O Boticário”⁶³. Então a gente tem algumas lembranças muito gratas disso, de alunos, que são desse período, sabe? E quantas farmácias dermatológicas por aí né? Barbaridade, todo o Brasil. (Lovois Miguel, entrevista concedida em 12 de junho de 2012).

Trata-se de sua história de vida, portanto sabe-se da sua parcialidade, em vista de que os acontecimentos incluídos na sua narrativa são definidos e selecionados por ele. Entretanto, através da narrativa daquilo que foi vivenciado por Lovois Miguel - real ou imaginário - é possível descortinar, além desses eventos, as representações da Faculdade de Farmácia.

Outro campo de atuação dos farmacêuticos foi o das Análises Clínicas. A criação de um Laboratório de Análises Clínicas, em 16 de abril de 1956, destinou-se tanto à prática do que era aprendido nas aulas teóricas quanto à assistência gratuita à população. Porém, as dificuldades do curso que ainda estava localizado no prédio da Faculdade de Medicina, na ocasião de sua criação, não permitiram sua continuidade. Um “*Serviço de Bioquímica Aplicada*”, coordenado pelo professor Ruben Dantas, passou a funcionar com essa finalidade, realizando, entre 1957 e 1963, vinte mil exames. (CORSO, 1990, 166). Assim como ocorreu com o Laboratório Industrial, o Laboratório de Análises Clínicas somente se tornou realidade na década de 1970, em decorrência da obrigatoriedade do estágio.

Já, a Farmácia-Escola foi criada somente em 1986. No entanto, era uma demanda dos estudantes desde 1962, quando foram apresentadas sugestões depois do I Encontro Universitário de Reforma de Currículo⁶⁴, organizado pela Federação dos estudantes da Universidade do Rio Grande do Sul, principal órgão de representação estudantil da época. O documento final do Encontro registrou a opinião dos estudantes em relação ao currículo dos cursos da universidade, apresentando as considerações e sugestões para os problemas da realidade interna da universidade.

⁶³ O farmacêutico Miguel Krigsner inaugurou a sua primeira farmácia de manipulação em 1977, no centro de Curitiba (PR).

⁶⁴ Este encontro ocorreu nos meses de janeiro e fevereiro de 1962 em Porto Alegre e o objetivo era promover entre os estudantes o debate sobre a reforma dos currículos dos cursos da UFRGS. Os centros acadêmicos que participaram foram os seguintes: Faculdade de Filosofia, Faculdade de Farmácia, Escola de Enfermagem, Engenharia, Geologia, Ciências Econômicas e Faculdade de Direito. (CUNHA, 2008, p. 8)

Esses campos de atuação do profissional farmacêutico foram sendo definidos ao longo de vários anos, porém, as décadas de 1950 e 1960 consolidaram a sua atuação no ramo industrial. A esse contexto deve-se acrescentar o fato de ser nesse momento o início de demandas com a finalidade de destinação de um espaço apropriado para o desenvolvimento das pesquisas farmacêuticas. Na Faculdade de Farmácia da UFRGS essas modificações foram vivenciadas e representadas pela aquisição do prédio novo que definiu uma sede própria para o curso; a alteração jurídica que originou a sua autonomia; a redefinição do currículo e incentivo à pesquisa.

Como foi possível observar, as narrativas acerca da autonomia jurídica da Faculdade de Farmácia, a aquisição do prédio novo, a busca de estratégias para dar visibilidade à existência de um curso de Farmácia, a união em torno da defesa do campo profissional, reforçaram o sentimento de identidade do grupo. À medida que essas ações são organizadas pelas lembranças de maneira a oferecer uma explicação da origem da Faculdade de Farmácia, há o que Joel Candau chama de "memória organizadora" e a identidade se apresenta compacta. (CANDAU, 2011, p. 78).

3 O ROL DO PATRIMÔNIO TECNOLÓGICO

“A função das coleções é permitir aos objetos que as compõem desempenhar o papel de mediadores entre os expectadores e o mundo invisível”.
(Krzysztof Pomian)

A situação do patrimônio tecnológico no Brasil vem sendo discutida nos últimos anos, em especial, pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins / MAST, vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação / MCTI. De acordo com pesquisas e publicações desta instituição, durante muito tempo os elementos que compõem essa modalidade patrimonial não foram vistos como objetos de preservação. Uma das ações propositivas no campo da pesquisa é o projeto interinstitucional, coordenado por equipe vinculada ao MAST, denominado “Projeto de Valorização do Patrimônio Tecnológico Brasileiro” no qual os acervos tecnológicos no país estão sendo mapeados para fins de divulgação e preservação.

De acordo com os dados obtidos no projeto (GRANATO, 2009), é possível identificar algumas dificuldades para a conservação desse patrimônio. A primeira seria justamente o tardio reconhecimento de sua condição como um bem patrimonial, do que resulta não apenas as condições precárias de organização, acondicionamento e conservação, mas também o desconhecimento de que os objetos científicos sejam fontes de pesquisa. Outra característica é a obsolescência dos objetos científicos - essa característica não é exclusiva desse tipo de patrimônio, mas determina fortemente o tratamento dispensado a ele, que na maioria das vezes é descartado e modernizado para dar lugar ao instrumento mais atual. A preservação do patrimônio científico e tecnológico no Brasil é, portanto, um desafio, o reconhecimento do mesmo é ainda um processo em curso.

Esse capítulo pretende entender a categoria do patrimônio tecnológico, a maneira como o mesmo é compreendido no espaço da Faculdade de Farmácia

da UFRGS, bem como descrevê-lo através de um rol. Isso implica compreender as práticas adotadas para a seleção, classificação, formas de aquisição e procedência dos objetos que atualmente compõe o acervo histórico dessa mesma faculdade. Esse acervo apresenta importância que ultrapassa os limites da Faculdade de Farmácia, pois através dele é possível conhecer parte da trajetória dessa Faculdade e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. No limite, é a história do estado e dos cursos superiores no Brasil que fundamentam uma pesquisa sobre acervos e narrativas da Faculdade de Farmácia, ponto de partida, portanto para outros enlaces e discussões patrimoniais.

3.1 PATRIMÔNIO TECNOLÓGICO NO BRASIL, algumas considerações

A noção de patrimônio cultural como algo neutro, herdado e que merece ser conservado, vem sendo substituída pela ideia de que o patrimônio é uma construção social. Llorenç Prats afirma que o patrimônio não somente é construído, ou seja, vinculado aos processos de legitimação, como também é inventado, à medida que são criados discursos com objetivo de fazer parecer natural e neutro o que é social. O patrimônio cultural é uma invenção que passa a ter autoridade quando legitimado e essa legitimação é dada a partir desse discurso inventado. Portanto, há também, um sentido utilitário naquilo que constitui o patrimônio cultural. Considerando que, o patrimônio seja a materialização indissociável dos valores e regimes de representações; reconfigurado em diferentes contextos, ora sendo desvalorizado, ora sendo legitimado por discursos, abre-se a perspectiva de questionar a evidência patrimonial e pensar para que ou a quem a mesma serve e tentar compreender o seu sentido utilitário. (PRATS, 1998).

Dominique Poulot acrescenta à noção de construção social do patrimônio cultural a importância de entendê-lo associado à construção de identidade e aos imaginários de autenticidade que compõem as políticas patrimoniais. Outra colaboração desse autor é pensar numa história do patrimônio cultural, a qual permite pensá-lo dentro de um processo e não

isolado, como um “tesouro” ou uma raridade. Por isso, segundo Poulot, os momentos de crise nos quais as representações dessa “identidade-patrimônio” são contestadas, são momentos que presenciam a “invenção de poéticas patrimoniais”. (POULOT, 2008)

O patrimônio de ciência e tecnologia constitui-se do conhecimento científico e tecnológico, dos “objetos científicos”, inclusive documentos em suporte papel, coleções que sejam testemunhos dos processos científicos e do desenvolvimento tecnológico, e as construções arquitetônicas produzidas com a funcionalidade de atender às necessidades desses processos. (GRANATO & LOURENÇO, 2010, p. 90). O processo industrial tem gerado, considerando a dinâmica de formação de patrimônio, testemunhos de formas produtivas e maquinários, aportes tecnológicos e conhecimentos técnicos aplicados à produção. Essa pode ser considerada igualmente a procedência de boa parte do acervo existente hoje na Faculdade de Farmácia da UFRGS associada aos processos de ensino e pesquisas, atividades permanentes desse curso e pelas quais se impõe dentro do contexto nacional.

As primeiras reflexões acadêmicas acerca da situação do patrimônio tecnológico no Brasil, segundo o pesquisador do MAST, Marcus Granato, foram feitas a partir da apresentação de uma pesquisa em 2007, na Universidade de Oxford, durante o “International Workshop on Historic Scientific Instrument Collections in the University”. A pesquisa abordava o panorama sobre o patrimônio cultural científico brasileiro, em especial o existente e oriundo das universidades. Uma das constatações daquele debate foi o pouco conhecimento sobre o patrimônio científico e tecnológico tanto no país como no exterior. Tal desconhecimento refere-se ao que constitui esse patrimônio, seu amparo legal e a sua utilização como fonte histórica. (GRANATO & LOURENÇO, 2010).

Isso ocorre também no contexto europeu, a pouca relevância dada ao patrimônio de Ciência e Tecnologia na Europa, em especial Portugal, é comentada por Marta Lourenço que destaca quatro razões para isso: a primeira é a definição complexa desse tipo de patrimônio; o desconhecimento do mesmo como fonte primária de pesquisa; a maioria encontra-se em instituições

que não possuem vocação e qualificação para a sua preservação e divulgação; e por fim, é pouco valorizado pelos próprios cientistas e historiadores da ciência. Situações semelhantes também podem ser aplicadas ao Brasil. (GRANATO & LOURENÇO, 2010, p. 88).

Em 2009, durante o II Seminário Internacional de Cultura Material e Patrimônio de Ciência & Tecnologia⁶⁵ foram discutidas e trocadas experiências na área do patrimônio científico e tecnológico no Brasil. Nesse encontro os participantes destacaram o caráter multidisciplinar do que implica a necessidade de estabelecer diálogo entre as mais diferentes áreas de conhecimento e profissionais de outras ciências. A dificuldade sublinhada nesse encontro foi a pouca disponibilidade de trabalhos para divulgação de metodologias desenvolvidas entre os profissionais que estudam o patrimônio científico e tecnológico. (GRANATO & LOURENÇO, 2010, p. 96).

Em relação ao patrimônio tecnológico, a prática do descarte em instituições de C & T, diretamente associada à necessidade de renovação de equipamentos e atualização de tecnologias, é outra questão bastante importante. A velocidade de envelhecimento dos objetos é proporcional aos avanços da Ciência propriamente dita. Os objetos que resistem aos descartes são decorrentes, em geral, de ações pontuais por parte de pessoas que por razões de caráter afetivo ocupam-se com a salvaguarda dos mesmos. Para Andreas Huyssen, é justamente o avanço tecnológico, ocorrido a partir da segunda metade do século XX, o responsável pelo constante reavivamento do passado. Essa “cultura da memória” seria provocada por “uma crescente instabilidade do tempo e pelo fraturamento do espaço vivido” (HUYSSSEN, 2000, p. 20). Nesse contexto, Huyssen afirma que vinculado a essa “cultura da memória” está o medo do esquecimento e questiona se não seria o próprio medo de esquecer o que levaria ao desejo de lembrar ou se, pelo contrário, seria o excesso de memória que levaria à saturação desse sistema, gerando, assim, o medo do esquecimento (Huyssen, 2000, p. 19).

⁶⁵ Realizado pelo Grupo de Pesquisa em Acervos Culturais (GPAC), de 28 a 31 de julho de 2009, no Rio de Janeiro.

De qualquer forma, a valorização do patrimônio científico e tecnológico tem entrado na pauta de discussão das agendas do patrimônio cultural nos últimos anos. Utilizando o conceito de PRATS, o patrimônio tecnológico vem sendo “ativado”, ou ainda, sua utilização tem servido para dar legitimidade a um determinado discurso, nesse caso, o do avanço científico e tecnológico do país.

O patrimônio cultural, bem como a sua construção, estreitamente ligado às representações e legitimação de ideias têm sua origem nos princípios do romantismo: natureza, história e genialidade. Sua força legitimadora nasce do fato desses critérios estarem acima do controle da sociedade e, portanto superam a experiência banal do cotidiano. Tudo aquilo que estiver localizado dentro dos limites desses critérios, é o que constitui o “repertório patrimonial” e, portanto, pode vir a tornar-se patrimônio por meio de sua “ativação”. Mas quem os ativa? Não é a sociedade quem escolhe o patrimônio, ela pode aderir a ele, consentir a sua representação e o seu discurso de legitimação, porém essa “ativação” é feita por indivíduos concretos, a serviço de ideias, valores e interesse, mais ou menos conscientes. “No plano da realidade social, e em última instância, quem ativa os repertórios patrimoniais são em primeiro lugar poderes constituídos”. (PRATS, 1998, p. 68).

Portanto, faz-se necessário superar a noção de neutralidade e sacralidade atribuída ao patrimônio e analisá-lo de forma circunstanciada. Tratando-se do patrimônio tecnológico, deve-se buscar compreender que os objetos e acervos científicos são parte constitutiva de uma prática científica, de momentos diferentes e devem ser abordados na perspectiva da história. Dessa maneira, poderemos compreender as práticas científicas como uma atividade social e contextualizada.

No Brasil o “fazer científico”, ou ainda, o interesse pelos fenômenos naturais e sua tentativa de explicá-los, teve início no período colonial. Entendendo-se, porém, que isso é um recorte temporal e cultural no qual não estão incluídas as formas das populações autóctones pensarem esses mesmos fenômenos. Porém, o termo “científico” foi cunhado no século XIX e, no sentido estrito, só pode ser aplicado às atividades desenvolvidas a partir de então. (FERRAZ, 2009). Diante disso, é possível afirmar que um dos

momentos formadores da ciência no Brasil surgiu com as instituições científicas que vieram com a família real no início do século XIX e a criação dos primeiros cursos, ao mesmo tempo em que se iniciou a impressão autorizada de livros no Brasil com a criação da “Imprensa Régia”. Esse último aspecto criou uma das condições imprescindíveis para o desenvolvimento da ciência: a divulgação científica.

A criação da primeira universidade brasileira ocorreu em 1920 com a Universidade do Rio de Janeiro, seguida mais tarde, da possibilidade dos docentes se dedicarem exclusivamente à Universidade, oportunizou-se o aumento de pesquisas e a formação de pessoal voltado para as ciências. Entretanto o incentivo financeiro à ciência e tecnologia deu-se somente na metade do século XX quando em 1951 foi criada a primeira agência de fomento no Brasil, o CNPq, com verbas destinadas à formação de grupos de pesquisa. Na década 1960, surgiram os primeiros cursos de pós-graduação no país. “Completava-se, assim, as condições para que a Ciência no Brasil se realizasse plenamente. A partir daqui cabia ao esforço do pessoal envolvido com o fazer científico e muito de vontade política para que nosso país pudesse fazer parte da agenda mundial da Ciência”. (FERRAZ, 2009).

Em 1993 o Ministério de Ciência e Tecnologia encomendou à Fundação Getúlio Vargas um estudo sobre a situação do setor da Ciência e Tecnologia no país, desse trabalho participaram instituições de pesquisa no Brasil, cientistas, economistas e especialistas em política científica no Brasil e no exterior. O documento afirmava que o investimento nessa área era necessário, caso o Brasil tivesse pretensões de “elevar o padrão de vida da população, consolidar uma economia moderna e participar com plenitude em um mundo cada vez mais globalizado”. O Brasil deveria adotar uma nova política de C&T implementando tarefas aparentemente contraditórias: “estimular a liberdade, iniciativa e criatividade dos pesquisadores e, ao mesmo tempo, estabelecer um forte vínculo entre o que eles fazem e as necessidades da economia, do sistema educacional e da sociedade como um todo”. (SCHWARTZMAN, 1993)

A primeira “Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação” havia ocorrido em 1985, tinha como objetivo discutir os caminhos da pesquisa

científica no período de redemocratização. O sistema de ciência e tecnologia havia crescido nos 20 anos anteriores, durante o regime militar, mas a comunidade científica não teve oportunidade de influenciar nas decisões que nortearam aquele crescimento. Já a segunda Conferência, realizada em 2001, colocou como seu desafio principal a inserção da ciência e tecnologia na agenda da sociedade brasileira⁶⁶.

A emergência da ciência e tecnologia reflete-se na expansão das universidades, atualmente são mais de uma centena e mais de dois mil cursos de pós-graduação (INEP, 2012). Em publicação comemorativa de vinte e cinco anos do MAST, em 2010, sob o título de “Imagens da Ciência, o Acervo do Museu de Tecnologia e Ciências Afins”, o então ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Machado Rezende, apresentou o contexto do Brasil nessa área e disse que esse seria o momento no qual “precisamos voltar nossos olhos para o passado, lembrar nossas origens e reconhecer o trabalho daqueles que nos antecederam”. Em outubro de 2008, foi assinada uma portaria entre o Ministério da Cultura / MINC e o Ministério da Ciência e Tecnologia/MCT⁶⁷ instituindo uma parceria interministerial para formulação de políticas de integração entre as atividades desenvolvidas pelas duas instituições, delimitando as competências da preservação e conservação do patrimônio tecnológico no Brasil. (GRANATO, 2010a).

Outro reflexo das transformações da ciência e tecnologia brasileira, decorrente da emergência econômica assistida nesta última década, foi a realização do “XXXI Simpósio Internacional da Comissão de Instrumentos Científicos para no Brasil”⁶⁸. Na conferência de abertura, Paolo Brenni, presidente da Comissão Internacional de Instrumentos Científicos, justificou a razão para o Simpósio acontecer pela primeira vez no hemisfério sul, mais precisamente no Brasil, depois de ter sido sediado em países europeus, além da Rússia, China, Canadá e Estados Unidos: “É banal dizer que o Brasil fez

⁶⁶ Essas Conferências são organizadas pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e pela Academia Brasileira de Ciências (ABC), A última foi a 4ª Conferência, realizada em 2010. Fonte: <http://cncti4.cgee.org.br/>

⁶⁷ Portaria nº 796/2008.

⁶⁸ Este encontro acontece anualmente e ocorreu entre 8 e 12 de outubro de 2012, na cidade do Rio de Janeiro.

enormes progressos nas últimas décadas; nos jornais, lemos sobre avanços na economia, na indústria etc. Mas, certamente, esse progresso se dá também nas áreas de cultura e pesquisa. Então, diante desse quadro, vislumbramos o Brasil como o lugar ideal para o encontro na América Latina”⁶⁹.

Também o perfil dos inscritos neste Simpósio permitiu verificar o aumento do interesse no que diz respeito a esse tipo de patrimônio entre os pesquisadores brasileiros. Esses dados foram constatados pelo coordenador geral do simpósio no Brasil, Marcus Granato. Ele destacou a grande participação de brasileiros no encontro. Dos 130 participantes, 98 foram pesquisadores, professores, estudantes ou profissionais vindos de várias regiões do país. “Quando começamos a organizar, esperávamos receber mais trabalhos do exterior do que do Brasil, foi uma agradável surpresa encontrar tantos brasileiros”⁷⁰.

Analisar o contexto da consolidação da ciência e tecnologia no Brasil auxilia na compreensão da origem dessas ações patrimoniais, ou, o que Jöel Candau chamou de “tropismo patrimonial”, esse movimento em direção à memória e o patrimônio. (CANDAU, 2009, p. 43). Em geral, tem a ver com os valores hegemônicos que variam no tempo e espaço, com as autoridades socialmente constituídas, e principalmente, com a ratificação social dos critérios de seleção e ativação.

3.2 O QUE GUARDAR E O QUE NÃO GUARDAR?

Como foi dito anteriormente, as ações de patrimonialização ocorrem por meio da ativação dos “repertórios patrimoniais” (PRATS, 1998), e também pela sua “invenção” e “construção” através da escrita e da exposição (POULOT, 2008), no desejo de solidificar determinada memória obtida pelas escolhas políticas do que lembrar e do que esquecer, bem como construir uma identidade. Essas ações são realizadas através da seleção e da escolha entre o que é “digno” de ser arrolado como patrimônio e conservado, e o que não é.

⁶⁹ Acesso: http://www.mast.br/projetovalorizacao/materia_sic_2.pdf

⁷⁰ Idem.

O início da política patrimonial dentro dessa universidade ocorreu no contexto da década de 1980, quando crescia o interesse pela preservação das memórias no contexto internacional⁷¹. Nessa década, o Brasil vivia o período de redemocratização, como ficou conhecido o momento seguinte à abertura política no país, e essas reivindicações memoriais passaram a configurar-se, para além do IPHAN, dentro de outras instituições públicas, por exemplo, é desse período a criação do Ministério da Cultura (1985). No caso da UFRGS, a política de patrimonialização tem tomado corpo após a regulamentação da “Comissão de História” em 1977⁷². Essa comissão foi criada com objetivo de “recolher, classificar e recuperar a documentação e material pertinentes à origem e ao desenvolvimento da UFRGS”. De acordo com o terceiro artigo dessa portaria “nenhum documento ou qualquer outro material de valor histórico, existente nos arquivos ou dependências das unidades universitárias poderá ser destruído ou inutilizado, sem a prévia audiência da Comissão de História da Universidade”. (SILVA, 1992, p. 15)

Mais tarde outras ações com intuito de patrimonialização dessa instituição foram concretizadas com a criação do Museu da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1984) e da Secretaria do Patrimônio Histórico (2000). Essa secretaria, na sua página de apresentação institucional tem as palavras do reitor Carlos Alexandre Netto (2008 – presente) justificando a relevância desse órgão, para tanto, ele utiliza o conceito clássico de patrimônio cultural ao balizar a sua importância na preservação do testemunho de um

⁷¹ Etienne François buscou responder o porquê do surgimento de um regime memorial, de uma “*explosão memorial*” (FRANÇOIS, 2010), o “*mnemotropismo*” (CANDAU, 2009), ou ainda, “*sedução pela memória*” (HUYSSSEN, 2000). Para François a primeira das razões para a valorização da memória é consequência da instalação do Tribunal de Nuremberg e a imprescritibilidade dos crimes contra a humanidade após a Segunda Guerra Mundial. A partir daí, lembrar e fazer justiça tornou-se um dever. Já a década de 1980 é marcada por transformações econômicas e sociais, uma delas foi a desintegração dos regimes comunistas do Leste Europeu, simbolizada pela queda do Muro de Berlim. Dessas alterações no cenário internacional surgiram uma expressiva quantidade de reivindicações memoriais e buscas identitárias.

⁷² Criada pela Portaria nº 474 de 25/04/1977. Inicialmente o seu coordenador foi o professor Dante de Laytano, após a sua aposentadoria foi substituído pelo professor Mozart Pereira Soares em 1982. Essa comissão foi extinta na ocasião da criação do Museu da UFRGS, e atualmente a documentação produzida por ela encontra-se sob a guarda do Museu.

passado glorioso” e dos “grandes vultos da história gaúcha e brasileira” e por enfatizar o seu significado de “herança de gerações futuras”⁷³.

Em 2011, com a criação da Rede de Museus e Acervos Museológicos / REMAM coordenada pelo Museu da UFRGS e apoiada pelo curso de Museologia desta universidade, essa delimitação do patrimônio cultural que vinha sendo estabelecida pela universidade é ampliada e tem reforçada a necessidade de desenvolver uma política patrimonial na qual os acervos que se encontram diluídos pelas unidades sejam incluídos. A proposta desta rede foi consolidar a política de gestão de acervos científicos e culturais da UFRGS, integrar e qualificar os seus diferentes espaços de memória. Entre os mais diferentes tipos de acervos que a constitui estão os de Arte, Esporte, Botânica, Veterinária, Odontologia, Genética, Física, Topografia, Engenharia, Geociências, Música, Paleontologia e o da Farmácia.

Embora o acervo da Faculdade de Farmácia não tivesse uma política de gestão definida e sistemática, seus objetos foram guardados para que fossem testemunhos de ações passadas e configuram uma coleção, de acordo com a definição de Krzysztof Pomian:

(...) qualquer conjunto de objetos naturais ou artificiais, mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das atividades económicas, sujeitos a uma proteção especial num local fechado preparado para esse fim, e expostos ao olhar do público. (POMIAN, 1984, p. 53).

Para Pomian, o “invisível” é algo que está situado, seja no tempo ou no espaço, distante de quem observa, mas que pode ser conectados ao se olhar os objetos. (POMIAN, 1984). O “invisível”, assumindo os mais diferentes aspectos e circunstâncias, dependerá dos destinatários e dos emissores. No caso da Faculdade de Farmácia, o que os objetos expostos asseguram é a intermediação com o fazer científico que não existe mais, com os cientistas que passaram pela faculdade e o pioneirismo do grupo fundador⁷⁴.

⁷³ Informações disponíveis em: <http://www.ufrgs.br/predioshistoricos/sph/apresentacao>. Acesso em 01/03/13.

⁷⁴ Pomian constrói, assim, o seu conceito de “semióforo”, ou seja, o objeto que não tem utilidade, no sentido restrito dessa palavra, mas que tendo um significado representam o “invisível”. (POMIAN, 1984).

Os relatos indicam que grande parte da coleção dos objetos tenha sido reunida para as comemorações do centenário da criação da Escola de Farmácia em 1995. Trata-se de um conjunto de objetos que vem sendo preservado para que não se percam esses testemunhos, encontra-se minimamente organizado e necessita ser alvo de ações de registro e documentação. Algumas iniciativas podem ser detectadas no que diz respeito a sua preservação, por exemplo, em alguns objetos foram encontradas etiquetas de identificação com número de registro, nome do objeto, procedência e o seu uso o que indica que houve preocupação com a catalogação dos objetos da coleção em algum momento (Figura 23). No entanto essas ações foram pontuais, por vezes transitórias e não foram registradas, ou então, não foram preservados esses registros. Partiram de pessoas interessadas nesse acervo e que fizeram com que fossem reunidos os objetos em espaços como armários e saguão.



Figura 23 - Registro de catalogação feita anteriormente, s/d.
Fotos: Magda Villanova Nunes

A numeração registrada nessas etiquetas passa de cinco centenas, o que pode indicar o número de objetos existentes na ocasião deste primeiro levantamento. De acordo com essa inferência, pelo menos a metade dos objetos arrolados anteriormente teriam se perdido. Em conversas para procurar identificar como teria sido feito este levantamento, foi possível constatar que parte deste acervo foi extraviada cerca de uma ou duas décadas antes. Os relatos apontam que também contribuíram para essa situação as condições precárias às quais foram expostos os objetos – tanto condições ambientais quanto de segurança.

Durante a pesquisa procurou-se entender quais os critérios orientadores para que alguns objetos tivessem sido guardados, e de forma sintética poderíamos isolar dois deles: o valor estético e o valor memorial do objeto. É possível ver balanças analíticas, vidrarias enfeitando mesas ou balcões; documentos guardados por lembrar um professor querido e admirado; ou, ainda, aumentando a autoestima do grupo pelo pioneirismo da “União Farmacêutica”. A frase: “somos o primeiro curso da UFRGS” foi repetida várias vezes pelos entrevistados durante esse trabalho.

Observa-se que o desejo de patrimonialização é presente nas narrativas dos entrevistados:

Eu vejo que lá na nossa sala de reuniões, lá no segundo andar, a gente tem um armário de vidro e tem certas coisas que a gente diz: “Bah, vocês nunca pegaram, um piluleiro!”, por exemplo, “Vocês nunca fizeram pílulas!”. Como é que foi no passado? Talvez muito aluno vá dizer assim: “Ah! Mas para que eu quero isso? Hoje em dia tem coisa muito mais moderna, muito mais nova!” Mas é a nossa história. É assim, a botica, o que foi evoluindo. Então, mesmo que nós tenhamos, hoje em dia, equipamentos modernos que substituam aqueles antigos, e muito melhor, eu acho que a gente tem que ir lembrando essa evolução. Eu gostaria de ver, talvez, reunidas todas essas coisas, e que a gente tivesse aqui um lugar para ser a nossa sala, digamos assim, de memória. (Ana Bergold, entrevista concedida em 02/05/2012).

Eu gosto da memória, eu sempre gostei. E a crítica que eu fazia é porque nós não temos um museu na Farmácia. O que tinha de equipamentos lá, antigos, tu não faz ideia, que beleza. O pessoal acabou se frustrando, sei lá. Então, nesse aspecto, a Farmácia não teve memória. (Lovois Miguel, entrevista concedida em 12/06/2012).

O avanço acelerado da tecnologia origina, em igual proporção, uma substituição de equipamentos e objetos técnicos, rapidamente lançados a um plano secundário. Esse descarte relacionado à obsolescência nos remete à outra categoria que não a memória: o esquecimento. Atualmente o esquecimento vem sendo examinado como um fenômeno social e cultural. Paul Connerton ressalva as variações que existem sob esse termo, desdobrando-o em tipologias de esquecimento. Entre eles está o “*forgetting as planned obsolescence*”⁷⁵, forjado no interior das sociedades de consumo. Esse tipo de esquecimento está associado ao tempo de vida útil dos objetos que geralmente é curta. A aceleração da produção para consumo cria quantidades cada vez maiores de objetos que em curto espaço de tempo tornam-se obsoletos

⁷⁵ Em tradução livre, “esquecimento enquanto obsolescência programada”.

aumentando o descarte. “Vital para esta produção de obsolescência, o esquecimento é um ingrediente essencial para o funcionamento do mercado”. (CONNERTON, 2008, p. 66).

A realidade do descarte de objetos científico é comum às narrativas dos entrevistados:

Ninguém está preocupado com o valor histórico do equipamento, está preocupado com a utilidade. Se não tem mais utilidade fica ocupando espaço, e tem que ser substituído. Vem o substituto, em geral é até maior, precisa de mais espaço. Então o que vai fazer com aquilo? Jogar fora. Eu sou um conservador, tinha muita coisa guardada aqui em cima na Biofísica, mas um dia veio uma chefe de departamento e mandou botar fora maior parte das coisas, sob protesto, mas foi fora. Havia coisas funcionando, ainda boas, mas na cabeça dela não tinha utilidade”. (Eloy Julius Garcia, entrevista em 17/11/2011.).

Sobre essa urgência diante do descarte, André Chastel em “A invenção do inventário” questiona como é possível surgir a ideia de realizar um inventário, ou mesmo um arrolamento, justamente quando tudo deveria ser destruído para que houvesse o apagamento de qualquer vestígio da opressão do Antigo Regime. Segundo ele, a ideia de um inventário nesse contexto “avançou por força das coisas”⁷⁶. O desaparecimento mediante as destruições faz nascer um sentimento de urgência: “seja a guerra civil, a guerra, ou a expansão industrial, o ordenamento, a modernização que devastam uma cidade ou as províncias, exclama-se: nada disto foi devidamente considerado e registrado!”. (CHASTEL, 1990, p. 02).

Pode se dizer que a necessidade do rol da Faculdade de Farmácia se dá no momento em que algumas pessoas percebem que está em risco a preservação dos testemunhos do grupo, e surge como instrumento de identificação e preservação. A função inicial de um arrolamento é descrever e localizar os documentos no acervo, e mais, através dessa ação é possível tornar acessível a documentação existente e divulgar o conteúdo do mesma. No entanto, não podemos nos afastar da concepção de que ele se trata de um mecanismo de ativação do patrimônio da FACFAR. Todas essas ações

⁷⁶ Chastel refere-se ao “Inventário Geral” realizado na França nos anos de 1770 e 1780 quando os revolucionários avançavam sobre prédios e monumentos decididos a destruir tudo o que lembrasse o Antigo Regime.

decorrentes de sua elaboração, descrever, acessar, divulgar, nomear, registrar são realizadas para que o patrimônio seja preservado e transmitido.

Dominique Poulot enquadra um inventário dentro do que ele chamou de “escrituras” que efetivam o patrimônio. É quando o patrimônio se confunde com herança ao ser reivindicado, para então receber uma designação particular e ser submetido a uma gestão especializada. (POULOT, 2008, p. 28).

De acordo com Poulot, a história da invenção e da divulgação do patrimônio, pela sua exposição e pela escrita, deve ser considerada através do estudo dos meios empregados no seu reconhecimento e da análise das suas formas de identificação e de gestão. E ainda, a noção de patrimônio envolve um conjunto de posses que precisam ser identificadas como transmissíveis; um grupo capaz ou suscetível de reconhecê-las como suas, de demonstrar a sua coerência e de organizar a sua recepção; e, por fim, um conjunto de valores políticos, no sentido mais geral do termo, que permite articular os legados com a finalidade de promover algumas mudanças e ao mesmo tempo, uma continuidade. (POULOT, 2008, p. 36)

Ambas as reflexões, “ativação” (PRATS) e “história do patrimônio” (POULOT), colaboram para refutar a perspectiva de neutralidade das ações patrimoniais, aqui representada por um arrolamento do acervo. Por se tratar de escolhas e resultado de demandas de um grupo, e mesmo do pesquisador, esse rol deve ser analisado de forma circunstanciada.

3.3 O ACERVO DA FACFAR

Ao iniciar o trabalho de arrolamento da FACFAR, percebeu-se que a principal dificuldade encontrada era aquela apontada por Granato & Lourenço em “*Reflexões sobre o Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia na Atualidade*”, trata-se de uma instituição que de maneira geral não tem vocação para preservação do patrimônio.

Durante a pesquisa foram realizados alguns contatos com instituições que desenvolveram trabalhos semelhantes com o objetivo principal de auxiliar na identificação dos objetos, tais como o “Museu da Farmácia” de Ouro Preto, Minas Gerais e o “Museu Antonio Lago” da Associação Brasileira de

Farmacêuticos, no Rio de Janeiro. Já o Museu Professor Lucas Marques de Amaral, da Faculdade de Farmácia e Bioquímica da Universidade Federal de Juiz de Fora, embora não tenha sido contatado, foi referência para o sistema de classificação aplicado ao da Faculdade de Farmácia da UFRGS.

O “Museu de Pharmacia” vem se estruturando desde 1960 quando fez a aquisição do mobiliário da “Pharmácia Magalhães”, finalizou em 2011 o “Inventário do Museu da Pharmácia” da Universidade Federal de Ouro Preto⁷⁷. De acordo com este inventário grande parte dos objetos que estão no museu foi adquirida fora do Brasil no final do século XIX. São coleções de equipamentos que permitiram a instalação de laboratórios de Física Experimental, Fisiologia Experimental, Botânica e Zoologia e Matéria Médica, Química Inorgânica, Química Orgânica e Biológica, Química Analítica e Toxicologia, além de anfiteatro de Anatomia e da oficina de Farmácia.

Já o “Museu Antonio Lago”, fundado em 1951, por iniciativa da Associação Brasileira de Farmacêuticos, com cerca de 450 objetos, teve sua origem principalmente no colecionismo, diferentemente do anterior que acumulou a maioria de seus objetos provenientes das atividades desenvolvidas pela instituição.

O acervo do “Museu da Pharmacia” assemelha-se à FACFAR no que diz respeito a sua forma de acondicionamento e os agentes da preservação. Uma parte do material guardado, com o desuso provocado pelo avanço tecnológico, foi preservada em armários e, dessa maneira, tornaram-se objetos destinados à “contemplação das sucessivas gerações de alunos, de ex-alunos saudosos dos velhos tempos e de turistas ou eventuais estudiosos que visitam o prédio da Escola”. Também os agentes da preservação daquele acervo foram “professores interessados em História da Farmácia” juntamente com alguns técnicos. Por iniciativa desses professores foi adquirido de um antiquário na cidade o mobiliário pertencente à antiga “Pharmacia Magalhães”, que funcionou em Ouro Preto do final do século XIX até inícios do século XX. Esse inventário justificou-se pela possibilidade de “visualização dos meios utilizados

⁷⁷ A Escola de Farmácia de Ouro Preto criada em 1839 tornou-se o primeiro curso autônomo de Farmácia da América Latina.

na formação do farmacêutico e do seu ambiente de trabalho na virada do século XIX para o XX em Minas Gerais, contribuindo para a divulgação e o estudo da evolução destas atividades no Brasil”. (UFOP, 2011).

Assim como em Ouro Preto, também o acervo da Faculdade de Farmácia da UFRGS resistiu ao tempo por ação de um grupo de professores e técnicos. Objetos e documentos foram guardados em gabinetes, gavetas e armários. Conforme a pesquisa avançava, ao tomarem conhecimento de que havia uma movimentação em torno de sua organização e preservação, alguns desses documentos foram sendo mostrados e outros entregues para a catalogação com a finalidade de serem incorporados ao acervo.

Durante essa pesquisa foi possível observar o que foi considerado patrimônio tecnológico da FACFAR, ou seja, aquilo que foi avaliado como digno de ser preservado. Foram utilizados como balizadores os depoimentos dos entrevistados, além das próprias ações de preservação já citadas nesse trabalho, em especial o acondicionamento dos objetos em armários destinados à exposição e sua disposição em um saguão⁷⁸. Com base nisso foi possível listar alguns desses objetos conservados no espaço da FACFAR que configurou esse arrolamento. Para tanto, a metodologia aplicada foi encontrada na prática da documentação museológica (CÂNDIDO, 2006), consistindo nos seguintes procedimentos técnicos: identificação e registro dos objetos; classificação; pesquisa arquivística, bibliográfica e oral; reprodução fotográfica do acervo.

O acervo da Faculdade de Farmácia se formou, na maior parte, de documentos e objetos oriundos da própria instituição. Até o momento, foram arrolados 118 objetos, na maioria, oriunda da área de Farmacotécnica e Química; 48 metros lineares de documentação textual; 22 quadros de formaturas (1900 – 1964); 461 fotografias; 5 álbuns fotográficos; 10 rolos de fita magnética de áudio (1968 – 1977); 17 livros com temas que abordam práticas

⁷⁸ A ideia de realizar um arrolamento no qual a comunidade da FACFAR pudesse ser envolvida tem referência o Inventário Participativo do “Programa Pontos de Memória”, com metodologia participativa e dialógica. <http://www.museus.gov.br/programa-pontos-de-memoria/>

antigas da ciência farmacêutica. Portanto são esses os principais grupos documentais que constituem o acervo: bibliográfico, arquivístico, iconográfico, audiovisual e museológico.

A coleção está distribuída no prédio da FACFAR, tendo sido utilizado o próprio mobiliário em madeira, em ferro e vidro, remanescente de alguns laboratórios. Nesses armários está disposta grande parte dos objetos identificados; um armário está no saguão do quinto andar (Figura 26) e os outros dois na Sala de Reunião do Conselho (Figuras 27, 28 e 29). No quinto andar também estão expostos alguns equipamentos de obtenção de extratos vegetais. (Figura 36). Os quadros de formaturas foram organizados no corredor do segundo andar que dá acesso ao setor administrativo da faculdade – atualmente foram retirados para serem submetidos ao processo de conservação e para interromper ao processo de degradação que vinham sofrendo pela exposição tais como inscrições e agentes biológicos de deterioração. (Figura 25). A documentação arquivística está organizada numa sala no 7º andar, e em sua maior parte acondicionada em caixas arquivos. Os demais objetos estão distribuídos pelo interior do prédio da Faculdade de Farmácia em gabinetes e laboratórios.



Figura 24 - Quadros de Formatura localizados no 2º andar da FACFAR



Figura 25 - Armário no 5º andar da FACFAR



Figura 26 - Vista geral da Sala do Conselho da Unidade



Figura 27 – Armário 1 na Sala do Consunid



Figura 28 - Armário 2 na Sala do Consunid

As figuras acima mostram a localização de alguns objetos no prédio da FACFAR.
Fotos: Magda Villanova Nunes

Para a identificação e registro dos objetos, foi estabelecido durante a pesquisa um código baseado em princípios gerais da Museologia, iniciando com a sigla da Faculdade de Farmácia seguida de numeração sequencial e ano de registro (FACFAR 0000/ano). No caso de ser um conjunto com mais de uma peça, acrescenta-se as letras minúsculas, também em ordem sequencial (a, b, c,...). Essa inscrição do código foi feita no próprio objeto através de etiquetas. A identificação foi transcrita numa listagem de registro do acervo com as seguintes seções: código; nome do objeto, sua marca e imagem do objeto (Apêndice C).

A classificação fundamentou-se no critério da função original do objeto, que corresponde ao atributo presente a todos os objetos e imutável, por isso

fundamental para a classificação. O Museu Professor Lucas Marques de Amaral de Juiz de Fora teve a sua classificação dos objetos fundamentada nas funções, por isso foi utilizada como referência para o trabalho desenvolvido no acervo da FACFAR. A classificação desse museu é a seguinte: 01 - Aparelhos de Farmacotécnica – ex: Moinho, prensa de comprimidos, pilulador; 02 - Embalagens - ex: Potes de porcelana, frascos de vidro, garrafas de cerâmica; 03 - Vidrarias, Cerâmicas e Almofarizes – ex: Funis, retortas, balões não aferido; 04 - Instrumentos de Medida – ex: Recipientes graduados, balanças, termômetros; 05 - Instrumentos de Aquecimento – ex: Fornalhas, fogareiros, alambiques, banhos; 06 - Ferramentas e Meios Auxiliares – ex: Estantes, espátulas, pinças, tripés; 07 - Máquinas Industriais – ex: Gasogênio para gaseificação de limonada purgativa; 08 - Drogas e Produtos Químicos – ex: Origens química, vegetal e animal; 09 - Medicamentos Artesanais e Industrializados: Éter e Clorofórmio anestésicos; 10 - Equipamentos Médico e Cirúrgico – ex: Seringas, irrigadores, ventosas, fios; 11 - Documentos– ex: Diplomas, livros de atas e registros, bulas, receitas; 12 - Fotografias – ex: Fotos, postais, slides; 13 - Brindes e Material de Propaganda: Almanques, estampas, lápis, mata borrão; 14 - Mobiliário – ex: Balcões, armários, mesas de manipulação; 15 - Instrumentos de Análises Clínicas: Vidraria específica, microscópios, lâminas; 16 - Perfumaria e Cosméticos: Embalagens, produtos de higiene e toucador; 17- Instrumentos de Bromatologia: Butirômetros, vidraria e aparelhagem específica; 18 - Insígnias e Cerimonial – ex: Brasões, bandeiras, condecorações, becas; 19 - Material Bibliográfico: livros, periódicos e publicações avulsas.

Para o acervo da Faculdade de Farmácia da UFRGS utilizou-se algumas dessas tipologias com as seguintes alterações: o item 11, Documentos, foi alterado para Documentos Administrativos; o item 12 foi denominado Audiovisual a fim de incluir documentação sonora e outras formas orais e visuais.

As informações em documentação arquivística, bibliográfica e oral, enquanto procedimentos técnicos para o desenvolvimento desse arrolamento foram pesquisados nos museus já citados e também no Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Velinho/AHPAMV, o qual forneceu, entre outras coisas,

parte da documentação sobre a história de Porto Alegre, incluindo uma planta do prédio da Faculdade de Medicina na Rua Sarmento Leite com a localização do laboratório de Farmácia. As pesquisas realizadas nas fototecas Sioma Breitman do Museu de Porto Alegre e Museu Hipólito José da Costa contribuíram com a representação dos lugares por onde a faculdade passara e se estabelecera, essa pesquisa foi importante para o entendimento do início da constituição dessa coleção. É importante observar que os diversos deslocamentos da Faculdade até a década de 1950 e a sua integração a outros cursos contribuíram bastante para a diluição de parte do seu acervo.

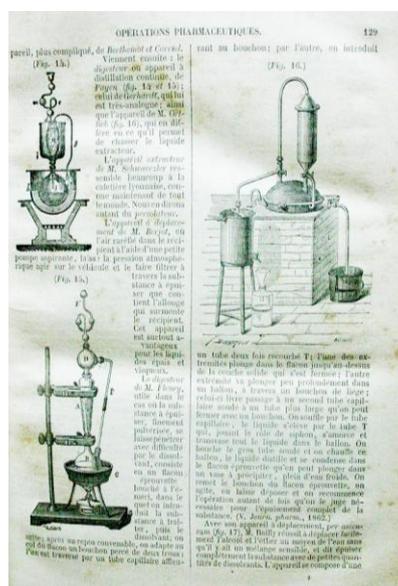
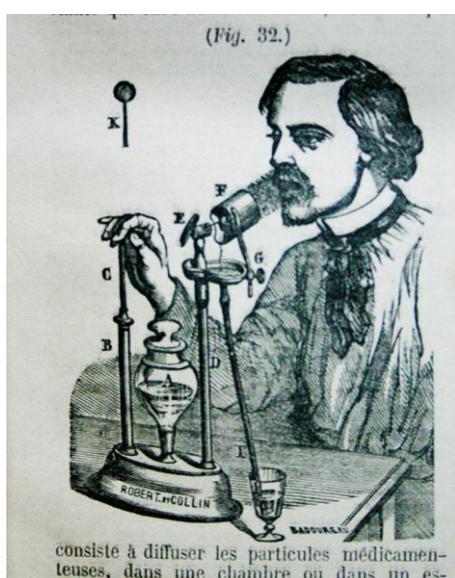
As entrevistas foram essenciais no auxílio na identificação e classificação dos objetos, bem como para compreensão de como se deu a formação dessa coleção, quais eram os desejos de patrimonialização e o que ela simboliza nesse grupo social. E também, os relatos sobre os objetos da coleção dão conta de um modo de fazer que envolve uma duração de tempo e um gestual para a produção de pílulas que hoje não seriam possíveis, como por exemplo, o “Piluleiro” que teve seu processo de produção descrito pela professora Ana Bergold da seguinte maneira:

O piluleiro é uma tábua, assim mais ou menos cheio de reentrâncias que formava rolinhos. A massa, digamos assim, era colocada sobre ele formando os rolinhos. Esses rolinhos depois eram cortados em pedacinhos bem pequenininhos e na mão a gente enrolava para formar uma bolinha, essa bolinha depois secava, e era isso que era então dado pra pessoa. (Ana Bergold, entrevista concedida em 02/05/2012).

Observamos que uma das principais contribuições de um arrolamento desse tipo é revelar o potencial documental que esses objetos têm como, por exemplo, permitir a delimitação e comparação de diversos aspectos sociais, econômicos e culturais aos quais estejam relacionados. Para que a pesquisa sobre um acervo avance nesses temas é necessário, inicialmente, conhecer esses conjuntos de objetos de ciência, os testemunhos de processos científicos e tecnológicos, esses fazem parte dos objetivos do rol. Os objetos arrolados perderam o valor de uso, porém esse valor foi redimensionado, baseado no seu significado e nas informações possíveis que se pode obter a partir deles.

A seguir apresentam-se alguns exemplos da potencialidade de trabalhar com esse tipo de acervo.

A documentação bibliográfica, constituída de livros especializados e periódicos, representa relevante fonte para o conhecimento dos processos de formação e prática farmacêutica. Os livros especializados (1880-1946) arrolados até o momento foram 17 exemplares, nos quais são descritos procedimentos técnicos e contêm imagens de aparatos tecnológicos e seus usos. (Figura 24). Os periódicos encontram-se na Biblioteca da FACFAR, e entre eles estão 18 exemplares de “O Topázio”, o jornal do Centro Acadêmico Cristiano Fischer, (1954 – 1966) e 2 exemplares de “A Ânfora”, publicação científica da FACFAR (1955-1956);



Figuras 29 e 30 – Reprodução do livro “L’Officine ou Repertoire General de Pharmacie Pratique”, 1880.

“O exemplar número um da revista “A Ânfora”, de outubro de 1955, traz um artigo sobre Microfotografia, intitulado “Microfotografia como técnica auxiliar no estudo e pesquisas do Farmacêutico-Químico”, nele o autor Henrique Wassermann descreve a utilização da máquina fotográfica associada ao microscópio eletrônico com finalidade de fixar as imagens observadas através das lentes microscópicas. Segundo ele a fotografia é “utilizada para descobrir e fixar o imperceptível ao olho humano” e a técnica que ele descreve no artigo correspondia a uma adaptação de baixo custo que poderia ser utilizada pelo estudante com uma máquina fotográfica comum, o exemplo dado por ele é com a utilização de uma máquina Condorettta ou modelo caixão. Aproximando a

objetiva do equipamento fotográfico sobre a ocular do microscópio e, assim, a imagem era captada. Ao relacionar esse artigo com um dos objetos científicos da coleção da FACFAR, um adaptador para fotografar com filmes 6x6mm da marca Zeiss-Jena (Figura 31), evidencia-se a possibilidade de diferentes tipos de documentação complementar-se e dialogarem entre eles. Isso sublinha a importância de se manter a organicidade desse acervo durante a elaboração do arrolamento, procurando articular as diferentes informações contidas no acervo.

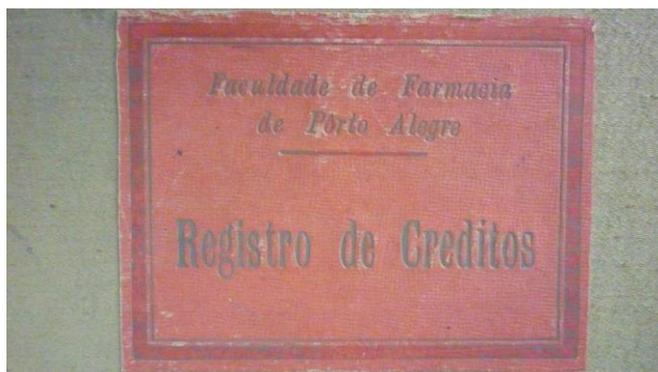


Figura 31 – Equipamento para obtenção de microfotografia da marca Carl Zeiss – Jena
Foto: Cláudio Fachel.

A documentação arquivística constitui-se de séries dos históricos dos alunos (1895 a 1984), “Livros de chamadas” (1952 – 1954), onde constam nomes de alunos e os assuntos abordados nas aulas; “Ata de Fundação da Escola Livre de Farmácia” (1895); Relatório da Congregação, de 25 de julho de 1898, manuscrito por Alfredo Leal, entre outros

O “Livro de Registro de Créditos” (1953 a 1957) mostra os fornecedores com os quais a Faculdade de Farmácia manteve atividades comerciais nesse período. Nesse livro estão registradas mais de cinquenta empresas, ou ainda, pessoas físicas que atuavam em diversas áreas: vestuário, instrumentos científicos, livros especializados e prestação de serviços. Esse levantamento

permite traçar o panorama do comércio, as livrarias especializadas, os fornecedores de insumos, da circulação de objetos científicos, sua proveniência e aspectos das condições de realização das práticas do ensino e da pesquisa em Farmácia na cidade de Porto Alegre ao analisar o tipo de material adquirido. (Apêndice D).



MÊS	DIA	CREDOR
Junho	11	Livraria Athanasia
Junho	5	Livraria Editora Holmel
"	13	Livraria Editora Holmel
"	20	Editora Juvenatara
"	20	Livraria Editora Holmel
"	20	Livraria Editora Holmel
Julho	6	Editora Juvenatara
"	20	Livraria Editora Holmel
Agosto	4	Livraria Editora Holmel
"	9	Livraria Editora Holmel
Agosto	4	Editora Juvenatara
"	7	Santa Juana Barrios
"	7	Editora Juvenatara
"	9	Livraria Editora Holmel
"	9	Livraria Editora Holmel
"	9	Santa Juana Barrios
"	10	Livraria Editora Holmel

Figura 32 e 33 - Livro de Registro de Créditos e detalhe à direita, 1953 – 1957.

Foto: Magda Villanova Nunes

A documentação iconográfica constitui-se de 22 quadros de formandos (1900 – 1964). São em torno de duzentos retratos de formandos da primeira metade do século XX que se localizam no corredor do segundo andar da Faculdade de Farmácia - em 2012, foram recolhidos para evitar danos aos quais estavam expostos e serem encaminhados à restauração. (Figuras 34 e 35)

Trata-se de uma documentação ambivalente, por um lado revelam os retratados, por vezes personalidades da sociedade porto-alegrense, por outro, revelam fotógrafos e estúdios que gozavam de prestígio na primeira metade do século XX. Entre esses fotógrafos e estúdios estão Virgílio Callegari (1868 – 1937), Estúdio dos Irmãos Ferrari (1871 – 1951) e Fotografia Aurora (1925 – década de 1960). Além desses dois aspectos, as fotografias também são capazes de evocar história e memória da ciência farmacêutica. Os quadros têm a cidade de origem dos estudantes, e muitos voltaram para suas cidades para montar o próprio estabelecimento, isso possibilitaria um mapeamento das farmácias que se estabeleceram no interior do estado a partir dessa Faculdade.



Figura 34 - Quadro de Formatura do ano de 1905.



Figura 35 - Retrato Carvalho de Freitas, técnica pintura a óleo, s/d.

Essa documentação fotográfica é importante pela possibilidade de dar visibilidade aos cientistas e à ciência desenvolvida na primeira metade do século XX, na cidade de Porto Alegre. Sua relevância também diz respeito à construção do imaginário de modernidade, ligado à presença da fotografia no final do século XIX e início do século XX e no qual a Escola de Farmácia se inclui. Segundo Zita Rosane Possamai essa presença demonstra a atualização e assimilação por parte da cidade de tecnologias modernas. Para essa autora, “ser moderno é frequentar o estúdio de renomado artista e ter seu retrato assinado por ele”. (POSSAMAI, 2006).

A coleção compreende, também, fotografias produzidas pelo Centro Acadêmico Cristiano Fischer nas gestões de 1952 a 1956, das “passeatas dos bixos”, visitas oficiais na Faculdade de Farmácia, congressos e eventos sociais. Essas fotografias estão organizadas em cinco álbuns, totalizando 159 imagens. São as seguintes identificações encontradas nesses álbuns: “Gestão 1955 - 1956”; “1957”; “Gestão 1958 – 1959”; “Primeiro Congresso Sul-Americano de Acadêmicos de Farmácia / 9 e 16 de outubro de 1959”; “Gestão 1960 – 1961”. Acrescenta-se a essa coleção mais 102 fotografias avulsas, plantas do prédio.

Além das próprias entrevistas realizadas para essa pesquisa que passam a integrar o acervo dessa instituição, a documentação audiovisual é constituída por 10 rolos de fitas magnéticas da marca BASF, a maioria datas-

limite 1968-1977, período que coincide com o período do governo militar no Brasil. São gravações referentes às reuniões do Conselho da Unidade e dos Departamentos, que podem revelar o controle sobre as decisões tomadas dentro da unidade.



Figura 36 – Fitas magnéticas contendo reuniões do Conselho da Unidade e dos Departamentos que ocorreram entre 1968 e 1977. Foto: Cláudio Fachel.

Dentre a documentação museológica, destacam-se os seguintes os objetos científicos:



Figura 37 – Extrator
Foto: Magda Villanova Nunes

Os extratores de óleos localizados no saguão do quinto andar, sobre esses equipamentos o relato é do professor Pedro Ros Petrovick:

O que estão ali são extratores de óleos essenciais. Eles foram desenvolvidos no final da década de sessenta, início de setenta, pelos professores da Farmacognosia: o professor Luiz Bauer e o professor Gilberto Antônio de Assis Brasil e Silva. Numa tentativa de fazer um trabalho de extensão no qual a região de Guaíba teria uma alternativa de plantio de óleo de menta. Eles poderiam extrair no próprio local o óleo de menta, através daqueles aparelhos que foram desenvolvidos ali, no quinto andar. Realmente começou a funcionar, porém houve uma reviravolta de mercado e o Paraná entrou muito forte no óleo de menta, com isso os custos aqui de produção agrícola e a produtividade eram baixos e o projeto não foi à frente. Esse foi um aparelho assim que demonstrou uma capacidade de interação da universidade ou da Faculdade de Farmácia com o restante da comunidade. (Pedro Ros Petrovick, entrevista concedida em 10/01/2012.).

Esses equipamentos, desenvolvidos por professores da Faculdade de Farmácia, manufaturados pela metalúrgica Metalbras de Porto Alegre evidenciam a capacidade, desses cientistas, de colocar suas ideias em prática, buscando a viabilização do avanço de conhecimento através da pesquisa e a transposição de uma ideia científica para um suporte material. Essas circunstâncias fazem desses equipamentos exemplos da definição feita por Gerard Turner sobre o que seria um instrumento científico: “uma ideia feita de latão”. (TURNER apud HALLEUX).



Figura 38 - Encapsulador para cápsulas amiláceas, da marca Limousin.



Figura 39 - Balança Analítica, da marca Record.

Outra fonte importante de pesquisa são as marcas fornecem uma série de informações, através das quais é possível identificar a origem desses objetos e informações interessantes do ponto de vista da pesquisa sobre a sua circulação.



Figura 40 - Black & Cia,
Brasil



Figura 41 - Coleman
Instruments Corporation,
USA



Figura 42 - Limousin, França

Fotos: Magda Villanova Nunes

Pela análise das marcas é possível enumerar os estabelecimentos e os países de origem. Até agora se pode afirmar que os objetos são na sua maioria oriundos da Inglaterra, França, Estados Unidos da América, e Alemanha. As marcas nacionais estão entre os objetos mais recentes. A narrativa do professor Eloy Garcia acerca das origens dos objetos a partir da década de 1950 pode ser um exemplo de que a busca da análise das marcas permitem mapear aspectos econômicos e sociais que circunscrevem esses objetos:

Não se falava em equipamento brasileiro naquela época. O equipamento brasileiro começou a entrar no mercado pra poder ser aproveitado, com muitas restrições, de 70 para diante. Microscópios, por exemplo, naquela época era Zeiss, e qualquer outra marca era olhada de nariz torcido. Os colorímetros tinham que ser também Alemães. Depois os espectrofotômetros eram ingleses ou alemães. Na minha área de radioatividade, vinha muita coisa da Holanda, da Inglaterra e depois entraram os EUA, aí entraram pra valer né? (Eloy Julius Garcia, entrevista concedida em 17/11/12.).

Algumas outras marcas puderam ser identificadas, entre elas estão: moldes para produção de óvulos e supositórios marca J. Bachelet, de Paris; máquina de comprimidos marca Freck Company, de Chicago e um refratômetro da MEOPTA, indústria da República Checa.

Esses são apenas alguns exemplos das possibilidades de estudos sobre esse acervo. Conforme foram apresentados, os objetos de ciência constituem fontes para discussão da construção do conhecimento científico, dos fabricantes, do contexto econômico e da cultura material da ciência. Ressaltam

a importância de serem analisados de forma circunstancial estabelecendo diálogo entre eles e outros tipos de documentação.

CONCLUSÃO

O estudo do acervo da Faculdade de Farmácia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul revelou a possibilidade de desenvolver temas que dificilmente são identificados pela metodologia tradicional da pesquisa histórica. Por isso, durante a construção desse trabalho, diversas portas foram se abrindo. Entretanto as razões pelas quais as coisas foram guardadas, como e por quem, foi a porta escolhida.

A descrição desse acervo, os testemunhos de pessoas envolvidas direta ou indiretamente com a sua formação, trouxeram alguns resultados, tais como estabelecer a relação da formação e a prática farmacêutica com os espaços físicos pelos quais ela se desenvolveu. Desde uma sala emprestada pelo Estado no prédio do Atheneu Riograndense, passando pelo porão da Faculdade de Medicina à Rua Sarmento Leite até o atual prédio, uma edificação representante do estilo arquitetônico moderno em Porto Alegre. Essas passagens delineiam a própria trajetória da Faculdade de Farmácia em Porto Alegre: suas origens vinculadas ao governo Positivista de fins do século XIX, embora este mesmo governo tivesse instalado a liberdade profissional no estado do Rio Grande do Sul. Mais tarde, submetida à hegemonia da Faculdade de Medicina, durante cinquenta anos. E por fim, a conquista da autonomia do curso de Farmácia representada pela construção do novo prédio.

Também são resultados desse trabalho: a formação de um acervo de entrevistas que pretende manter-se ampliando através de novos contatos com outras pessoas; o conhecimento da comunidade dessa pesquisa, o que levou à entrega de documentos, incluindo livros e objetos, para que sejam preservados de forma adequada; a inclusão desse acervo no Inventário Nacional de Patrimônio Tecnológico desenvolvido pelo MAST em parceria com o MC&T, assim como na Rede de Museus e Acervos Museológicos do Museu da UFRGS.

Para Krzysztof Pomian, o número de objetos de uma coleção pode ser variável, é na sua função de mediação entre o observador com outro tempo e espaço é que está depositada a sua relevância. O tempo ao qual a coleção da FACFAR remete o observador é o das origens dessa instituição, que se

confunde com a origem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ou ainda, o início do ensino superior nesse estado. A respeito desse assunto, destaca-se a formação e o empenho da “Sociedade União Farmacêutica”, em 1894, e cujo objetivo único foi a criação da Escola Livre de Farmácia, tendo sido criada para organizar os fundamentos da escola e após isso deixou de atuar.

A exposição da coleção de objetos reunidos na FACFAR é resultado de escolhas, sendo assim, essa listagem revela critérios e particularidades daqueles que idealizaram. A conclusão inicial refere-se aos critérios de seleção utilizados nesse acervo e que estão vinculados ao tipo de patrimônio da Ciência & Tecnológico. Trata-se de objetos que desde sua produção sofrem a aceleração da obsolescência e que necessitam ser descartados, assim que nova descoberta científica ou tecnologia surge. Os objetos da FACFAR resistiram ao tempo não por uma gestão sistemática, mas pela ação de algumas pessoas, movidas ou pela afetividade, ou pela estética, ou pelo aspecto pioneiro da instituição. Outras pessoas, provavelmente, por todas essas razões.

A essas conclusões pode-se acrescentar que esse acervo, sendo parte constitutiva de um determinado ambiente científico e tecnológico, representa experiências diversas que estão situadas dentro do processo histórico e, portanto, são compreendidas como uma atividade social e evidências das mudanças das práticas científicas. Nesse sentido, o acervo da FACFAR pode ser compreendido como um amplo campo de estudo da cultura material na história das ciências, por exemplo: levantamento das marcas de fabricantes serve como fonte para análise das atividades comerciais com o exterior; o registro de 1954, de fornecedores de aparelhos científicos na cidade de Porto Alegre possibilita esclarecer alguns aspectos de como se fazia ciência nessa época na cidade; as fotografias e as biografias de farmacêuticos; os instrumentos e as diferentes técnicas e tecnologias contidas neles.

Por fim, diante das diversas possibilidades de interpretações que esse acervo oferece, entende-se que essa é uma contribuição inicial e deseja-se que outros estudos possam ser desenvolvidos a partir do acervo da Faculdade de Farmácia da UFRGS.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**, 3 ed. - Rio de Janeiro: FGV, 2005.

AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

AMARAL, Lucas Marques do. Museu da Farmácia Lucas M. Amaral. Faculdade de Farmácia e Bioquímica da Universidade Federal de Juiz de Fora. In: **Coleções Científicas Luso-Brasileiras: Patrimônio a ser descoberto**. MAST: Rio de Janeiro, 2010.

ARAÚJO, Carlos da Silva. **Subsídios esparsos para a história da farmácia carioca**. Rio de Janeiro: A Noite, 1949.

ARRIADA, Eduardo. **Educação secundária na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: a desoficialização do ensino público**. Porto Alegre: PUCRS, 2007.

A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE. **Panteão Médico Rio-Grandense**. São Paulo: Ramos Franco Editora, 1943.

BAUER, Martin W & Gaskell, George (org.) **Pesquisa Qualitativa com texto: imagem e som, um manual prático**. 7. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

BERGAMASCHI, M^a Aparecida & STEPHANOU, Maria. Apresentação. In: **Invisíveis Lugares: serestarficar**. Catálogo da exposição organizada pelo Museu da UFRGS. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

BURIN, Carolina Wolff. **Canalização do Arroio Dilúvio em Porto Alegre: ambiente projetado x ambiente construído**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

Dissertação (Mestrado em Arquitetura), Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

CANDAU, Jöel. Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, n. 1, 2009.

CANDAU, Jöel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CÂNDIDO, Maria Inez. Documentação Museológica. **Caderno de diretrizes museológicas**, Belo Horizonte, Secretaria de Estado da Cultura / Superintendência de Museus, 2006.

CARRARA Jr. Ernesto e MEIRELLES, Hélio. **A indústria química e o desenvolvimento do Brasil – 1500-1889**. São Paulo: Metalivros, 1996.

CONNERTON, Paul. Seven types of forgetting. In: **Memory Studies**, 2008; 1; 59 <http://www.mss.sagepub.com/cgi/content/abstract/1/1/59>

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL do Rio Grande do Sul de 1891. Disponível em: [//www2.al.rs.gov.br/memorial/LinkClick.aspx?fileticket=frKwldvbn2g%3D&tabid=3456&language=pt-BR](http://www2.al.rs.gov.br/memorial/LinkClick.aspx?fileticket=frKwldvbn2g%3D&tabid=3456&language=pt-BR). Acesso em 20 de abril de 2012.

CORSO, Heloísa Vellinho. **Faculdade de Farmácia: UFRGS, 1895-1987**. Porto Alegre: Editora da Universidade, UFRGS, 1990.

D'ALÉSSIO, Marcia Mansor. Memória: leituras de M. Habwachs e P. Nora. **Revista brasileira de História**, São Paulo, v. 13, nº 25/26, p. 97-103, set 92/ago 1993.

DANTAS, Ruben Green. Apresentação. **Revista Ânfora**, ano I, n. 1 outubro de 1955.

EDLER, Flávio Coelho. **Boticas & Pharmacias: uma história ilustrada da farmácia no Brasil**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006.

ESPÍNDOLA, Susana Sondermann. **Implantação física da UFRGS**: da fundação ao Campus do vale. Porto Alegre: UFRGS, 1979.

FACULDADE DE FARMÁCIA DA UFRGS. Livros de Registros de Créditos. 1954 a 1956.

FÁVERO, M^a de Lourdes de Albuquerque. **Da cátedra universitária ao departamento**: subsídios para discussão. PROEDES/Faculdade de Educação/UFRJ. Disponível no link <http://www.unirio.br/estatuto/Da%20Catedra%20Universitaria%20ao%20Departamento.pdf>, em 12/06/2012.

FERRAZ, Márcia. **O Nascimento da Ciência no Brasil**. In: ClickCiência. Ed. 19, 6 de novembro de 2009. Disponível no link http://www.clickciencia.ufscar.br/portal/edicao19/entrevista1_print.php.

FERREIRA, Márcia Pinheiro. **Luneta Acotovelada Bamberg**: mirando da objetiva para a ocular. Monografia de Especialização. Pós-Graduação de Acervos de C & T, Rio de Janeiro: MAST/MCTI, 2012.

FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. Políticas da memória e políticas do esquecimento. **Revista Aurora**, n. 10, 2011.

FOUCAULT, Michel. O nascimento do Hospital. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FRANCO, Sérgio da costa. **Porto Alegre**. Guia Histórico. Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS, 1992.

FRANÇOIS, Etienne. As novas relações entre memória e história após a queda do muro de Berlim. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, n. 02, 2010.

GODOY, Victor Vieira. A coleção do museu da Escola de Farmácia da Universidade Federal de Ouro Preto. In: **Coleções Científicas Luso-Brasileiras**: patrimônio a ser descoberto. MAST: Rio de Janeiro, 2010.

GRANATO, Marcus & LOURENÇO, Marta C. Reflexões sobre o Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia na Atualidade. **Revista Memória em Rede**,

Pelotas, v.2, n.4, dez.2010 / mar. 2011 – ISSN- 2177-4129.
www.107.ufpel.edu.br/ich/memoriaemrede

GRANATO, Marcus (org.). **Imagens da Ciência**. O Acervo do Museu de Astronomia e Ciências Afins. MAST: Rio de Janeiro, 2010a.

GRANATO, Marcus. **Projeto de Pesquisa Valorização do Patrimônio Cultural Científico e Tecnológico Brasileiro**. Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), Rio de Janeiro, 2009.

GRANATO, Marcus e RANGEL, Márcio (org.). **Cultura material e Patrimônio da Ciência e Tecnologia**. MAST: Rio de Janeiro, 2009^a.

HALLEUX, Robert, **O Instrumento na História das Ciências**. Disponível em <http://museu.fis.uc.pt/hist.htm>.

HASSEN, Maria de Nazareth. **Fogos de Bengalas nos céus de Porto Alegre: A Faculdade de Medicina faz 100 anos**. Porto Alegre: Tomos Editorial, 1998.

HEIZER, Alda. Museus de ciências e Tecnologia: Lugares de cultura? In: **REVISTA DA SBHC**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 55-61, jan / jun, 2006.

HOHFELDT, Antonio & BUCKUP, Carolina. **Última Hora: populismo nacionalista nas páginas de um jornal**. Porto Alegre: Sulina, 2002.

LABORATÓRIO MERCK. **Da Antiga Farmácia do Anjo à grande empresa químico-farmacêutica – 1668-1968**. s/e. s/d.

LOPEZ, André Ancona. **Como descrever documentos de arquivos: elaboração de instrumentos de pesquisa**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002.

MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre: urbanização e modernidade, a construção social do espaço urbano**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

O Topázio, de 1954 a 1966.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

PAGLIOLI, Eliseu. **Universidade do Rio Grande do Sul**. Uma Fase em sua História. Porto Alegre: UFRGS, 1964.

PEREIRA, Maria Aparecida Cunha. **Perfil da indústria farmacêutica do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **RS: Agropecuária Colonial e Industrialização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

_____. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Um dia, em um outro tempo**. UFRGS, 70 anos. Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRS, 2004.

PEZAT, Paulo. O Positivismo na abordagem da recente historiografia gaúcha. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p.255-285, jan./dez. 2006.

PIGA NETO. Apresentação. **Revista Ânfora**, ano II, nº 2, dez., de 1956.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: **Enciclopédia Einaudi** (Vol. I, pp. 51-86). Lisboa: Imprensa Nacional, 1984.

POSSAMAI, Zita Rosane. O circuito social da fotografia em Porto Alegre (1922 e 1935). In: **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**. vol.14, nº.1, São Paulo, Jan./Jun, 2006.

POULOT, Dominique. Um ecossistema do patrimônio. In: CARVALHO, C. S. de; GRANATO, M; BEZERRA, R. Z.; BENCHETRIT, S. F. (orgs.). **Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008. p. 26-43.

PRATS, Llorenç. El concepto de patrimônio cultural. **Política y Sociedad**, Madrid, n. 27, 1998. p. 63-76.

RELATÓRIOS apresentados à Câmara dos Vereadores – 1892-1926. AHPAMV.

RELATÓRIOS Anuais da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre.

SAID, Hakim Mohamed. History of Pharmacy. In: **Pharmacy and Medicine through the Ages. Pakistan**: Hamdard Academy, 1980, p. 113-122.

SCHWARTZMAN, Simon. Ciência e Tecnologia no Brasil: uma nova política para um mundo global. Rio de Janeiro: FGV, 1993.

SILVA, Pery Pinto Diniz da. **Memória da Universidade do rio Grande do Sul: 1934-1964**. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

SOUZA, Nelson. **Arquitetura Moderna – Elementos fundamentais para uma análise crítica**. A arquitetura do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

SOUZA, Célia Ferraz de. **Plano Geral de Melhoramentos de Porto Alegre: o plano que orientou a modernização da cidade**. Porto Alegre: Armazém Digital, 2010.

TORRESINI, Elizabeth Rochadel. **História de um sucesso literário: olhai os lírios do campo de Érico Veríssimo**. Porto Alegre: Literalis, 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL OURO PRETO. **Museu da Pharmacia**. Inventário do acervo exposto. Ouro Preto: UFOP, 2011.

VERÍSSIMO, Érico. **Solo de Clarineta: memórias**. São Paulo: Globo, 1994.

WEBER, Beatriz Teixeira. **As Artes de Curar: medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-Grandense (1889-1928)**. Campinas, 1997. Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia de Ciências Humanas Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

WEBER, B. T. Positivismo e ciência médica no Rio Grande do Sul: a Faculdade de Medicina de Porto Alegre. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, V(3): 583-601, nov. 1998 – fev. 1999.

WEIMER, Günter. **Origem e evolução das cidades rio-grandenses**. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2004.

_____. **O positivismo gaúcho e sua arquitetura**. Porto Alegre: Faculdade de Arquitetura da UFRGS, 1985.

_____. **Estruturas sociais gaúchas e arquitetura.** A arquitetura do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

_____. **A Arquitetura.** Porto Alegre: UFRGS, Faculdade de Arquitetura, 1992.

XAVIER, Aberto; MIZOGUCHI, Ivan. **Arquitetura Moderna em Porto Alegre.** São Paulo: Pini, 1987.

ENTREVISTAS

Ana Maria Bergold – Entrevista concedida em 02/05/2012.

Farmacêutica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1967), especialista em Pharmazeutische Technologie pela Westfälische Wilhelms - Universität Münster (1969), mestre em Ciências Farmacêuticas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1974) e doutora em Fármacos e Medicamentos pela Universidade de São Paulo (1992). Atualmente é professora titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Belkis Schmitd –Entrevista concedida em 15/12/2011.

Farmacêutica. Livre Docência em 1953. Professora Catedrática de Farmacognosia e Diretora da Faculdade de Farmácia no período de 1968 a 1972.

Célia Gervásio Chaves – Entrevista em 20/09/2012

Farmacêutica formada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1975), e Farmácia Industrial pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1976), mestre em Ciências Farmacêuticas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1980) e doutorado em Farmacologia pela Universidade de São Paulo (1993). Aposentada como professor adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Elfrides Eva Scherman Schapoval – Entrevista em 14/09/2012

Farmacêutica formada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1954) e doutorado em Farmacologia pela Universidade de São Paulo Ribeirão Preto (1974). Foi diretora da Faculdade de Farmácia no período de 1996 – 2000. Atualmente é membro da Comissão da Farmacopeia Brasileira do Ministério da Saúde (ANVISA), consultor ad hoc da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul, consultor científico ad doc do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e professor convidado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Eloy Julius Garcia – Entrevista concedida em 17/11/2011.

Nascimento: 26/01/1931. Farmacêutico pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em Porto Alegre, em 1952. Atuante na área de Radiofarmácia.

Flávio Soares –Entrevista concedida em 13/06/2012. Arquiteto.

Lincoln Ganzo de Castro – Entrevista concedida em 13/06/2012. Arquiteto.

Lovois Miguel – Entrevista concedida em 12/06/2012.

Farmacêutico pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, em 1954, pós-graduado em Indústria Farmacêutica, em Paris, experiência como diretor de várias indústrias farmacêuticas. Entre elas, estão a Hoesch, a União Farmacêutica e Industrial Ltda., o Laboratório Lifar e o Lafergs. Dirigiu também o Centro de Saúde Modelo, da Secretaria Estadual de Saúde.

Pedro Petrovick – Entrevista concedida em 10/01/2012.

Farmacêutico, doutorado em Farmácia pela Universität Münster (Westfälische-Wilhelms- Universität) - em 1982 e Pós-Doutorado na Université de Montpellier I, em 1990. Atualmente é professor titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atua na área de Farmácia, com ênfase em Farmacotecnia, em especial no desenvolvimento de fitoterápicos.

LOCAIS DE PESQUISA

AHPAMV – Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Velinho

APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

JUCERGS – Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul

Arquivo Geral da Faculdade de Medicina da UFRGS

Arquivo Geral da Faculdade de Farmácia do Rio Grande do Sul

Museu da UFRGS

Museu da Comunicação Hipólito José da Costa

Museu Joaquim José Felizardo – Fototeca Sioma Breitman

Centro Histórico Cultural da Santa Casa de Porto Alegre

Secretaria do Patrimônio Histórico da UFRGS

Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul / JUCERGS

Cartório de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas de Porto Alegre

Museu de Farmácia Ouro Preto

Museu Antonio Lago / ABF